

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO: DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE SOCIAL

GIOCONDA GHIGGI

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS E PROFESSORES
NO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ**

CURITIBA

2017

GIOCONDA GHIGGI

**ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORAS E PROFESSORES
NO NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná, Linha de Pesquisa Educação: Diversidade, Diferença e Desigualdade Social

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva

CURITIBA

2017

G423a
2017

Ghiggi, Gioconda
Análise da formação continuada de professoras e professores no
lúcleo de Estudos Afro-Brasileiros na Universidade Federal do Paraná
Gioconda Ghiggi; orientador, Paulo Vinícius Baptista da Silva. - 2017.
144 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba-
PR, 2017
Bibliografia: f. 114 - 134

1. Formação Continuada. 2. Relações Étnico-Raciais. 3. Núcleo de
Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-
UFPR). I. Silva, Paulo Vinicius Baptista da. II. Universidade Federal do
Paraná. Programa de Pós Graduação em Educação . IV. Título.

CDD 23. ed. - 305



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor EDUCAÇÃO
Programa de Pós Graduação em EDUCAÇÃO
Código CAPES: 40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **GIOCONDA GHIGGI**, intitulada: "**Análise da formação continuada de professoras e professores no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros na Universidade Federal do Paraná.**", após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 27 de Setembro de 2017.

PAULO VINICIUS BAPTISTA DA SILVA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)

LUCIMAR ROSA DIAS
Avaliador Interno (UFPR)

WILMA DE NAZARE BAIA COELHO
Avaliador Externo (UFPA)

MARIA DO ROSÁRIO FIGUEIREDO TRIPODI
Avaliador Externo (UFOP)



Primeiramente, FORA TEMER!

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos iniciais vão para todas e todos que lutam diariamente pela educação pública, gratuita e de qualidade. Minha trajetória foi (e ainda é) marcada pela educação pública: na Educação Básica passei por 3 escolas públicas; no ano de 2000 iniciei o curso de Pedagogia na UFPR, morei na Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC) e participei de dois Projetos de Extensão; nos anos posteriores trabalhei como educadora, professora e pedagoga nas prefeituras de Curitiba e São José dos Pinhais; em 2013 retorno à UFPR para colaborar e cursar a Especialização em Docência na Educação Infantil; em 2015 entrei no mestrado em Educação do PPGE-UFPR e atualmente atuo como pedagoga no IFPR.

Agradeço ao meu querido marido Domenico, por todo o carinho e ajuda nesta caminhada!

À família, meu pai (*in memoriam*), minha mãe Maria do Carmo e minha irmã Gabriela, que sempre me apoiaram. Aos demais parentes do Brasil e Itália, pelo incentivo!

Ao Professor Doutor Paulo Vinícius Baptista da Silva, pela orientação!

Às Professoras Doutoradas Wilma de Nazaré Baía Coelho (UFPA), Zara Figueiredo Tripodi (UFOP) e Lucimar Rosa Dias (UFPR).

Aos amigos e amigas, de longe e de perto.

Aos amigos e amigas, da turma do mestrado, pelos momentos de troca e aprendizagem.

Ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) da UFPR, pela colaboração com as informações solicitadas para este trabalho.

Ao pessoal do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Infância e Educação Infantil da UFPR, Profa. Catarina, Profa. Gizele, Profa. Angela, Francieli e demais colaboradoras.

Ao Instituto Federal do Paraná, em especial a Diretoria de Educação a Distância, pela licença parcial concedida, Profa. Rebeca (atualmente na UFPR), Profa. Kriscie, Profa. Susana.

Às companheiras do Fórum de Educação Infantil do Paraná.

Aos técnicos/as e professores/as do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná.

*"La sapienza è come un baobab:
con due sole braccia non puoi
stringerlo tutto."*

Provérbio Africano

RESUMO

Os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs) são citados, tanto no Parecer CNE/CP nº 03/2004, como no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-raciais (2013), como fundamentais para a formação continuada dos/das professores/as que considere a perspectiva racial presente na sociedade brasileira e um repensar das práticas pedagógicas. Considerando o contido nos documentos citados, este trabalho apresenta como objetivo geral analisar o papel do NEAB-UFPR na formação continuada, no período de 2004 a 2015. A dissertação buscou responder a um conjunto de questões articuladas a tal objetivo: O NEAB-UFPR realizou as ações previstas no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e no Plano Nacional de Implementação das DCNERER (2013) com respeito à formação docente? Quais estratégias foram utilizadas? Como foi a participação do NEAB-UFPR nos programas do MEC relacionados com a formação continuada e ERER? Estas formações alteraram as práticas dos docentes participantes? Como metodologia foi adota a abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2006) e como procedimentos a revisão bibliográfica, análise documental, coleta de dados, envio de questionário para os/as concluintes das especializações, análise das publicações do NEAB e de 100 monografias dos cursos de especialização. Na bibliografia analisada poucas foram as pesquisas que investigaram o aspecto formativo dos NEABs, o que torna este trabalho relevante no cenário acadêmico, bem como, valoriza e reconhece os referidos Núcleos. Os dados levantados demonstraram que entre 2004 e 2015 o NEAB-UFPR ofertou mais de 1500 vagas em cursos de formação continuada para os/as professores/as da rede pública, realizou pesquisas e produção de materiais que contribuíram na difusão da Educação das Relações Étnico-raciais (ERER). O conjunto de dados analisados possibilitou captar, ao longo deste trabalho o empenho do NEAB-UFPR na dimensão formativa, a participação nos diversos editais, a organização de materiais de apoio, e o grande esforço de articular docentes (principalmente nos primeiros anos das ofertas) para a concretização das formações. A análise dos questionários indicou alterações nas práticas docentes e que estes profissionais realizaram diversas ações nas suas instituições (palestras, projetos, entre outros) sobre a ERER, em grande proporção ações de realização continuam ao longo do ano letivo. Os resultados permitem concluir que o NEAB da UFPR, durante os anos de 2004 e 2015, realizou muitos dos pontos previstos no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e no Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação da Relações Étnico-raciais (2013) no que se refere a formação continuada dos/das professores/as.

Palavras-chave: Formação Continuada. Relações Étnico-Raciais. Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR).

ABSTRACT

The Nuclei of Afro-Brazilian Studies (NEABs) are referred at the Legal Opinion CNE/CP nº 03/2004 and in the National Plan for the Implementation of the National Curricular Guidelines for Ethnic-Racial Relations Education (2013). In these documents the Nuclei were considered fundamental for a continuing teacher education which considers the racial perspectives in Brazilian Society while simultaneously rethinking pedagogical practices. This research intends to analyse NEAB-UFPR's role in continuing education in the period from 2004 to 2015 considering the aforementioned documents. This main goal is articulated with the following specific objectives: to verify the process of constitution of the NEAB/UFPR and its role at the University; to survey the continuing education offered courses and how they aided to accomplish the planned actions in the documents about Education for Ethnic-Racial Relations (ERER); to assess among the teachers whether their practices were or not modified by the previous actions. Qualitative approach was used as general methodology (CHIZZOTTI, 2006) while methodological procedures included literature review concerning continuing education and ERER; documentary analysis; data collect related to the offered courses; and questionnaires answered for the graduating in the specializations offered by the Nucleus. The collected data demonstrated that between the years of 2004 to 2015 the NEAB/UFPR opened more than 1500 vacancies in continuing education courses for public school teachers, conducted research, and produced literature that collaborated to dissemination of ERER. The analysis of the questionnaires answered by the teachers indicates alteration in their teaching practices and made it clear that these professionals conducted several actions related to ERER at their institutions, including speeches and projects. The results show that in the years of 2004 to 2015 the NEAB/UFPR fulfilled the predicted in Legal opinion CNE/CP nº 03/2004 and in the National Plan for the Implementation of the National Curricular Guidelines for Ethnic-Racial Relations Education (2013).

Keywords: Continuing education; Ethnic-Racial Relations; Nucleus of Afro-Brazilian Studies Federal University of Parana.

RIASSUNTO

I Nuclei degli Studi Afro-brasiliani (NEABs) sono citati, sia nel Parere CNE/CP n° 03/2004, sia nel Piano Nazionale di Implementazione delle Diretrici Curricolari Nazionali dell'Educazione delle Relazioni Etnico-raziali (2013), come fondamentali per la formazione continuata dei/delle professori/esse che consideri la prospettiva razziale presente nella società brasiliana ed un riformulare delle pratiche pedagogiche. Considerando il contenuto dei documenti citati, tale lavoro presenta come obiettivo generale analizzare il ruolo del NEAB-UFPR nella formazione continuata, nel periodo 2004-2015. Il lavoro qui presentato ha cercato di rispondere ad un insieme di questioni articolate a tale obiettivo: O NEAB-UFPR ha realizzato le azioni previste nel Parere CNE/CP n° 03/2004 e nel Piano Nazionale di Implementazione delle DCNERER (2013) in rispetto alla formazione docente? Quali strategie sono state utilizzate? Come è stata la partecipazione del NEAB-UFPR nei programmi del MEC relazionati con la formazione continuata e l'ERER? Queste formazioni alterano le pratiche dei docenti partecipanti? Come metodologia è stata adottato un approccio qualitativo (CHIZZOTTI, 2006) e come procedimenti la revisione bibliografica sulla formazione continuata e dell'ERER, analisi documentale, raccolta di dati relazionati con i corsi offerti, invio di questionari per coloro che hanno concluso le specializzazioni offerte, le analisi delle pubblicazioni del NEAB e di 100 monografie approvate nei corsi di specializzazione. Nella bibliografia analizzata, poche sono state le ricerche che hanno investigato l'aspetto formativo dei NEABs, il che rende questo lavoro rilevante nello scenario accademico, così come, valorizza e riconosce i suddetti Nuclei. I dati raccolti hanno dimostrato che tra il 2004 ed il 2015 il NEAB-UFPR ha offerto più di 1500 posti in corsi di formazione continuata per i/le professori/esse della rete pubblica, ha realizzato ricerche e produzione di materiali che contribuiscono nella diffusione dell'Educazione delle Relazioni Etnico-raziali (ERER). L'analisi dei questionari, risposti dai/dalle professori/esse, hanno indicato alterazioni nelle pratiche docenti e che tali professionali realizzarono diverse azioni nelle loro istituzioni (conferenze, progetti, ecc.) sull'ERER. I risultati permettono di concludere che il NEAB dell'UFPR durante gli anni che vanno dal 2004 al 2015, ha realizzato il previsto nel Parere CNE/CP n° 03/2004 e nel Piano Nazionale di Implementazione delle Diretrici Curricolari Nazionali dell'Educazione delle Relazioni Etnico-raziali (2013).

Parole-chiavi: Formazione Continuata. Relazioni Etnico-Raziali. Nucleo di Studi Afro-Brasiliani dell'Università Federale del Paraná (NEAB-UFPR).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – DIMENSÕES DO NEAB-UFPR	59
FIGURA 02 - LIVRO COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O JURÍDICO E O POLÍTICO MATERIAL DE DIVULGAÇÃO	62
FIGURA 03 – UMA DÉCADA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS	64
FIGURA 04 - LIVRO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE TRABALHO COM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA NA PERSPECIVA DA LEI Nº 10.639/03	65
FIGURA 05 – LIVRO EDUCAÇÃO INFANTIL, IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE: ASPECTOS POLÍTICOS, JURÍDICOS, CONCEITUAIS	66
FIGURA 06 – LIVRO DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PEDAGOGIA....	67
FIGURA 07 – A IDEIA DE UMA FILOSOFIA NEGRO-AFRICANA	68
FIGURA 08 – LIVRO NOTAS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS ...	74
FIGURA 09 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO: CURSO EXTENSÃO 2010	75
FIGURA 10 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO: CURSO EXTENSÃO 2012	76
FIGURA 09 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO.....	74
FIGURA 11 - LIVROS DO CURSO EaD DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	79
FIGURA 12 – COLEÇÃO CADERNOS NEAB: VOLUMES I E II.....	89
FIGURA 13 – COLEÇÃO CADERNOS NEAB: VOLUME III	90

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – PERFIL RACIAL.....	91
GRÁFICO 02 – PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DA ERER ANTES DA ESPECIALIZAÇÃO	93
GRÁFICO 03 – AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A ERER.....	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO CONTINUADA	33
QUADRO 02 – PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO INICIAL	36
QUADRO 03 – PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA	38
QUADRO 04 – CURSOS DE EXTENSÃO E APERÇOAMENTO OFERTADOS PELO NEAB.....	81
QUADRO 05 – MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS PRESENCIAIS <i>LATO SENSU</i>	85
QUADRO 06 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO A DISTÂNCIA <i>LATO SENSU</i>	87
QUADRO 07 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	100
QUADRO 08 – EDUCAÇÃO INFANTIL	101
QUADRO 09 - ESCOLA (ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO)	102
QUADRO 10 – LITERATURA.....	103
QUADRO 11 – LIVROS DIDÁTICOS	104
QUADRO 12 – MÍDIAS	105
QUADRO 13 – MULHERES NEGRAS.....	106
QUADRO 14 – OUTRAS TEMÁTICAS	106

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – FORMAÇÃO INICIAL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA	92
TABELA 02 – JUSTIFICATIVA SOBRE A ESCOLHA DO CURSO SOBRE ERER	94
TABELA 03 - ALCANCE DO PERCURSO REALIZADO NA ESPECIALIZAÇÃO	95
TABELA 04 – AÇÕES REALIZADAS PELO CURSISTA NA INSTITUIÇÃO	96

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABPN	– Associação Brasileira de Pesquisadores Negros
ACNAP	– Associação Cultural de Negritude e Ação Popular
ANPED	– Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APP	– Associação dos Professores do Paraná
CADARA	– Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros
CAPEB	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAO-UFBA	– Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia
CEERT	– Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade
CEPIGRAD	– Coordenação de Estudos e Pesquisas Inovadoras na Graduação
CNE	– Conselho Nacional de Educação
CNE/CP	– Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno
CNPq	– Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEDI	– Coordenação Geral de Educação Infantil
CONAE	– Conferência Nacional de Educação
CONNEABS	– Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros
COPENE	– Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros
COUN	– Conselho Universitário
DCN	– Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNERER	– Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas
DGP	– Diretório dos Grupos de Pesquisa
ENNEAB	– Encontro Nacional de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica
ERER	– Educação das Relações Étnico-raciais
EUA	– Estados Unidos da América
FE-CEAD	– Faculdade de Educação-Centro de Educação a Distância

FUNPAR	– Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná
GTI	– Grupo de Trabalho Interministerial
IES	– Instituição de Educação Superior
IF	– Instituto Federal
IPAD	– Instituto de Pesquisa da Afro-descendência
IUPERJ	– Instituto de Estudos Afro-Asiáticos
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	– Ministério da Educação
NAPA	– Núcleo de Ações e Políticas Afirmativas
NAPNE	– Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidade Especiais
NEAB	– Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
NEABI	– Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas
NEAB-UFPR	– Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná
NERA	– Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas
NUEI	– Núcleo Universitário de Educação Indígena
NUREGS	– Núcleo de Relações Étnico-raciais, de Gênero e Sexualidade
ONG	– Organização Não Governamental
PCNs	– Parâmetros Curriculares Nacionais
PDI	– Projeto de Desenvolvimento Institucional
PNE	– Plano Nacional de Educação
PPC	– Projeto Pedagógico de Curso
PPI	– Projeto Pedagógico Institucional
PROEC	– Pró-Reitoria Extensão e Cultura
PROGRAD	– Pró-Reitoria de Graduação
PUC/SP	– Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
REDE	– Rede de Educação para a Diversidade
RENAFOR	– Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública
SciELO	– <i>Scientific Electronic Library Online</i>
SEB	– Secretaria de Educação Básica

SECAD	– Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade
SECADI	– Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEED	– Secretaria Estadual de Educação
SEPPIR	– Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade
SESU	– Secretaria de Educação Superior
SISMMAC	– Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba
STF	– Supremo Tribunal Federal
UAB	– Universidade Aberto do Brasil
UEM	– Universidade Estadual de Maringá
UEPG	– Universidade Estadual de Ponta Grossa
UFBA	– Universidade Federal da Bahia
UFES	– Universidade Federal do Espírito Santo
UFMA	– Universidade Federal do Maranhão
UFMG	– Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	– Universidade Federal do Paraná
UFRRJ	– Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFSCAR	– Universidade Federal de São Carlos
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIAFRO	– Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições de Educação Superior

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 FORMAÇÃO CONTINUADA EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	26
2.1 O CONHECIMENTO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	26
2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA	39
2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	43
2.4 AÇÕES E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 26-A	45
3 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFESSORAS	51
3.1 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS - NEABs	51
3.2 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: HISTÓRICO E CONTRIBUIÇÕES	57
3.2.1 Dimensão Institucional	59
3.2.2 Dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão	60
3.2.3 Dimensão Movimento Negro	69
3.2.4 Dimensão Formativa	70
3.3 AÇÕES FORMATIVAS REALIZADAS PELO NEAB-UFPR: CURSOS DE EXTENSÃO E APERFEIÇOAMENTO	71
3.3.1 Cursos de Extensão com foco na formação docente oferecidos pelo NEAB-UFPR	72
3.3.2 O NEAB-UFPR e a oferta de cursos pela Rede de Educação para a Diversidade (REDE)	78
4 FORMAÇÃO LATO SENSU REALIZADA PELO NEAB-UFPR	83
4.1 TURMAS OFERTADAS	83
4.2 PRODUÇÃO PARA OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO	88
4.3 PERFIL DOS CURSISTAS E AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PARA OS PROFISSIONAIS	90
4.3.1 Perfil dos Cursistas	91
4.3.2 O Curso de Especialização e o (novo) olhar para a EREER	94
4.4 PRODUÇÕES MONOGRÁFICAS DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PROMOVIDOS PELO NEAB-UFPR	98

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	114
APÊNDICE A.....	135
APÊNDICE B.....	138

1 INTRODUÇÃO

O objeto de análise desta dissertação é o Núcleo de Estudo Afro-brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a formação de professores e professoras. Iniciaremos esta seção contextualizando o objeto a partir da historicização da luta da população negra no Brasil em busca de igualdade racial, a organização do movimento negro pelo acesso à educação e posteriormente por uma educação que busque romper com o racismo presente na sociedade brasileira, para em seguida explicitar nosso objetivo e demais determinações da pesquisa.

A luta da população negra pela igualdade racial é uma constante no cenário político e histórico do Brasil, desde o início do século XX. Como exemplo desta luta podemos destacar as mobilizações organizadas pela Frente Negra Brasileira em 1931 (na cidade de São Paulo) e as realizadas pelo Teatro Experimental do Negro (no Rio de Janeiro), no final dos anos 1940 (GONÇALVES & SILVA, 2000). Nos anos 1970, os intelectuais negros/as e o movimento negro contemporâneo (GOMES, 2011a, p. 135)¹, apontaram para a lacuna existente sobre o acesso e a permanência à educação da população negra brasileira. A educação é compreendida pelo movimento negro como

um direito paulatinamente conquistado por aqueles que lutam pela democracia, como uma possibilidade a mais de ascensão social, como aposta na produção de conhecimentos que valorizem o diálogo entre os diferentes sujeitos sociais e suas culturas e como espaço de formação de cidadãos que se posicionem contra toda e qualquer forma de discriminação (GOMES, 2012, p. 735)

Considerando a importância da educação era preciso que todos tivessem acesso, pautando o discurso do movimento negro com um caráter mais universalista. Mesmo com a expansão do acesso à educação, na década de 80, esta não atendia a grande massa da população negra, por isso a necessidade de alterar a pauta para ações mais concretas, como a discussão de ações afirmativas (GOMES, 2012).

Ainda nos anos 1980, ocorre a aprovação do texto da Constituição Brasileira de 1988, quando antigas reivindicações do movimento negro foram, ao menos

¹ Para os fins desta dissertação “O movimento negro contemporâneo, enquanto movimento social, pode ser compreendido como um novo sujeito coletivo e político que, juntamente com os outros movimentos sociais, emergiu na década de 70 no cenário brasileiro” (GOMES, 2011, p. 135).

formalmente, contempladas como: o reconhecimento do crime de racismo, valorização da diversidade cultural e racial, bem como o direito territorial das comunidades quilombolas. A Carta Magna de 1988 coloca como dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988, Art. 3º, inc. IV). Para Hédio Silva Junior (2002), a Constituição de 1988 é revolucionária, pois apresenta garantias como o acesso e permanência nas escolas dos diversos grupos étnicos e coloca aos sistemas de ensino o tratamento da pluralidade racial presente na sociedade brasileira (SILVA JR, 2002).

Entre os pontos relacionados à educação, presentes na Constituição Federal de 1988, podemos destacar: competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios de proporcionar os meios para o acesso à educação (Art. 23); a educação como direito de todos e dever do Estado (Art. 205); os princípios para o ensino como: igualdade de condições para o acesso e permanência, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, entre outros (Art. 206); conteúdos mínimos para o ensino fundamental, para o respeito dos valores culturais, nacionais e regionais (Art. 210); dever da família, da sociedade e do Estado assegurar educação, cultura, dignidade, respeito (Art. 227); o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro (Art. 242).

Se por um lado todos os artigos mencionados foram de grande relevância para o cenário educacional brasileiro, por outro não foram suficientes para a efetivação de políticas para a promoção de igualdade racial, principalmente no campo educacional. O movimento negro, consciente da necessidade de outras políticas que corroborassem na efetivação dos preceitos constitucionais, seguiu sua trajetória de lutas e reivindicações. Em 1995, a “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida”², realizada em comemoração aos 300 anos da morte de Zumbi, afirma em seu Manifesto que

² A Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, reuniu certa de 30 mil pessoas, em Brasília, no Distrito Federal. O texto do Manifesto na sua versão integral encontra-se disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>> Acesso em: 20 dez. 2016.

[...] a escola se afigura como espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas. A reiteração de abordagens e estereótipos que desvalorizam o povo negro e supervalorizam o branco resulta na naturalização e conservação de uma ordem baseada numa suposta superioridade biológica, que atribui a negros e brancos papéis e destinos diferentes. Num país cujos donos do poder descendem de escravizadores, a influência nefasta da escola se traduz não apenas na legitimação da situação de inferioridade dos negros, como também na permanente recriação e justificação de atitudes e comportamentos racistas. De outro lado, a inculcação de imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valorização positiva da diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a ideia de universalidade da cidadania (Marcha Zumbi dos Palmares, 1995).

No Manifesto observamos que a luta pela educação vai além do acesso de todos, é a luta por uma escola que se contrapõe com a existente, ou seja, que não reproduza o racismo presente na sociedade. A proposta é de uma educação que valorize a população negra e sua história, onde professores e professoras não diferenciem as crianças pela sua cor e que seja superado o eurocentrismo do currículo escolar.

Em resposta à pressão política o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) instituiu, com o Decreto de 20 de novembro de 1995³, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com objetivo de desenvolver políticas para Valorização da População Negra. Entre as competências do grupo de trabalho estavam: propor ações integradas de combate à discriminação racial; elaborar, propor e promover políticas governamentais antidiscriminatórias; estimular e apoiar estudos sobre a situação da População Negra; examinar a legislação e propor as mudanças necessárias, buscando promover e consolidar a cidadania da População Negra.

O trabalho desenvolvido pelo grupo resultou no documento Construindo a Democracia Racial, de 1998, que apresenta uma síntese das ações realizadas pelo

³ Decreto 20 de novembro de 1995 – Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior%20a%202000/1995/dnn3531.htm>. Acesso em: 03 dez. 2016.

GTI, bem como dos Grupos Temáticos⁴. Entre os pontos apresentados no documento destacamos os relacionados com a comunicação e educação.

No tema da comunicação, são indicadas algumas ações como: inclusão crescente da população negra nas publicidades promovidas pelo governo, valorização dos negros em produções realizadas ou apoiadas pelo poder público, mapear e publicizar as comunidades quilombolas.

No que se refere ao tema da educação os pontos levantados foram: o combate ao preconceito (utilização dos Parâmetros Curriculares, Programa do Livro Didático – com a reavaliação dos livros, TV Escola – com programas que valorizem a etnia afro-brasileira) e ações compensatórias (apoio financeiro e técnico relacionados com a alfabetização, cursos profissionais de curta duração, cursos preparatórios para o vestibular). No item das ações compensatórias, gostaríamos de destacar um fragmento relacionado com a entrada de negros/as no ensino superior

É necessário estabelecer um programa que, combatendo os efeitos da discriminação nas escolas, ofereça aos jovens e adultos negros com potencial acadêmico igualdade de oportunidades para o ingresso e a permanência no ensino superior. Essa igualdade de oportunidades não deve ser concebida como um programa de quotas, o qual, ignorando as deficiências anteriores de formação escolar, apenas facilitará o ingresso de alunos mal preparados e, por isso, sem condições de competir com os alunos não-negros no decorrer do curso, resultando no fracasso escolar e, conseqüentemente, na diminuição da auto-estima dos jovens negros (BRASIL, 1998, p. 31).

Observamos aqui um discurso muito próximo dos que foram (e ainda são) contra a implementação das cotas no Ensino Superior, colocando questões como “mal-preparados”, “sem condições de competir com os alunos não-negros”, “fracasso escolar”, “diminuição da auto-estima dos jovens negros”. Estudos buscam combater estes “argumentos” apresentando informações e dados sobre as ações afirmativas no Ensino Superior⁵, como exemplo podemos citar o *livro Cotas raciais no Ensino*

⁴ Além de comunicação e educação, os grupos temáticos também trabalharam com: trabalho e emprego, relações internacionais, terra – os remanescentes dos quilombos, políticas de ação afirmativa, saúde, religião, cultura negra, legislação, estudos e pesquisas, esporte e mulher. O documento encontra-se disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/publicacoes/construindo-a-democracia-racial>>. Acesso em: 20 mar. 2017

⁵ Algumas pesquisas sobre o tema: AMORIM, Silvia Maria Amorim. A Permanência de Estudantes Negros (as) na Universidade Federal do Paraná: Aspectos Material e Simbólico. Dissertação. PPG-UFPR, 2016. KRAINSKI, Luiza Bittencourt. A política de cotas na UEPG: em busca da democratização da educação superior. Tese de Doutorado. Biblioteca Digital PUCSP. São Paulo,

Superior: entre jurídico o político. No capítulo 3, que irá tratar das contribuições do NEAB-UFPR, abordaremos um pouco mais sobre ao papel do Núcleo com relação as ações afirmativas na UFPR.

Continuando estes breves apontamentos no sentido de historicizar as questões raciais, movimento negro, educação e políticas educacionais, permanecemos nos anos 1990, com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de 1997⁶. O Volume 10 destina-se ao tema transversal Pluralidade Cultural, entre os objetivos propostos para o mencionado documento nota-se a valorização da pluralidade e os aspectos socioculturais de outros povos e nações “posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia (...)” (BRASIL, 1997, p.4).

Como assinalamos anteriormente o documento denominado Construindo a Democracia Racial, criado pelo GTI, apresentava os PCNs como uma das formas de combate ao racismo na educação. Para a pesquisadora Nilma Lino Gomes, a perspectiva da diversidade apresentada no PCN Pluralidade Cultural, era muito ampla e não apontava para questões centrais defendidas pelo movimento negro e a questão racial

[...] diluía-se no discurso da pluralidade cultural, o qual não apresenta um posicionamento explícito de superação do racismo e da desigualdade racial na educação nas suas propostas. Além disso, os PCNs têm forte apelo conteudista, o que pressupõe a crença de que a inserção de “temas sociais” transversalizando o currículo seria suficiente para introduzir pedagogicamente questões que dizem respeito a posicionamentos políticos, ideologias, preconceitos, discriminação, racismo e tocam diretamente na subjetividade e no imaginário social e pedagógico (GOMES, 2010, p. 12)

O tema da diversidade, como explicitado, não atingia as questões relacionadas ao racismo estruturado no Brasil, como apresenta Gomes (2010) e que concordamos. Por outro lado encontramos no documento afirmações importantes como a dificuldade histórica de “lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica” (BRASIL, 1997, p. 20), a imagem do Brasil como

2013. MARÇAL, José Antonio. A formação de intelectuais negros (as): Políticas de ação afirmativa na Universidades brasileiras. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

⁶ As temáticas dos outros 9 volumes são: vol.1 Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais, vol.2 Língua Portuguesa, vol. 3 Matemática, vol. 4 Ciências Naturais, vol. 5 História e Geografia, vol. 6 Arte, vol. 7 Educação Física, vol. 8 Apresentação dos Temas Transversais e Ética, vol. 9 Meio Ambiente e Saúde.

homogêneo, e que na escola “há manifestações de racismo, discriminação social e étnica, por parte de professores, de alunos, da equipe escolar, ainda que de maneira involuntária ou inconsciente” (BRASIL, 1997, p. 20).

Paralelo à algumas políticas iniciadas no Governo Fernando Henrique Cardoso teve lugar, no final dos anos 1990, uma mobilização social, que envolveu governos e sociedade civil, em torno de eventos preparatórios para a conferência mundial contra o racismo.

No século XXI, no ano de 2001, com a participação na III Conferência Mundial de Durban⁷, o Brasil assume o compromisso de implementar o Programa de Ação da Declaração de Durban⁸ que previa, entre outras coisas, que a

[...] UNESCO apoie os Estados na preparação de materiais didáticos e de outros instrumentos de promoção do ensino, com o intuito de fomentar o ensino, a capacitação e atividades educacionais relacionadas aos direitos humanos e à luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata (Declaração de Durban, 2001, p. 57).

O Compromisso realizado pelo Brasil inclui uma série de ações, entre elas à luta contra o racismo e discriminação racial. Assim, a III Conferência Mundial de Durban, a Marcha Zumbi dos Palmares e as diversas outras ações do movimento negro, foram fundamentais para pressionar o governo e sociedade por uma agenda de políticas de combate ao racismo, entre os marcos destas políticas temos a Lei nº 10.639, assinada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). A referida Lei modifica o Artigo 26-A⁹ da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, definindo que “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). A legislação significa

[...] uma inversão na orientação das políticas educacionais. Ela não emergiu do interior do sistema educacional, entendido aqui como as instâncias normativas e operacionais (o Ministério e as Secretarias de Educação –

⁷ A 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, foi promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001, na cidade de Durban, na África do Sul.

⁸ Declaração de Durban - Declaração e Programa de Ação adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata. Disponível em: <<https://www.oas.org>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

⁹ A Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008, alterou a LDB nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, incluindo no Artigo 26-A a questão Indígena.

estaduais e municipais) e suas instâncias constituintes e legitimadoras, como o discurso acadêmico e os cursos de formação docente. Ela nasceu da demanda da sociedade civil organizada (COELHO, COELHO; 2013, p. 95).

A alteração do Art. 26-A, veio pelas pressões sociais e as contribuições do movimento negro. Destacamos ainda, como ações importantes da luta do movimento negro por condições de igualdade racial, a criação em 2003, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade (SEPPIR) e no Ministério da Educação a instituição da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) em 2004.

No ano seguinte à alteração do Artigo 26-A, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprova o Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas (DCNERER). As referidas Diretrizes buscam orientar a “formulação de projetos empenhados na valorização da história e cultura dos afro-brasileiros e dos africanos, assim como comprometidos com a de educação de relações étnico-raciais positivas, a que tais conteúdos devem conduzir” (BRASIL, 2004, p. 02). Posteriormente temos a publicação do Plano Nacional de Implementação das DCNERER (2013).

As referidas Diretrizes (Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Resolução nº CNE/CP 01/2004), o Artigo 26-A e o Plano Nacional de Implementação das DCNERER de 2013, constituem-se como um conjunto de “dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas” (GOMES, 2011b, p. 1). Estes documentos não deixam dúvidas sobre a obrigação das instituições de educação constituírem-se como espaços de combate ao racismo e de promoção de igualdade racial, questionando as relações existentes na sociedade brasileira que foram (e são) marcadas pelo preconceito e exclusão da população negra.

A Educação das Relações Étnico-raciais (ERER) ainda precisa ser consolidada nas propostas pedagógicas e, principalmente, nas práticas dos/as profissionais de educação, pois persiste um “ideário republicano brasileiro, que resiste em equacionar a diversidade” (GOMES, 2010, p. 9). A ERER encontra-se em

um campo conflitivo (a escola, sociedade) permeado pelo mito da democracia racial (GOMES, 2010). A efetivação da EREER nos espaços educacionais, em todas as etapas e modalidades, segundo o Parecer CNE/CP nº 03/2004, passa por um repensar da escola, do currículo e da docência:

Para obter êxito, a escola e seus professores não podem improvisar. Têm que desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular, superando o etnocentrismo europeu, reestruturando relações étnico-raciais e sociais, desalienando processos pedagógicos. Isto não pode ficar reduzido a palavras e a raciocínios desvinculados da experiência de ser inferiorizados vivida pelos negros, tampouco das baixas classificações que lhe são atribuídas nas escalas de desigualdades sociais, econômicas, educativas e políticas. (BRASIL, 2004, p.6).

O papel das professoras e professores é essencial para intervir com ações que busquem a superação do racismo e discriminação racial, independentemente de suas crenças, posição política e pertencimento racial. Docentes que sejam “sensíveis e capazes de direcionar positivamente as relações entre pessoas de diferentes pertencimentos étnico-raciais, no sentido do respeito e da correção de posturas, atitudes, palavras preconceituosas” (BRASIL, 2004, p.8). Nesta perspectiva a formação dos/das profissionais da educação torna-se fundamental para repensar suas práticas como docente e sua compreensão quanto a Educação das Relações Étnico-raciais (BRASIL, 2004).

O Parecer CNE/CP nº 03/2004 apresenta alguns caminhos para a realização da formação docente, como a articulação entre os NEABs, escolas, sistemas de ensino e movimentos sociais. Outro ponto é a realização, pelos sistemas de ensino e NEABs, de levantamentos com as principais dúvidas dos/as docentes quanto o trabalho com a questão racial, além de mapear experiências de práticas pedagógicas.

Observamos a importância do trabalho conjunto entre os diversos sujeitos envolvidos com os processos educacionais (escolas, sistemas de ensino, movimentos sociais, pesquisadores e os Núcleos de Estudos Afro-brasileiros - NEABs) para pensar a formação docente e EREER.

No Plano Nacional de Implementação das DCNERER de 2013 a formação dos professores/as também é incluída nas ações apontadas para os NEABs. O documento apresenta entre os objetivos para os NEABs: colaborar com a formação (inicial e continuada) dos professores, divulgar e disponibilizar estudos relacionados

com a formação continuada e colaborar com as secretarias municipais estaduais na produção de materiais.

O Ministério da Educação (MEC) desenvolveu ações com foco na EREER, colocando os NEABs como os principais executores: Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições de Educação Superior (UNIAFRO/SECAD/SESU) – 2005, curso Educação-Africanidades-Brasil (desenvolvido pela Universidade de Brasília - UNB) - 2006, curso História da Cultura Afro-brasileira e Africana (executado pela Ágere) - 2006, curso pela Rede de Educação para a Diversidade (UAB/MEC) - 2008, entre outros. As atividades financiadas por estes programas envolveram, entre outras coisas, a formação continuada para professores/as.

O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR) participou dos programas mencionados além de outras ações promovidas pelos/as pesquisadores/as participantes do núcleo no âmbito da formação continuada. Considerando o histórico descrito até o momento questionamos: O NEAB-UFPR realizou as ações previstas no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e no Plano Nacional de Implementação das DCNERER (2013) com respeito à formação docente? Quais estratégias foram utilizadas? Como foi a participação do NEAB-UFPR nos programas do MEC relacionados com a formação continuada e EREER? Estas formações alteraram as práticas dos docentes participantes?

Como forma de responder os questionamentos acima o objetivo principal desta pesquisa é analisar o papel do NEAB/UFPR na formação continuada em EREER, considerando o período de 2004 a 2015. Este objetivo geral será articulado com seguintes objetivos específicos: a) verificar como se constituiu o NEAB-UFPR e seu papel na Universidade, b) mapear as ofertas de cursos de formação continuada, realizados pelo NEAB-UFPR, e como estes cursos corroboraram na efetivação das ações previstas nos documentos sobre a EREER, c) verificar com os/as professores/as como suas práticas foram (ou não) modificadas.

O recorte temporal tem como base a criação do NEAB-UFPR; o Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior – UNIAFRO; o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009 (que instituiu a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica), a Portaria nº 1.328, de 23 de setembro de 2011 (que instituiu a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da

Educação Básica Pública), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005, de junho de 2014) e a Resolução CNE nº 2/2015 (define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior – cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura – e para a formação continuada).

Percurso metodológico

Para atingirmos os objetivos propostos elegemos a abordagem qualitativa (CHIZZOTTI, 2006) e como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico sobre formação continuada e ERER, análise documental e coleta de dados relacionados aos cursos ofertados e participantes do núcleo.

Revisão Bibliográfica sobre formação continuada e ERER: esta etapa foi importante para situarmos o nosso trabalho na produção acadêmica e conhecermos as pesquisas sobre a temática. Compreendemos que nesta fase

[...] o pesquisador não pode perder de vista dois aspectos: primeiro, a revisão da literatura refere-se ao estado da questão a ser investigada pelo pesquisador. Não se trata, para ele, de se deixar levar por suas leituras como um cata-vento ao vento. (...) Depois, segundo elemento que não se deve esquecer: a revisão da literatura não é uma caminhada pelo campo onde se faz um buque com todas as flores que se encontra, é um percurso crítico, relacionando-se intimamente com a pergunta a qual se quer responder (LAVILLE, DIONNE, 1999, p.112).

Os textos selecionados foram do período de 2003 até 2016, sendo que as publicações dos anos 2003 até 2014 foram previamente selecionadas pela pesquisa “Educação e Relações Étnico-raciais: o Estado da Arte” (SECADI/NEAB-UFPR/NEAB-UFMA e do Programa Ações Afirmativas da UFMG). Para os anos de 2015 e 2016, realizamos o levantamento bibliográfico utilizando o Banco de Teses e Dissertações da Capes e o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO). No total foram 106 textos que, com base nas leituras realizadas, dividimos em três grupos: formação continuada e ERER, formação inicial e ERER e formação inicial e continuada e ERER. Os resultados desta pesquisa bibliográfica estão no capítulo 2, sobre a formação continuada.

Pesquisa documental: Compreendemos a análise documental como algo diferente da pesquisa bibliográfica, principalmente por recorrer a fontes diversificadas e sem tratamento analítico (FONSECA, 2002; GIL, 2002). Para esta etapa da pesquisa analisamos quatro grupos de documentos: a) legislação referente à formação docente e EREER, b) documentos referentes aos programas analisados neste trabalho e que realizaram parcerias com o NEAB-UFPR, c) os documentos do NEAB-UFPR sobre os cursos ofertados e d) as produções acadêmicas.

No grupo “a”, pesquisamos a legislação referente a EREER e formação de professores (Leis, Decretos, Resoluções, Portarias), etapa importante para compreendermos como estes diferentes documentos, principalmente os produzidos pós 2003, apresentam a EREER e a formação dos docentes.

Com relação ao grupo “b”, verificamos os documentos produzidos para os programas analisados neste trabalho, que tiveram como foco a formação de professores/as e EREER, quais foram os objetivos previstos, quais estratégias foram utilizadas e como ocorreram as parcerias.

No grupo “c”, pesquisamos os documentos produzidos pelo NEAB-UFPR, relativos às ofertadas dos cursos: planejamentos, projetos, materiais produzidos, relatórios de prestação de contas, entre outros. A busca foi realizada com antigos coordenadores, no próprio NEAB e Funpar. A sistematização e análise, bem como, os detalhes relativos a este levantamento, estão no capítulo 3.

No último grupo de documentos, “d”, analisamos os trabalhos de conclusão de curso dos concluintes das duas especializações ofertadas pelo NEAB-UFPR. Com base nos trabalhos monográficos, mapeamos e analisamos as temáticas das pesquisas realizadas pelos cursistas.

Coleta de dados, informações relativas aos participantes e suas impressões sobre os cursos: Considerando o tempo destinado a este trabalho e a necessidade de coletarmos informações dos participantes, optou-se pelo uso de um questionário com perguntas abertas e fechadas. As questões realizadas tiveram como objetivo: traçar um perfil dos participantes, verificar a opinião sobre o curso e como a formação contribuiu (ou não) na prática pedagógica. Estes dados foram sistematizados no capítulo 4.

Para a fase de análise de dados utilizamos a análise textual discursiva. A análise textual discursiva pode ser compreendida como

[...] um processo auto-organizado de construção de compreensão em que novos entendimentos emergem de uma sequência recursiva de três componentes: desconstrução dos textos do corpus, a unitarização; estabelecimento de relações entre os elementos unitários, a categorização; o captar do novo emergente em que a nova compreensão é comunicada e validada (MORAES, 2003, p. 208)

Nossa intenção com a análise textual discursiva é a compreensão e aprofundamento dos fenômenos, que irão gerar nossas reflexões - metatextos.

Os metatextos são textos, descritivos e interpretativos, mesmo sendo organizados a partir das unidades de significado e das categorias, não se constituem em simples montagens. Resultam em seu todo a partir de processos intuitivos e auto-organizados. A compreensão emerge, tal como em sistemas complexos, constituindo-se em muito mais do que uma soma de categorias. Dentro dessa perspectiva, um metatexto, mais do que apresentar as categorias construídas na análise, deve constituir-se a partir de algo importante que o pesquisador tem a dizer sobre o fenômeno que investigou, um argumento aglutinador ou tese que foi construído a partir da impregnação com o fenômeno e que representa o elemento central da criação do pesquisador. Todo texto necessita ter algo importante a dizer e defender e deveria expressá-lo com o máximo de clareza e rigor (MORAES, 2003, p. 207)

Sistematização e análise de 100 monografias aprovadas em três turmas de especialização, duas presenciais e uma a distância. O trabalho se constituiu de levantamento das monografias, leitura dos resumos e depois de seus textos, organização em categorias em acordo com os temas de pesquisa e organização de síntese de principais resultados apontados pelas mesmas.

Como forma de apresentar a trajetória e resultados da pesquisa, além deste Capítulo inicial, da Introdução, teremos mais quatro capítulos. No segundo, intitulado *Formação Continuada em Relações Étnico-raciais*, apresentaremos a revisão bibliográfica e a análise realizada, reflexões sobre a importância da formação continuada e as políticas e iniciativas organizadas pelo MEC com relação a implementação da EREER.

No terceiro capítulo, *O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do Paraná*, abordaremos a importância dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e suas contribuições nas pesquisas, instituições de Educação e movimento negro. Apresentaremos o NEAB/UFPR, seu histórico e os percursos formativos realizados.

O quarto capítulo, *A formação lato sensu do NEAB/UFPR*, será destinado aos cursos de especialização, a análise dos questionários aplicados aos

participantes e as produções acadêmicas realizadas.

No último capítulo, das Considerações Finais, iremos apresentar uma síntese dos principais pontos abordados na pesquisa e os resultados.

2 FORMAÇÃO CONTINUADA EM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Neste capítulo propomos situar o trabalho no quadro das pesquisas realizadas sobre formação continuada e EREER, entre 2003 e 2016, por meio do levantamento bibliográfico organizado de forma a compreendermos as principais temáticas e metodologias, bem como, as principais conclusões e indicações das pesquisas.

Outro ponto será situarmos a nossa compreensão de formação continuada, dentro do contexto da educação e nas referidas normativas nacionais sobre a questão, principalmente como estas se relacionam com a EREER, visto as alterações realizadas pós 2003. Finalizamos o capítulo com um percurso e análise dos principais programas realizados pelo Ministério da Educação, que tiveram como foco a formação de professores/as e a EREER, apresentaremos alguns dados e os objetivos destas ações.

2.1 O CONHECIMENTO SOBRE A FORMAÇÃO DOCENTE E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O recorte temporal utilizado para o levantamento bibliográfico considerou, principalmente, a alteração do Artigo 26-A, visto que o referido artigo apresenta uma alteração no que tange as ensino no Brasil e relações raciais, tensionando a formação docente (inicial e/ou continuada).

Para este trabalho utilizamos parte do levantamento bibliográfico realizado pela pesquisa “Educação e Relações Étnico-raciais: o Estado da Arte”¹⁰, coordenada pelo Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva (UFPR), Prof.^a Dr.^a Shirley Aparecida de Miranda (UFMG) e Prof.^a Dr.^a Katia Evangelista Regis (UFMA). A análise referente aos textos sobre formação de professores/as da pesquisa, foi realizada por

¹⁰ A pesquisa “Educação e Relações Étnico-raciais: o Estado da Arte” teve como objetivo mapear e sintetizar a produção acadêmica sobre educação e relações étnico-raciais entre 2003 e 2014, com base nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, nos periódicos Qualis A e B na área da Educação e dos livros produzidos pelos NEABs e grupos correlatos. A primeira parte da pesquisa sobre o estado da arte foi financiada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com a execução pelos pesquisadores/as das universidades e grupos de pesquisa do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná (NEAB-UFPR); do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão (NEAB-UFMA) e do Programa Ações Afirmativas da UFMG.

Wilma de Nazaré Baía Coelho (UFPA) e Cleverton Quadros (UFPR), no artigo *Formação de Professores e Relações Raciais: mapeamento da produção em teses, dissertações e artigos (2003-2004)*, de 2007. Compreendemos que este amplo levantamento de dados, oriundo da pesquisa mencionada, configura-se como importante contribuição para o mapeamento das produções acadêmicas que tratam da educação para as relações raciais.

Para o levantamento bibliográfico referente aos anos 2015 e 2016 (não contemplados na pesquisa “Educação e Relações Étnico-raciais: o Estado da Arte”) consultamos o banco de teses e dissertações da Capes, a *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e a Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN). Foram utilizados os seguintes descritores: formação docente, racial, formação continuada, relações étnico-raciais gerando, em um primeiro momento, mais de 1200 resultados.

Ao apreender o número elevado de referências encontradas, filtramos por revistas na área de educação e humanas. Em seguida realizamos a leitura dos títulos e resumos. No final, referentes aos anos de 2015 e 2016, foram selecionados 23 textos que, somando com a pesquisa nacional, totalizaram 106 trabalhos entre artigos, dissertações e teses.

Depois de selecionados os textos, procedemos a leitura e análise de todos os resumos com a finalidade de localizarmos os seguintes elementos: os objetivos, os sujeitos, as perspectivas teóricas, as metodologias e resultados. Quando os resumos não eram suficientes, ou seja, não apresentavam os elementos que citamos acima, passamos para a leitura dos trabalhos na íntegra. Por falta de atualização de alguns bancos de dados, alguns textos não foram incluídos na análise, como a tese da pesquisadora Lucimar Rosa Dias. O grande esforço e trabalho realizado por todos os pesquisadores envolvidos na pesquisa nacional foi, de certa forma prejudicado, pela falta de atualização nos bancos de dados e falhas nos sistemas¹¹.

Com as informações obtidas, dividimos os 106 textos em três grandes blocos: a) pesquisas relacionadas com formação continuada e ERER – 63 trabalhos.

¹¹ Estas questões foram apresentadas durante o Congresso Brasileiro de Pesquisadores/as Negro/as da Região Sul (COPENE SUL), 2017, na mesa redonda: Educação e relações étnico-raciais: o estado da arte, com a participação dos professores: Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (UFSCAR) e Lucimar Rosa Dias (UFPR), no dia 12 de julho.

b) pesquisas sobre formação inicial e ERER - 27 trabalhos - e um último bloco o c) pesquisas nas quais estão presentes tanto a formação inicial quanto a continuada – 16 trabalhos. Mesmo tendo como foco a formação continuada, consideramos relevantes as contribuições sobre a formação inicial, mais especificamente os trabalhos que tratam da graduação. Esses trabalhos sobre formação inicial justificam-se como forma de compreendermos os contextos onde são formados os/as professores/as e como se insere a formação continuada.

A seguir apresentamos os pontos relevantes de cada bloco.

a) dos trabalhos sobre formação continuada e a educação das relações étnico-raciais

Iniciamos com os referenciais teóricos mais utilizados pelos/as pesquisadores/as, o multiculturalismo e interculturalismo, principalmente como um campo “que busca respostas à diversidade cultural e desafio a preconceitos, com ênfase na identidade como categoria central para se pensar em uma educação valorizadora da pluralidade no contexto escolar” (CANEN, XAVIER, 2011, p. 642). O multiculturalismo considera a

a relevância da educação para o desafio a preconceitos raciais, de gênero, de orientação sexual, de religião e outros, rumo a uma visão democrática e plural que permita o diálogo entre culturas e avance no desempenho positivo de alunos de universos culturais plurais (CANEN, XAVIER, 2011, p. 642).

A educação é tida como um espaço de diálogo entre as diversas culturas, que respeita e orienta sobre as questões de gênero, de raça e de religião. A pesquisadora Vera Maria Ferrão Candau, citada em muitos trabalhos analisados, apresenta como referencial teórico o multiculturalismo “aberto e interativo, que acentua a interculturalidade” (CANDAU, 2016, p. 808). Ainda, segundo a autora, esta perspectiva de multiculturalismo, seria o mais acertado para a construção de uma sociedade democrática, juntamente com escolas que respondam aos novos desafios socioculturais e educacionais (CANDAU, 2016). A perspectiva inter/multicultural também esteve presente nos cursos de formação objeto das pesquisas (REAL, 2012; MARQUES, 2014; OLIVEIRA, L., 2015).

Com relação aos percursos metodológicos, a abordagem qualitativa foi predominante. Entre os métodos mais utilizados temos: a pesquisa bibliográfica, análise documental, história de vida e entrevistas. Esta última prevaleceu entre os trabalhos analisados, dando voz aos professores e professoras sobre as experiências vivenciadas e as práticas docentes, elemento fundamental na compreensão dos cursos ofertados e se estas formações foram significativas.

Os cursos analisados foram de diferentes tipologias: de extensão (oferecidos por universidades com ou sem parcerias), de aperfeiçoamento (cursos com no mínimo 180 horas), de especialização *lato sensu* e cursos promovidos pelas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação (com ou sem parcerias das universidades). Observamos que muitos cursos tinham como objetivo introduzir os professores na temática da EREER.

Os trabalhos apontam que a formação continuada é uma importante forma de sensibilizar os/as profissionais de educação sobre o racismo existente e combate à discriminação tanto na Educação Básica como no Ensino Superior, bem como repensar seus conceitos sobre raça, discriminação e preconceito (BORGES, 2007; SANTOS, 2007; OLIVEIRA, LINS, 2008; COSTA, 2009; FERREIRA, 2009; ROHDEN, 2009; FELIPE, TERUYA, 2010; FELIX, 2010; FREITAS, 2010; CANDAU, 2011; PALÚ, 2011; FERREIRA, 2012; MARTINS, 2012; SILVA, 2012; LUIZ, 2013; PAULA, 2013; SISS, BARRETO e OLIVEIRA, 2013; FELIPE, TERUYA, 2013; SILVA, 2014; BUZATTO, 2015, FRIEDRICH, 2015; MACHADO, 2015).

Outro ponto importante, aferido pelas pesquisas, é que a participação dos/as docentes na formação continuada contribuiu para ressignificar as práticas pedagógicas na perspectiva da EREER (DIAS, 2006; BORGES, 2008; SARAIVA, 2009; SOUSA, 2009; GOMES, MACHADO, 2010; MEIJER, 2012; SILVA, 2012; SILVA, 2014; HENKIN, 2015, SANTOS, 2015), com o reconhecimento das relações raciais presentes na escola (FELIPE, TERUYA, 2010; FELIX, 2010; PAULA, 2013; AMÉRICO, 2014). Sobre estas questões a pesquisa de Paula Janaina da Silva, “O Papel da Formação Continuada de Professores (as) para a Educação das Relações Raciais” (2012), aponta

[...] que a formação continuada de professores para a educação das relações raciais humaniza a prática pedagógica por meio do desenvolvimento profissional, da articulação entre o currículo que dita o ensinar e a parte pedagógica de como ensinar para a diversidade, para a educação racial, baseada no amor para a construção do respeito à população negra (SILVA, 2012, p.139).

Observa-se que após realizarem as formações há uma valorização, por parte dos professores e das professoras, da diversidade cultural presente na sociedade brasileira (OLIVEIRA, 2011; CANEN, XAVIER, 2012; QUEIROZ, 2012; SILVA, 2012; PAULA, 2013; AMÉRICO, 2014), além de reconhecer e apreciar a cultura africana e dos negros brasileiros, desconstruindo estereótipos (FELIPE, TERUYA, 2010; MARÇAL, 2010) que fizeram parte da formação destes profissionais, seja no âmbito pessoal quanto profissional.

A formação em EREER proporcionou aos participantes uma condição mínima para o trabalho com a temática racial (SANTOS, 2007) e colaborou com o combate às formas de silenciamento e/ou discriminação presente no cotidiano escolar (CARENO, ABDALLA, 2013; VIEIRA, 2011; PAULA, 2013). Outro ponto muito significativo foram as reflexões realizadas pelos/as professores/as negros/as sobre sua identidade (SANTOS, 2007; FERREIRA, C, 2009; SILVA, 2011)

Este processo formativo, que possibilitou um novo olhar sobre as relações raciais existentes no interior da escola e colaborou para que os/as docentes atuem combatendo tais situações, foi apontado na tese de Benjamin Xavier de Paula, “A Educação para as Relações Étnico-raciais e o Estudo da História e Cultura África e Afro-Brasileira: Formação Saberes e Práticas Educativas” (2013). Na referida pesquisa, a formação continuada foi reconhecida como de fundamental importância, pois possibilitou aos professores participantes a ressignificação de suas práticas e saberes, além “do emponderamento que os preparou para o enfrentamento das práticas escolares racistas e para a promoção de uma educação positiva das relações étnico-raciais” (PAULA, 2013, p. 295). Outra questão apontada pelo autor, sobre a formação continuada, é que esta permitiu um novo olhar, por parte dos/das docentes, das relações entre as/os estudantes negros/as e não negros (PAULA, 2013).

Observamos nos trabalhos que o ressignificar da ação docente na perspectiva a EREER passa por conhecer aspectos históricos sobre as relações raciais, desnaturalizar a percepção sobre os/as negros/as no Brasil, compreender as estruturas políticas que contribuíram (e ainda persistem) para a exclusão da população negra e as condições de acesso aos bens e serviços garantidos constitucionalmente. Tais questões foram apontadas no artigo de Iolanda de Oliveira (2011), “Relações raciais e educação: a formação continuada de docentes da escola

básica – evidenciando alguns fatores relacionados às políticas estabelecidas”. Além de refletir sobre o papel enquanto docentes os cursos realizaram algo mais profundo, pois promoveram uma reflexão sobre a identidade dos/das professores/as, principalmente dos/das professores/as negros (SANTOS, 2007; FERREIRA, 2009; SILVA, 2011).

O enfrentamento e a desconstrução do mito da democracia racial foram indicados por pesquisadores como consequências dos processos de formação continuada (FERREIRA, C., 2009; LUIZ, 2013). Mas o mito da democracia racial também foi avaliado como um fator de resistência de professores e professoras ao trabalho com relação a EREER (DIAS, 2011; VIEIRA, 2011; LUIZ, 2013;). Tal situação é observada na dissertação de Karina de Araújo Dias (2011), “Formação Continuada para a Diversidade Étnico-racial: desafios pedagógicos no campo das ações afirmativas na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis”, a pesquisadora pondera que as formações não atingiram um número significativo de docentes e que o discurso pedagógico, que referenda o mito da democracia racial, é um dos elementos que impede a efetivação de políticas de formação para a EREER.

A resistência dos participantes quanto a temática, também é outro aspecto que precisa ser destacado. No trabalho de Maria Fernanda Luiz (2013), “Educação das relações étnico-raciais: Contribuições de cursos de formação continuada para professoras (es)”, as professoras participantes relataram que os cursos contribuíram pouco para uma educação antirracista. A autora aponta que nem sempre os cursos conseguem superar a convicção das/dos professores/as baseadas no mito da democracia racial (LUIZ, 2013).

Como observamos as diversas pesquisas apresentaram o impacto positivo da formação continuada, mas sua efetivação precisa constar na pauta das políticas formativas, principalmente nas secretarias municipais e estaduais de educação. Os trabalhos apontaram que entre os principais problemas para a realização da formação continuada e EREER estão: a falta de financiamento público e o interesse das equipes responsáveis pela formação docente (SILVA, 2005; BORGES, 2008; SILVA, M. L. R. N., 2008; FERREIRA, C., 2009; LIMA, SANTOS, 2009; DIAS, 2011; PALÚ, 2011; PEREIRA, 2011; VIEIRA, 2011; SILVA, COELHO, 2013; SOLIDADE, MARQUES, 2013; SILVA, A. N., 2015; SARAIVA, 2009; RAMOS, 2015; RODRIGUES, 2015; FEITAL, 2016; SILVA, 2016). Os trabalhos evidenciaram que

os cursos, quando oferecidos, são apresentados como ações isoladas e sem continuidade, como uma forma de introduzir a EREER aos profissionais de educação.

As universidades se constituem como um importante espaço de formação e de combate ao racismo (ANDRADE, SANTOS, 2010; FERREIRA, 2012; FERREIRA, 2010; COELHO, SOARES, 2016), principalmente com as contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (SISS, BARRETO e OLIVEIRA, 2013; CAMARGO, 2015, COELHO, SOARES, 2016).

Com relação às contribuições dos NEABs, para a formação de professores e professoras, temos o artigo de Ahyas Siss, Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto e Otair Fernandes de Oliveira, "Processos Formativos e as Contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros da UFES e da UFRRJ" (2013). O referido artigo aponta que as ações e atividades realizadas pelos dois NEABs foram importantes para interferir com êxito na formação dos/as docentes, assim permitindo o reconhecimento dos preconceitos existentes, desigualdades e exclusão da população negra, e levando os/as professores/as a assumirem propostas pedagógicas antirracistas (SISS, BARRETO e OLIVEIRA, 2013).

A dissertação de Sergio Gonçalves Lima (2012), intitulada "A questão étnico-racial na formação continuada de professores da Escola Básica: uma análise de quatro Núcleos de Estudos Afro-brasileiros do estado do Rio de Janeiro" refletiu sobre os percursos históricos e os desdobramentos da EREER nos cursos de formação continuada de professores/as da Educação Básica.

O estudo possibilitou compreender que são inúmeras as dificuldades encontradas pelos Neabs para a realização de suas propostas, tais como as de caráter governamental e institucional. Dentre vários aspectos, mostrou a defesa dos participantes por uma proposta política, de caráter emergencial, com objetivos de publicar pesquisas produzidas pelos próprios Neabs. As análises puderam mostrar, também, que existe uma má gestão dos recursos do Programa UNIAFRO pelas universidades (LIMA, 2012, p. 10).

Poucos são os trabalhos que colocam os NEABs como protagonistas nas formações dos/as docentes, mesmo com documentos que apresentam os referidos núcleos como importantes agentes para a formação continuada. Assim, observamos a relevância desta pesquisa, pois trata de analisar as contribuições do NEAB/UFPR no que se refere a formação continuada, como aponta a legislação e documentos sobre a EREER.

Considerando o amplo número de pesquisas e as relevantes contribuições dadas, optamos por realizar um quadro síntese. Cada trabalho apresenta uma série de contribuições conforme pode-se constatar no quadro 1:

QUADRO 1 – PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO CONTINUADA

Formação Continuada - 63 trabalhos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização da diversidade cultural pelos/as professores/as (OLIVEIRA, 2011; QUEIROZ, 2012; SILVA, 2012; CANEN, XAVIER, 2012; PAULA, 2013; AMÉRICO, 2014). ✓ Sensibilização e ampliação dos conhecimentos sobre: o racismo, raça, discriminação e preconceito (BORGES, 2007; SANTOS, 2007; OLIVEIRA, LINS, 2008; COSTA, 2009; FERREIRA, 2009; ROHDEN, 2009; FELIX, 2010; FELIPE, TERUYA, 2010; FREITAS, 2010; CANDAU, 2011; PALÚ, 2011; FERREIRA, 2012; MARTINS, 2012; LUIZ, 2013; PAULA, 2013; SISS, BARRETO e OLIVEIRA, 2013; FELIPE, TERUYA, 2013; SILVA, 2014; BUZATTO, 2015; FRIEDRICH, 2015; MACHADO, 2015). ✓ Desconstrução do mito da democracia racial (FERREIRA, 2009; LUIZ, 2013). ✓ Contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (SISS, BARRETO e OLIVEIRA, 2013; CAMARGO, 2015; COELHO, SOARES, 2016). ✓ Ampliar a presença da Educação das Relações Étnico-raciais na política de formação continuada dos municípios e estados (SILVA, 2005; BORGES, 2008; SILVA, 2008; FERREIRA, 2009; LIMA, SANTOS, 2009; SARAIVA, 2009; DIAS, 2011; PALÚ, 2011; PEREIRA, 2011; VIEIRA, 2011; SILVA, COELHO, 2013; RAMOS, 2015, RODRIGUES, 2015; SOLIDADE, MARQUES, 2013; SILVA, S., 2015; FEITAL, 2016; SILVA, 2016). ✓ As Universidades como espaços formativos sobre a EREER (ANDRADE, SANTOS, 2010; FERREIRA, 2010; FERREIRA, 2012). ✓ Resistência dos/as professores/as com relação a EREER (DIAS, 2011; VIEIRA, 2011; LUIZ, 2013). ✓ Reconhecimento da EREER nas escolas (FELIX, 2010; FELIPE, TERUYA, 2010; PAULA, 2013; AMÉRICO, 2014). ✓ Perspectiva inter/multicultural nos cursos analisados (REAL, 2012; MARQUES, 2014; OLIVEIRA, L., 2015). ✓ Desconstrução de estereótipos referentes aos africanos e negros brasileiros (FELIPE, TERUYA, 2010; MARÇAL, 2010). ✓ Reflexões sobre a EREER nas práticas pedagógicas dos/das professores/as. (DIAS, V., 2006; BORGES, 2008; SARAIVA, 2009; SOUSA, 2009; GOMES, MACHADO, 2010; MEIJER, 2012; SILVA, 2014; HENKIN, 2015; SANTOS, C., 2015). ✓ Combate às formas de silenciamento ou discriminação nas escolas (CARENO, ABDALLA, 2013; VIEIRA, 2011; PAULA, 2013). ✓ Reflexão sobre a Identidade dos/das professores/as negros/as participantes dos cursos (SANTOS, 2007; FERREIRA, 2009; SILVA, 2011). ✓ Condição para o trabalho com a EREER (SANTOS, 2007).

FONTE: Elaborado pela autora, 2017

b) dos trabalhos sobre formação inicial e educação das relações étnico-raciais

Na relação de textos oriundos da Pesquisa “Educação e Relações Étnico-raciais: o Estado da Arte Nacional” e na pesquisa complementar realizada considerando os anos de 2015 e 2016, entre os textos selecionados estavam os que tinham como objeto a formação inicial. Se por um lado, não é foco deste trabalho a formação inicial, do outro, estes dados nos ajudam a compreender, em partes, o percurso acadêmico realizado pelos/as docentes, que participaram das formações continuadas e, portanto, tornam-se indispensáveis para alcançarmos os objetivos desta pesquisa.

Na abordagem que enfoca a formação inicial de professores/as os trabalhos pesquisados envolveram os cursos de licenciaturas, com destaque para os cursos de pedagogia. As pesquisas utilizaram a abordagem qualitativa, com o predomínio das seguintes metodologias: a análise documental (com destaque para os Projetos Pedagógicos dos Cursos) e entrevistas semiestruturadas com os/as estudantes e docentes dos cursos. Os referenciais teóricos mais utilizados foram o multiculturalismo e o interculturalismo. No geral os trabalhos tiveram como objetivo analisar a presença (ou não) da EREER nos cursos de graduação com base na análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) e nos depoimentos dos/das cursistas.

Como resultado as pesquisas evidenciaram a falta da Educação das Relações Étnico-raciais nos cursos de graduação responsáveis pela formação docente, principalmente nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), mesmo os que passaram por reformulações recentes, pós 2003 (COELHO, 2005, COELHO, 2007; MONTEIRO, 2010; MELO, 2012; CARDOSO, CASTRO, 2015; JESUS, C.C.S., 2015; SILVA, A., 2015; SOUZA, 2015; CARDOSO, 2016; NOGUEIRA, 2016; SILVA, 2016).

Estes dados são preocupantes, pois apresentam o silenciamento das temáticas raciais nos cursos destinados à formação docente. A falta de problematização no PPC faz, do espaço formativo, um reproduzidor de discriminação e estereótipos (COELHO, 2007; ROCHA, 2010). Melo (2012) aponta a necessidade de sensibilizar os docentes universitários para o tema da EREER, visto que estes são responsáveis por repensar os cursos, propor as ementas, entre outras ações internas, como pesquisa e extensão.

A falta da EREER nos PPCs analisados, não exclui totalmente a questão na formação inicial, pesquisas destacaram o papel de professores e professoras universitários/as que, de forma mais pontual, são responsáveis pela implementação de ações relativas à EREER (SILVA, A., 2015; NOGUEIRA, 2016; LIMA, 2016). A presença desta discussões e ações, valoriza a diversidade racial, cultural e étnica (SANTOS, 2007; SILVA, 2010; GAY 2014; SANTOS, LIMA, 2014;). Entre os referenciais teóricos presentes nos cursos analisados, tiveram destaque o interculturalismo e multiculturalismo (CANEN, 2008; PANSINI, NENEVÉ, 2008; BACKES, PAVAN; 2011; GAY, 2014).

A inserção de disciplinas optativas, nos cursos de graduação, foi uma forma de incluir a EREER como observamos na dissertação de Aldelice Nascimento Silva, de 2015, intitulada “A Formação Docente para a Educação Básica nas Licenciaturas em Letras Vernáculas e em Desenho e Plástica na UFBA: o currículo na perspectiva das relações etnicorraciais”, a pesquisadora verificou a presença de disciplinas optativas que, nas suas respectivas ementas, contemplavam o previsto no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e na Resolução CNE/CP nº 01/2004. A referida pesquisadora aponta que são ações que tem ocorrido

[...] por iniciativa isolada de determinados(as) professores(as), que levam a discussão da temática para a sala de aula com viés intencional de realizar um trabalho de fortalecimento da identidade negra, por meio do conhecimento de representações positivas da cultura afro-brasileira e africana (SILVA, 2015a, p. 171).

Com relação aos estudantes dos cursos de licenciatura, observamos dois trabalhos que apontaram que os egressos apresentaram uma postura crítica com relação ao racismo (BEDANI, 2006; SANTOS, 2007). A pesquisadora Vanessa Mantovani Bedani, na sua dissertação “O curso de Pedagogia e a Diversidade Étnico-Racial: Trilhando Caminho” (2006), coloca a formação inicial como central para que os/as professores/as repensem suas práticas e postura no enfrentamento do racismo no espaço escolar.

Dos pontos apresentados, avaliamos a necessidade de mais pesquisas referentes a EREER nos cursos de graduação, principalmente nas licenciaturas, e assim verificar se as Instituições de Ensino Superior (IES) estão cumprindo o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

[...] § 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, nos termos explicitados no Parecer CNE/CP 3/2004. § 2º O cumprimento das referidas Diretrizes Curriculares, por parte das instituições de ensino, será considerado na avaliação das condições de funcionamento do estabelecimento (BRASIL, 2004).

Os/as futuros professores/as precisam refletir sobre suas concepções de sociedade, cultura e, principalmente (re)significar suas ideias sobre ser docente. A inclusão da EREER nas universidades não é uma opção, ela precisa estar no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI), no Projeto Pedagógico Institucional (PPI), no PPC (incluindo as ementas dos componentes curriculares) e nos diversos espaços institucionais, como previsto nas normativas. Além dos dispositivos legais é um compromisso ético e político, que precisa contemplar a formação dos/as professores/as. Os/as professores/as universitários/as necessitam passar por formações, momentos de reflexão e ações institucionais que busquem conscientizar para a temática da EREER.

QUADRO 2 – PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO INICIAL

Formação Inicial – 27 textos
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Formação inicial como reprodutora de discriminação (COELHO, 2007; ROCHA, 2010). ✓ Necessidade de propostas de formação pós-colonialistas (ANDREOLA, 2007). ✓ A importância do interculturalismo e multiculturalismo na formação docente (CANEN, 2008; PANSINI, NENEVÉ, 2008; BACKES, PAVAN; 2011; GAY, 2014). ✓ Aprofundar a EREER nos cursos de graduação (COELHO, 2005, MONTEIRO, 2010; MELO, 2012; JESUS, C.C.S., 2015; CARDOSO, 2016; NOGUEIRA, 2016;), ausência da EREER nas ementas (COELHO, 2007; CARDOSO, CASTRO, 2015; SILVA, A., 2015). Presença de optativas (SILVA, A., 2015) – Não reformularam os PPCs e não alteraram a ementa (SOUZA, 2015) ✓ Sensibilização dos/as professores/as das IES quanto a temática da EREER (MELO, 2012). ✓ Ações de docentes universitários para implementação da EREER (SILVA, A., 2015; NOGUEIRA, 2016) prática e a gama de conhecimentos trabalhados por estes mesmos sujeitos (LIMA, 2016) ✓ Egressos com uma postura crítica com relação ao racismo e discriminação (BEDANI, 2006; SANTOS, 2007; ANDRADE, TEIXEIRA e MAGALHÃES, 2012;). ✓ Presença da discussão e valorização da diversidade racial, cultural e étnica (SANTOS, 2007; SILVA, 2010; GAY 2014; SANTOS, LIMA, 2014;). ✓ Análise do perfil étnico-racial do/as egresso/a (SANTOS, LIMA e GOMES, 2012) ✓ Presença e situação dos/as estudantes negros/as nos cursos de formação de professores (COELHO, 2005, RODRIGUES, 2011; JESUS, C.C. S., 2015; CAMPOS, 2016).

FONTE: Elaborado pela autora, 2017

c) trabalhos sobre formação inicial e continuada relacionados com a EREER

Neste bloco estão os trabalhos que abordaram de forma conjunta, tanto o percurso inicial dos/das docentes quanto às trajetórias de formação continuada. Com relação a concepção teórica utilizada nas pesquisas, temos a predominância do multiculturalismo (CANEN, XAVIER, 2012). As principais metodologias utilizadas foram as entrevistas semiestruturadas e estudos sobre a história de vida dos sujeitos (professoras e professores). No que diz respeito a história de vida este é

[...] um instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Ela fornece, portanto, base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, assim como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos (PAULILO, 1999, 142-143).

Entre os objetivos encontrados destacamos o de analisar como as questões raciais estiveram presentes no percurso de vida, acadêmico e profissional de professoras e professores (SILVA, 2006; SANTOS, 2011; SILVA, M. L., 2013; RÖESCH, 2014; LOBOSCO, 2015). Observou-se também nos trabalhos que as trajetórias destes/as docentes foram marcadas pelo racismo e refletiram nas práticas pedagógicas nas escolas e no tratamento com os/as estudantes, por exemplo como apontado no trabalho de Valéria Pavão de Souza Palú, “O ensino da temática racial: formação e práticas docentes na educação escolar” (2011).

A pesquisa de Lilian Almeida dos Santos, de 2011, ao investigar quatro professoras negras a partir dos conhecimentos construídos na trajetória de vida, utilizando narrativas autobiográficas, concluiu que as memórias e representações raciais das professoras dialogam com suas atitudes nas relações com seus estudantes

O fato de ter realizado a escuta das vozes dessas professoras me trouxe uma confirmação mais autêntica sobre o processo de como a profissionalidade do sujeito docente traz a personalidade do sujeito social, da experiência de vida carregada de conquistas, ganhos, mas, predominantemente, de fracassos e frustrações. Isso ficou evidente quando as professoras me falavam sobre suas histórias de vida, suas experiências sociais – algumas fortemente marcadas pelas questões de gênero e de raça – que embasam suas concepções políticas, suas perspectivas de olhar sobre os sujeitos da EJA (SANTOS, 2011, p. 93).

Os marcadores políticos, raciais e econômicos são determinantes nas relações, como observa-se na dissertação de Rosângela Souza da Silva, “Racismo e Discriminação Racial no Cotidiano Escolar: Dizeres e Fazer de uma Escola Pública de Nível Médio em Feira De Santana – Bahia” (2005). A autora apresenta a formação continuada na perspectiva pluricultural e antidiscriminatória como forma de tornar a escola um espaço que respeite as diferenças (SILVA, 2005).

Os estudos apontam para uma formação, inicial e continuada, que ofereça subsídios aos docentes para que nas práticas cotidianas, questionem e consigam perceber situações de racismo. As pesquisas indicam a necessidade de ampliar as discussões sobre multiculturalismo e interculturalismo nos espaços formativos (BATISTA, JUNIOR e CANEN, 2013; SILVA, G., 2013).

Os textos analisados até aqui seguem a tendência dos outros dois blocos, ou seja, que no caso das graduações é preciso ampliar e problematizar mais a EREER. Já a formação continuada contribui como um espaço de ressignificar a ação docente, principalmente quando os/as professores/as observam suas práticas em uma nova perspectiva, os principais pontos dos trabalhos foram sistematizados no quadro que segue:

QUADRO 3 – PRINCIPAIS RESULTADOS DAS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA

Formação Inicial e Continuada - 16 textos
✓ A temática da EREER pouco presente nas formações, existência de lacunas (MENDONÇA, 2011; OLIVEIRA, 2016).
✓ Necessidade de ampliar as discussões sobre multiculturalismo e interculturalismo tanto na formação inicial quanto continuada (BATISTA, JUNIOR e CANEN, 2013; SILVA, G., 2013).
✓ A implementação da história e da cultura africana e afro-brasileira perpassa a formação (BRITO, 2014; SANTOS, 2013; PAULA, GUIMARÃES, 2014).
✓ Necessidade de ampliar as pesquisas sobre formação de professores e temáticas sobre gêneros e etnias (ANDRÉ, 2009).
✓ Formação docente e diversidade (ARANHA, 2011, ANSELMO, 2015).
✓ Investimento em formação inicial e continuada sobre a EREER (ALEXANDRE, 2013; SANTOS, 2013)
✓ Silenciamento da EREER nos percursos formativos (ALEXANDRE, 2013).
✓ A trajetória de professores/as negros/as (SILVA, 2006; SANTOS, 2011; SILVA, M. L., 2013; RÖESCH, 2014; LOBOSCO, 2015).

FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

O cenário apresentado, na revisão bibliográfica, demonstrou que o nosso trabalho se insere como uma contribuição, pois observamos poucos trabalhos relacionados com os NEABs e suas ações com relação a formação continuada.

Em síntese, no que se refere a formação inicial as indicações são de repensar o percurso formativo dos estudantes trazendo para o Projeto Pedagógico dos Cursos de licenciatura o debate sobre as questões raciais, problematizando o percurso histórico da população negra e um currículo que respeite a diversidade presente no Brasil.

Com relação a formação continuada, os trabalhos apontaram para a necessidade de uma política formativa que tenha a presença da EREER, principalmente na agenda dos municípios, de forma contínua. As pesquisas assinalam a necessidade de que os cursos sobre a EREER apresentem propostas que tragam reais contribuições para o trabalho docente.

Outra prescrição do conjunto de escritos, analisados no levantamento bibliográfico, é que os cursos trabalhem na desconstrução das representações negativas envolvendo a história e a cultura negra do Brasil. As sugestões são de formações realizadas com propostas bem estruturadas, um caminho é ouvir as vozes dos professores e professoras: nas falas (ou silêncio) sobre situações do cotidiano, nas observações dos contextos escolares, nos planejamentos e reuniões pedagógicas.

2.2 FORMAÇÃO CONTINUADA

O tema da formação continuada não é algo novo no âmbito das pesquisas educacionais, Bernadette Gatti et al. em 1972 publicou um trabalho no qual analisava algumas ações formativas dos 1960. Neste estudo a autora questiona os treinamentos e reciclagens, colocando a necessidade de algo mais contínuo que definiu como educação permanente (GATTI et al. 1972). Nosso trabalho não tem a pretensão de discorrer sobre a totalidade da produção sobre formação continuada, mas sim, focar na formação continuada e relações raciais, principalmente sobre o papel do NEAB-UFPR.

No âmbito desta pesquisa compreendemos a formação continuada para o/a professor/a como uma reflexão “do trabalho educativo e sua identidade pessoal e

profissional, levando em conta as dificuldades na busca do significado no interior de suas aprendizagens ou do que aprende com suas práticas” (MAGALHÃES, AZEVEDO; 2015, p. 31).

No campo da legislação, a formação continuada ganha um importante reconhecimento com a aprovação da LDB nº 9.394/1996, pois apresenta esta como obrigação do Estado e direito dos/das professores/as. No art. 67 observa-se como dever dos sistemas de ensino a realização de cursos de “aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim” (BRASIL, 1996).

No ano de 2009, a Lei nº 12.056 acrescentou novos parágrafos ao art. 62 da LDB nº 9.394/96, seguem extratos que consideramos relevantes do referido artigo:

Art. 62. (...) § 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (...) Art. 62-A. (...) Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão: (...) III - programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis. Art. 67. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: (...) II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; (...) V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; (BRASIL, 1996)

A presença da formação continuada na LDB nº 9.394/96, principalmente com a alteração dada pela Lei nº 12.056/2009, mostra a importância e necessidade para os/as profissionais da educação destes espaços de formação que permitem um repensar a escola, o papel dos/as professores/as e o (re) pensar seus saberes.

Entre as políticas mais recentes no campo educacional, temos o Plano Nacional da Educação (PNE) (Lei nº 13.005 de 2014) que inaugura uma nova fase das políticas educacionais no Brasil. Entre as 20 metas previstas no PNE 2014/2024, apresentamos as duas que se relacionam com a formação docente. A primeira é a Meta 15 que visa

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (Lei nº 13.005/2014).

Observamos o regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme previsto na LDB nº 9394/1996, como um elemento importante para a efetivação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação.

Outro ponto do PNE 2014/2024, relacionado com a formação, é a Meta 16

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (Lei nº 13.005/2014).

Com relação a Meta 16, no ano de 2016, a porcentagem de professores/as da Educação Básica com Pós-Graduação era de 34,6%. Já os participantes de curso de formação continuada era 33,3% (dados de 2016), sendo que a meta é 100%. A formação continuada como um direito, que colabora em suprir alguns pontos não contemplados na formação inicial e o constante aperfeiçoamento, atingi somente um terço dos/as professores/as.

Além das duas metas citadas, gostaríamos de incluir aqui a estratégia 7.25, referente a Meta 7

Garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil (BRASIL, 2014).

Mesmo não tratando diretamente da formação, compreendemos a relevância da referida estratégia que aborda o tema da EREER. Avaliamos que garantir os conteúdos sobre história e as culturas afro-brasileiras e uma educação que busque

combater a discriminações raciais, perpassa investir na formação dos/as docentes.

As metas e estratégias presentes no PNE 2014/2024 e as discussões apresentadas nas Conferências Nacionais de Educação (CONAE) de 2010 e 2014, nortearam a Resolução CNE/CP nº 02/2015 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais da Educação Básica. A referida Resolução define os “princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação” (BRASIL, 2015b, p.2).

A Resolução CNE/CP nº 02/2015, coloca que a formação continuada

compreende dimensões coletivas, organizacionais e profissionais, bem como o repensar do processo pedagógico, dos saberes e valores, e envolve atividades de extensão, grupos de estudos, reuniões pedagógicas, cursos, programas e ações para além da formação mínima exigida ao exercício do magistérios na educação básica, tendo como principal finalidade a reflexão sobre a prática educacional e a busca de aperfeiçoamento técnico, pedagógico, ético e político do profissional docente (BRASIL, 2015b, p.13).

No documento temos as orientações quanto a oferta da formação continuada, que poderá ser através de cursos de atualização, extensão, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado. No Parecer CNE 02/2015, referente às DCNs para a Formação dos professores e das professoras, a formação continuada precisa ser realizada “por meio de projeto formativo que tenha por eixo a reflexão crítica sobre as práticas e o exercício profissional e a construção identitária do profissional do magistério” (BRASIL, 2015a, p. 34).

A Resolução CNE/CP nº 02/2015 define uma base comum nacional para formação inicial e continuada, com a concepção de educação como emancipatória, reconhecendo as particularidades do trabalho do/a professor/a. As diretrizes destacam a necessidade de projetos entre Universidades e entes federados, como forma de superar a dicotomia entre teoria e prática, na “efetiva articulação entre as políticas e dinâmica de organização, gestão e financiamento da educação, suas instituições e seus atores” (DOURADOS, 2015, p. 315).

A formação continuada é um dos elementos da valorização dos/das professores/as, juntamente com: planos de carreira, salários, condição de trabalho, formação inicial (BRASIL, 2015a, p. 35), é preciso que os/as professores/as se vejam como sujeitos de direitos, assim “com direito a uma formação de qualidade e dignidade profissional” (CRISTALDO, CATANANTE, 2016, p. 40).

2.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Na revisão bibliográfica realizada a formação foi apontada como essencial para ressignificar as práticas dos/das profissionais e colaborar para um novo olhar frente as questões raciais do cotidiano (BORGES, 2007; SANTOS, 2007; OLIVEIRA, LINS, 2008; FERREIRA, 2009; ROHDEN, 2009; FREITAS, 2010; FELIPE, TERUYA, 2010; FELIX, 2010; CANDAU, 2011; PALÚ, 2011; MARTINS, 2012; PAULA, 2013; LUIZ, 2013; FELIPE, TERUYA, 2013; SILVA, 2014; BUZATTO, 2015, FRIEDRICH, 2015; MACHADO, 2015).

Mesmo com ações pontuais, a EREER foi incluída com mais ênfase na formação (inicial e continuada) com a alteração do Artigo 26-A da LDB nº 9.394/96 e a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais. No trabalho de Siss, o autor afirma:

[...] lacuna deixada pelos cursos de formação de professores, no que diz respeito à prática docente no seio de uma sociedade plural, bem como à diversidade étnico-racial de seus alunos, obstaculizará o professor na identificação de práticas discriminatórias em sala de aula, dificultando, ainda, a criação de estratégias e de mecanismos de combate às mesmas por esse profissional, a quem caberá, nas salas de aula, explicitar – sem hierarquizar – as diferenças étnico-raciais, culturais, econômicas e de gênero de seus alunos, transformando as salas de aula e, por conseguinte, a instituição escola, em um espaço democrático, “espelho da riqueza humana” (SISS, 2008, p. 8).

Mais do que lacunas, a formação dos/das profissionais foi (e ainda é) preenchida com ideias colonizadoras e de branquidade, fazendo de muitos professores e professoras reprodutores do sistema de discriminação racial vivenciada nas escolas, quando observamos os PPCs a EREER ainda se apresenta de forma tímida ou mesmo não aparece (COELHO, 2005; MONTEIRO, 2010; MELO, 2012; JESUS, C.C.S., 2015; CARDOSO, 2016; NOGUEIRA, 2016).

Com uma formação que não envolveu a EREER, os/as professores/as apresentam dificuldades para trabalhar com as relações raciais, pois estão incutidos de preconceitos que, somando com um ambiente permeado de racismo, prejudicam os/as estudantes negros no seu processo de aprendizagem (MUNANGA, 2005), muitas vezes pelo silenciamento ou com a reprodução.

O percurso formativo destes/as docentes, foi marcado por renegar culturas negras e indígenas. Como explica a pesquisadora Petronilha Beatriz Gonçalves

Silva (2007) nossa formação confere aos brancos europeus a “cultura clássica”, que permanece no tempo, desconhecendo que outras culturas (não europeias) também estão presentes. Essa opção, por uma única visão – monocultural – ignora a diversidade presente na sociedade excluindo, do currículo e da prática docente, vivências e tradições que estão presentes nas comunidades indígenas, dos descendentes de africanos, asiáticos e americanos nativos.

Isto nos torna incapazes de corrigir a ilusão da democracia racial, de vencer determinações de sistema mundo centrado em cosmovisão representativa de uma única raiz étnico-racial. Impede-nos de ter acesso a conhecimentos de diferentes origens étnico-raciais, e ficamos ensinando um elenco de conteúdos tido como o mais perfeito e completo que a humanidade já teria produzido. (SILVA, 2007, p.501)

Oriundos de uma formação, tanto escolar quanto universitária, baseada em um único viés da história e da sociedade, os/as professores/as tendem a não reconhecer as situações de preconceito e racismo presentes no cotidiano das instituições educacionais e na sociedade. A ausência de uma postura de combate às discriminações, ou mesmo de reflexão sobre as problemáticas sociais que excluem determinados grupos, faz com que os/as docentes via de regra se tornem reprodutores do preconceito racial através de suas práticas pedagógicas.

Considerando que a formação inicial de professores/as e o contexto social onde vivem é marcado pelo racismo e preconceitos, seria importante pensar em formas de ressignificar suas ações, práticas e ideia de sociedade.

O repensar da prática docente para a promoção de igualdade racial, perpassa uma formação continuada que traga reflexões sobre as diferentes raízes históricas e culturais, que repense as formas de ensinar, as escolhas dos conteúdos e materiais, as relações internas entre os estudantes e professores. Assim, a bibliografia da área afirma ser importante pensar uma formação que trate de gênero, raça, pluralidade cultural e étnica, que sensibilize os/as professores/as nas suas ações, traga mais criticidade nas escolhas dentro (e fora) do contexto escolar.

Retomamos aqui a Resolução CNE/CP nº 02/2015, que trata da formação inicial e continuada, por ser tratar de um documento recente e o tema deste trabalho, buscamos a presença da EREER no referido documento. No início do documento, na parte referente as considerações, apreendemos que entre os princípios vitais para a melhoria da democratização da gestão e do ensino está “o respeito e a valorização

da diversidade étnico-racial” (BRASIL, 2015b, p. 1).

As Diretrizes apresentam que a formação deve conduzir o/a egresso/a “à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras” (BRASIL, 2015b, p. 04). E ao final da formação inicial estar apto a “demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras” (BRASIL, 2015, p.04).

Estes marcos legais apresentados norteiam as ações e os programas realizados pelo Ministério da Educação. Como a proposta desta pesquisa é analisar projetos desenvolvidos pelo NEAB-UFPR, oriundos destas políticas nacionais, destacamos a seguir os que tiveram relação com a ERER.

2.4 AÇÕES E PROGRAMAS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DO ARTIGO 26-A

A formação é considerada um dos principais caminhos para pensar a escola como um espaço de respeito a diversidade e de ruptura com as suas práticas reprodutoras de discriminação e racismo (BORGES, A., 2007; FERREIRA, 2009; FREITAS, 2010; FELIX, 2010; CANDAU, 2011; PALÚ, 2011; MARTINS, 2012; PAULA, 2013; LUIZ, 2013; FELIPE, TERUYA, 2013; BUZATTO, 2015, MACHADO, 2015).

O Estado Brasileiro pressionado por ativistas e acadêmicos, através do Ministério da Educação, realizou diversas ações com o objetivo de implementar o art. 26-A, da LDB 9394/1996, tais como: publicações (Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03 – 2005¹²; Yoté: o jogo da nossa

¹² BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: MEC/SECAD, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16354-educacao-anti-racista-caminhos-abertos-pela-lei-federal-n-106392003&category_slug=setembro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 22 jul. 2016.

história - 2010¹³; Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03 – 2012¹⁴; História e cultura africana e afro-brasileira na educação infantil - 2014¹⁵, implementação dos Fóruns Estaduais e Municipais de Educação e Diversidade Étnico-racial¹⁶ - 2004, a implementação da Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-brasileiros ¹⁷(CADARA).

Além das ações citadas, o MEC também realizou programas e cursos de formação continuada utilizando tanto a modalidade presencial quanto a distância. Para este trabalho, considerando o recorte temporal, iremos apresentar alguns dados e informações sobre os anos de 2004 e 2015.

Um importante programa para a formação continuada foi o UNIAFRO. Ele tinha como objetivo fortalecer e incentivar a institucionalização das atividades dos NEABs das Instituições Públicas de Educação Superior, contribuindo para a implementação de políticas de ação afirmativa voltadas para a população negra. Uma das linhas de ação do edital foi “formação de profissionais da educação” definida como “apoio a cursos, presenciais e a distância, de extensão e aperfeiçoamento em conformidade com a Lei no 10.639/03, o Parecer CNE/CP 03/2004 e a Resolução CNE/CP nº 01/2004” (Editais UNIAFRO, 2005 e 2006¹⁸). Os recursos do Programa eram destinados aos projetos aprovados por meio de editais.

¹³ BRASIL. Yoté: o jogo da nossa história: o livro do professor. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/yote_professor_miolo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2016.

¹⁴ BRASIL. Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03. Brasília: MEC; Unesco, 2012. O material encontra-se disponível em: <<http://novotempo.educacao.mg.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/Pr%C3%A1ticas-pedag%C3%B3gicas-de-trabalho-com-rela%C3%A7%C3%B5es-%C3%A9tnico-raciais-na-escola-na-perspectiva-da-Lei-n%C2%BA-10.639-03.pdf>> Acesso em: 08 mai. 2017.

¹⁵ O documento citado encontra-se disponível em: <<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Histria%20e%20cultura%20africana%20e%20afro-brasileira%20na%20educacao%20infantil.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

¹⁶ Segundo o Guia para Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial, os Fóruns Permanentes de Educação e Diversidade Étnico-Racial iniciou “nos estados nos anos de 2004/2005 com eventos realizados pela SECAD/MEC, no âmbito do Programa Diversidade na Universidade, chamados Fóruns Permanentes Estaduais de Educação e Diversidade Étnico-Racial” (BRASIL, 2010, p. 5). Disponível em <<http://www.gper.com.br/noticias/5ac23caf19085f3bfd175fffc299651b.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

¹⁷ A CADARA é um órgão técnico vinculado ao Ministério da Educação, de caráter consultivo e propositivo. Foi instituída pela Portaria nº 4.542, de 28 de dezembro de 2005.

¹⁸ Edital do MEC (por meio da SESU e SECAD) n.001 de 26 de abril de 2005 e Edital do MEC (por meio da SESU e SECAD) n. 002 de 10 de março de 2006.

Além dos cursos de formação continuada, era possível propor ações de pesquisa, seminários e publicações acadêmicas. Entre 2005 e 2008 foram mais de R\$ 5 milhões investidos.

Entre 2005 e 2007 a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) realizou, em parceria com a Ágere Cooperação em *Advocacy*, o curso de Formação em História e Cultura Afro-brasileira e Africana, na modalidade de educação a distância. Na primeira fase participaram 5 mil professores/as e teve como objetivo compreender e aplicar a temática das relações-raciais na perspectiva da Lei 10639/03. A segunda fase contou com a participação de 3 mil professores (formandos na primeira etapa), e teve como objetivo aprofundar a EREER para que os participantes se tornassem multiplicadores, além de contribuir na reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos das suas escolas. Em 2007, foram disponibilizadas mais 2 mil vagas com apoio da Agência Nacional Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA).

Entre 2006 e 2007, a Universidade de Brasília/FE-CEAD (em parceria com o MEC/SECAD) ofereceu o curso de extensão “Educação – Africanidades – Brasil”, na modalidade a distância, com carga horária de 120 horas. Foram previstas 45 mil vagas, mas efetivaram-se 25 mil vagas¹⁹. O curso teve como objetivo “dar aos professores cursistas a reflexão a respeito da realidade brasileira, possibilitando-lhes uma visão, a partir de um polo da presença cultural africana” (MENDOÇA, TELES, 2007, p.31). Segundo Wivian Weller e Cláudia Denís Alves da Paz (2011), o curso apresentou algumas dificuldades, entre elas a pouca familiaridade dos cursistas com as tecnologias educacionais adotadas e a falta de encontros presenciais.

No ano de 2008 o MEC, por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), Secretaria de Educação a Distância (Seed) instituiu a Rede de Educação para a Diversidade (REDE), que tinha como objetivo

[...] estabelecer grupo permanente de instituições de educação superior dedicadas (i) à formação inicial e continuada, presencial e

¹⁹ Dados retirados de MENDONÇA P. R., TELES, J. L. (Org.). Educação na diversidade: experiências de formação continuada de professores. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

semipresencial, de profissionais da educação básica; (ii) à produção de material didático-pedagógico específico; e (iii) à produção de pesquisa aplicada sobre gestão de ensino, metodologias e práticas pedagógicas de inserção dos temas da diversidade nos sistemas de ensino no País. (BRASIL, 2008b)

Pela REDE foram ofertados cursos de formação continuada sobre: Educação na Diversidade e Cidadania, Educação de Jovens e Adultos na Diversidade, Educação do Campo, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Educação Ambiental, Educação Integral e Integrada, Gênero e Diversidade na Escola, Formação de Tutores. O curso da ERER, apresentava uma carga horária de 180 horas (40 horas presenciais e 140 horas na modalidade EaD), divididas em 5 módulos²⁰.

O Primeiro Edital MEC/SECADI foi lançado em 16 de abril de 2008 e tinha como objetivo convocar as Instituições de Ensino Superior para comporem a REDE e selecionar propostas de formação, na modalidade a distância, a serem ofertadas nos polos da UAB²¹. Segundo os dados presentes na página do MEC²², entre 2008 e 2010 participaram 10.727 profissionais nos cursos de aperfeiçoamento sobre a ERER.

No quadro das políticas de formação, em 2011 foi emitida a Portaria nº 1.328, derivada da Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério (Decreto 6.755/2009²³), que instituiu a Rede Nacional de Formação Continuada dos

²⁰ Manual Operacional: Rede de Educação para a Diversidade. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2076-manual-operacional2-2010&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 27 mai. 2017.

²¹ O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), foi criado pelo Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006. A UAB é um sistema composto por universidade públicas, que oferece cursos na modalidade a distância, com os seguintes objetivos: "I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica; II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV - ampliar o acesso à educação superior pública; V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País; VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância; e VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação" (BRASIL, 2006, p. 1).

²² Disponível em <<http://eticoracial.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

²³ O Decreto nº 6.755/2009 foi Revogado pelo Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016 (Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica). Disponível em:

Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública (RENAFOR). O RENAFOR tem como objetivo apoiar a formação continuada dos/as profissionais do magistério da Educação Básica e conta com a coordenação e supervisão do Comitê Gestor da Política Nacional de Formação Inicial e Continuada de Profissionais da Educação Básica e é constituído pelas Instituições de Educação Superior (IES), públicas e comunitárias sem fins lucrativos, e pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) que apresentarem seus termos de adesão à Rede. O RENAFOR tem cursos geridos pela Secretaria de Educação Básica com as seguintes áreas: alfabetização, matemática, ciências humanas e sociais, artes e educação física. Outros cursos são geridos pela SECADI, como os de formação sobre práticas inclusivas, valorização da diversidade humana, diferenças culturais, étnica, raciais, entre outras.

Segundo dados do Relatório de Gestão da SECADI referente ao ano de 2013, foram aprovados para o referente ano 185 cursos sobre a EREER, nos níveis de extensão, aperfeiçoamento e especialização, na modalidade presencial e na modalidade a distância, para atender as demandas apresentadas pelos sistemas públicos de ensino, com a participação de 3.435 professores/as.

Observamos que a maioria dos cursos utilizou a modalidade a distância, o que possibilitou ampliar as localidades atendidas, saindo dos grandes centros urbanos. Desta forma, em parceria com municípios e universidades, os cursos foram difundidos em diversas regiões do Brasil.

Estas diversas ações e programas apresentados demonstram um esforço no sentido de promover a valorização e o respeito às diferenças na educação, colaborar para a efetivação da legislação sobre a EREER, pois

[...] nenhuma legislação, norma ou política educacional consegue imprimir uma transformação imediata. Contudo, as políticas educacionais são necessárias para o fortalecimento dos/as agentes educacionais, o que só pode ser garantido pela formação continuada sobre as temáticas que estruturam a desigualdade (gênero, raça, etnia, classe social entre outras), e incentivo de uma reflexão permanente sobre o cotidiano da escola. Não só na formação continuada de profissionais da educação, mas também na formação inicial, nos cursos de formação destes profissionais nas universidades (GRÖSZ, 2008, p.142).

Observamos que somente a legislação não é suficiente, ela é importante, mas sua efetivação e modificações decorrentes, para o campo educacional, precisam ser tensionadas e um dos meios é a formação. Tanto a formação inicial, quanto a continuada, tornam-se espaços de reflexão e aprofundamento das temáticas inerentes da atuação profissional, neste caso a EREER.

Neste capítulo iniciamos com a revisão bibliográfica realizada com pesquisas sobre formação inicial e continuada focados na EREER. Observou-se pouca pesquisa sobre os NEABs e formação continuada, mostrando a relevância deste trabalho. Os textos lidos evidenciaram a formação continuada como importante para os/as professores/as realizarem suas primeiras aproximações sobre a EREER, ampliar seus conhecimentos sobre raça e preconceito, bem como perceber-los no interior das escolas. A necessidade de mais investimentos em formação continuada, ou mesmo a falta da temática da EREER, foi apontado como algo negativo.

Discorreremos ainda, sobre o objetivo da formação continuada, a legislação pertinente e as ações governamentais que buscaram contribuir para implementar a EREER na educação, sendo um dos caminhos a formação continuada.

No capítulo que segue, nos propomos a apresentar como o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná se insere no cenário da formação continua e EREER, com promoções de cursos via parcerias e programas nacionais.

3 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: CONTRIBUIÇÕES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORAS E PROFESSORES

Os NEABs constituem-se como um importante espaço de pesquisa, de elaboração de cursos sobre a temática das relações étnico-raciais e um dos principais articuladores para a efetivação das políticas afirmativas dentro e fora dos espaços acadêmicos. Neste capítulo apresentamos algumas reflexões sobre os NEABs e suas contribuições na luta contra o racismo, principalmente nos espaços educacionais, trataremos da constituição do NEAB da UFPR, suas articulações e ações, com destaque para as formações realizadas.

3.1 OS NÚCLEOS DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS - NEABs

Para compreendermos o papel dos NEABs, é importante considerarmos a presença dos/das intelectuais negros/as nas Universidades Brasileiras e sua importância na mobilização e na pesquisa em torno da temática racial. Tal presença é recente nas Instituições públicas de Ensino Superior no Brasil marcada historicamente pela presença de uma elite intelectual branca (CARVALHO, 2005).

Nos anos 1980 e 1990 temos a entrada de docentes negros/as nas universidades, oriundos/as do movimento negro que, com suas produções no campo racial contribuíram (e ainda contribuem) para a desconstrução de conceitos colonizadores (FERNANDES, 2014; GOMES, 2010) e problematização das questões raciais na academia.

Esta inserção em relação aos intelectuais negros tem significado uma mudança do olhar da ciência sobre a realidade brasileira. Isso porque, através de seus estudos, esse grupo tem tratado a temática étnico-racial com maior seriedade nas pesquisas acadêmica e oficial e provocando uma possível inflexão do conhecimento científico sobre as relações raciais no contexto das desigualdades sociorraciais do país. Além disso, esses intelectuais assumem a questão racial como uma questão social e política demandada na luta antirracista no interior das universidades para toda a sociedade (FERNANDES, 2014, p. 199).

O percurso destes/as intelectuais é marcado pela pesquisa e pelas ações de combate do racismo (dentro e fora da academia), pressionando universidades e o Estado para a implementação de políticas afirmativas (GOMES, 2010).

Algumas experiências foram precursoras na criação de núcleo de estudos sobre temática africana, por exemplo, o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criado em 1959 e que permanece em plena atividade, e o Instituto de Estudos Afro-Asiáticos fundado em 1961 no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)²⁴. Os NEABs iniciam suas atividades nos anos 1980, como é o caso do Núcleo da Universidade Federal do Maranhão (NEAB-UFMA)²⁵, fundado em 1985, constituindo-se como um importante espaço de problematização das questões raciais, de formação e pesquisa sobre a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira. Entre o final dos anos 1990 e início dos anos 2000, o número de NEABs cresceu, principalmente após a Marcha do Zumbi dos Palmares de 1995 e a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, de 2001.

A articulação destes/as pesquisadores/as no interior das universidades, além de colaborar com a criação dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (NEABs), fez com que surgisse a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), criada em 2000. No Estatuto da Associação²⁶ encontramos as seguintes finalidades: congregar pesquisadores/as negros/as e pesquisadores/as que trabalham com a temática racial, realizar reuniões e eventos sobre a temática étnico-racial e difundir trabalhos acadêmicos (teses e dissertações). Entre as diversas ações da ABPN está a realização do Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (COPENE), com edições Nacionais e Regionais.

²⁴ O CEAA do IUPERJ originou-se do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) criado em 1961, quando o professor Candido Mendes voltava seu olhar para os novos países independentes da África. Extinto ainda em 1964, durante o Regime Autoritário no Brasil, foi retomado em 1973.

²⁵ No ano de 2015 realizou-se, em São Luís/MA, o Encontro Comemorativo dos 30 anos do NEAB-UFMA, de 13 a 16 de outubro. Mais informações sobre o evento disponível em <<http://www.30anosneabufma.com.br>>. Acesso em: 17 jun. 2017.

²⁶ Estatuto Abpn, de 30 de maio de 2014. Disponível em: <https://docs.wixstatic.com/ugd/45f7dd_443f95ed16ca4faf855fd19771358fd1.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

Na página da ABPN verificamos a relação dos 114²⁷ Núcleos de Estudos (Norte 12, Nordeste 23, Centro Oeste 17, Sudeste 28 e Sul 34 entidades), estes estão articulados pelo Consórcio Nacional dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (CONNEABS)²⁸. Este número de NEABs é sempre dinâmico, sendo constantemente ampliado, tanto na rede pública (por exemplo, a recente criação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal do ABC²⁹, com sua primeira plenária realizada em 24 de agosto de 2017), como na privada. Cabe destacar que recentemente as Instituições Federais de Ensino Médio Técnico (articuladas em uma rede federal em 2008 pela Lei nº 11.792) estão implementando seus Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros. Em 2016 foi realizado II Encontro Nacional de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica³⁰ (ENNEABs) em São Luís/MA. Assim, além dos espaços nas universidades, os NEABs estão crescendo no âmbito dos Institutos Federais de Educação.

Ao falarmos em NEABs estão incluídos aqui uma diversidade de Núcleos que, com base nas suas atuações e pesquisadores recebem diversas denominações, como por exemplo: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas; Núcleos de Estudos e pesquisas sobre Formação de Professores e Relações Étnico-Raciais e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação; Núcleos de Estudos Afro-brasileiros; Coletivos, Laboratórios de Pesquisas, entre outros.

Como poderíamos definir os NEABs? Com relação à composição, os/as integrantes são professores/as negros/as ou não, estudantes e pesquisadores relacionados com a temática racial (*ex-estudantes strict sensu* e integrantes do

²⁷ A relação dos NEABs por região está disponível em: < <https://www.abpn.org.br/consorcio-de-neabs>>. Acesso em: 28 de ago. 2017.

²⁸ No ano de 2015 foi realizado o IV Encontro Nacional do CONNEABS, em São Luís/MA.

²⁹ Inauguração do Núcleo de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, notícia vinculada na página da Universidade Federal do ABC. Disponível em: <<http://graduacao.ufabc.edu.br/relacoesinternacionais/index.php/562-inaugura%C3%A7%C3%A3o-do-n%C3%BAcleo-de-estudos-africanos-e-afro-brasileiros.html>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

³⁰ II Encontro Nacional de NEABs, NEABIs e Grupos Correlatos da Rede Federal de Educação Profissional Tecnológica, foi realizado entre 7 e 11 de novembro de 2016, no Instituto Federal do Maranhão (IFMA), teve como objetivo discutir a institucionalização do que determina os parâmetros legais quanto a educação para as relações étnico-raciais, tendo em vista os conhecimentos epistemológicos, éticos e morais construídos a partir das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional. Mais informações sobre o evento: <<http://eventos.ifma.edu.br/enneabs/>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

movimento negro). Os Núcleos realizam diversas ações de pesquisa, ensino e extensão relacionadas com o tema da diversidade racial (GOMES, 2010). Tal temática é considerada como “uma questão social, política e de pesquisa que demanda da universidade a produção de novos conhecimentos e do Estado novas formas de intervenção na luta anti-racista” (GOMES, 2010, p. 427).

Os NEABs constituem-se como importantes espaços de formação e articulação de intelectuais negros/as, produzindo conhecimentos contra hegemônicos, atuando dentro da universidade (articulando as políticas afirmativas existentes e contribuindo para novas que busquem o combate ao racismo) e fora, junto com os movimentos sociais, na luta pela efetivação de políticas de combate ao racismo entre outras ações (FERNANDES, 2014).

Algumas das atividades realizadas pelos pesquisadores/as, vinculados aos NEABs, foram sintetizadas por Otair Fernandes (2014), são elas: chamar atenção quanto às produções sobre a temática afro-brasileira; denunciar as barreiras dos/as pesquisadores/as negros/as; congregar pesquisadores/as negros/as e não negros; ressignificar a participação dos/as negros/as na história brasileira; uma agenda de estudos diversificados (literatura, gênero, comunidades tradicionais, políticas públicas, entre outras...) e intensificar a luta antirracista com a implementação das cotas raciais (FERNANDES, 2014).

Os núcleos têm colaborado para outra forma de ver as relações raciais existentes no Brasil, resultado desta série de ações apresentada por Fernandes (2014) que são expressas nos dados das pesquisas e nas publicações realizadas pelos seus integrantes, trazendo à tona temas silenciados tanto na sociedade como na academia.

Com a alteração do Artigo 26-A da LDB nº 9.394/1996, os NEABs, tornam-se ainda mais relevantes nas discussões sobre a temática racial, pois são um dos principais articuladores na implementação do referido artigo e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 2004.

No Parecer CNE/CP 03/2004, os NEABs são apresentados como importantes agentes no apoio, através do mapeamento e realização de ações relacionadas com a EREER, conforme podemos observar:

- Mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-las, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros.
- Articulação entre os sistemas de ensino, estabelecimentos de ensino superior, centros de pesquisa, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, escolas, comunidade e movimentos sociais, visando à formação de professores para a diversidade étnico-racial.
- Identificação, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de fontes de conhecimentos de origem africana, a fim de selecionarem-se conteúdos e procedimentos de ensino e de aprendizagens;
- Divulgação, pelos sistemas de ensino e mantenedoras, com o apoio dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, de uma bibliografia afro-brasileira e de outros materiais como mapas da diáspora, da África, de quilombos brasileiros, fotografias de territórios negros urbanos e rurais, reprodução de obras de arte afro-brasileira e africana a serem distribuídos nas escolas da rede, com vistas à formação de professores e alunos para o combate à discriminação e ao racismo (BRASIL/CNE-CP, 2004, p. 14).

O Parecer explicita os diversos espaços de inserção dos NEABs, assim como podemos observar no Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2013³¹). O documento é resultado de uma série de ações, entre elas a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI)³² e uma agenda de trabalhos denominados de Diálogos Regionais³³ (BRASIL, 2009a). No documento, entre as várias instituições envolvidas na implementação das DCNERER, temos o item 6.1 destinado aos NEABs e Grupos Correlatos, pois estes “representam um importante braço de pesquisa, de elaboração de material e de formatação de cursos dentro das temáticas abordadas por este Plano.” (BRASIL, 2013, p. 44). Entre os objetivos presentes no Plano destinados aos NEABs temos:

³¹ A primeira versão do Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana foi publicado em 2009. A segunda edição é de 2013.

³² Grupo de Trabalho Interministerial, criado pela Portaria Interministerial nº 605 MEC/MJ/SEPPIR de 20 de Maio de 2008, que teve como objetivo elaborar o Documento Referência para o Plano Nacional de Implementação das DCNERER.

³³ O Documento realizado pelo GTI foi disponibilizado para contribuições nos 6 encontros realizados pela agenda de trabalhos denominada Diálogos Regionais sobre a Implementação da Lei 10639/03. As cidades que sediaram foram: Belém/PA; Cuiabá/MT; Vitória/ES; Curitiba/PR; São Luís/MA e Aracaju/SE. O documento resultante desta agenda, foi entregue ao Ministro da Educação pelos representantes do GTI, em 20 de novembro de 2008, constituindo-se a base para o documento do Plano Nacional de Implementação das DCNERER. A primeira versão é de 2009, a segunda de 2013.

- a) Colaborar com a formação inicial e continuada de professores(as) e graduandos em Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, de acordo com o disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2004, no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e nas Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08;
- b) Elaborar material didático específico para uso em sala de aula, sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que atenda ao disposto na Resolução CNE/CP nº 01/2004 e no Parecer CNE/CP nº 03/2004;
- c) Mobilizar recursos para a implementação da temática de modo a atender às necessidades de formação continuada de professores(as) e produção de material didático das Secretarias Municipais e Estaduais de Educação e/ou pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de tecnologias de educação que atendam à temática;
- d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos sistemas de educação (BRASIL, 2013, p. 44)

Ao analisar as atribuições dos NEABs expressas no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e no Plano de Implementação das DCNERER observamos que ações de pesquisa e extensão se articulam à proposta de formação de professores pelos NEABs. Observamos aqui o relevante papel dos NEABs presente nas normativas, reconhecido e ao mesmo tempo demandado nos aspectos relacionados à formação, inicial e continuada, por meio de: articulação com sistemas de ensino e movimentos sociais; identificação, organização e divulgação de fontes de conhecimento, produção de materiais e distribuição nas redes de ensino (BRASIL 2013, p. 14); elaboração de materiais didáticos específicos; divulgação de estudos, pesquisas, materiais didáticos e formação continuada (BRASIL, 2013, p. 44); parcerias, estudos, ofertas de cursos, seminários e palestras.

Outro aspecto relevante dos NEABs é atuação no campo da pesquisa, pois são importantes promotores da temática dos Estudos Afro-Brasileiros agregando pesquisadores e pesquisadoras, visto que boa parte dos núcleos são registrados como grupos de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Se por um lado temos estudos consistentes e ampliação de pesquisas sobre a temática racial, por outro ainda são poucas as revistas especializadas; um único curso de graduação, a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros do NEAB-UFMA; programas específicos, como o de maior tradição, o Pós-Afro, Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Estudos Étnicos e Africanos do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA. A ampliação da pesquisa, dos grupos, linhas, programas de pós-graduação e cursos

de graduação está no horizonte. A quantidade e complexidade da produção destes grupos já permite traçar um paralelo, ainda a ser explorado pela pesquisa, entre esta produção como Estudos Negros que é formulada no Brasil e que seria próximo aos *Black Studies*³⁴ no campo acadêmico norte-americano.

3.2 O NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ: HISTÓRICO E CONTRIBUIÇÕES

Para traçarmos um histórico do NEAB-PR, buscamos informações em documentos e na recente pesquisa de Silvia Maria Amorim (2016), intitulada “A Permanência de Estudantes Negros (as) na Universidade Federal do Paraná: Aspectos Material e Simbólico”. A pesquisa de Amorim (2016) apresenta dados sobre as políticas afirmativas na UFPR e a permanência (material e simbólica) dos e das estudantes cotistas, além de importantes contribuições com dados históricos do NEAB-UFPR.

Com base nesta documentação constatamos que a origem do NEAB está relacionada diretamente com as políticas de cotas da UFPR, não podemos deixar de mencionar que houve ações anteriores, iniciadas nos 1990, com estudantes do movimento negro, professores/as e servidores/as (AMORIM, 2016), sinalizando assim a necessidade de discussões acerca da temática racial.

Na UFPR o debate sobre as políticas afirmativas, ocorreu entre 2001 e 2004, através de diversas ações em torno do processo de implantação das cotas. Entre as atividades podemos destacar: a realização de um Seminário sobre o tema, reunião do Conselho Universitário com a presença do Professor José Jorge de Carvalho da Universidade de Brasília (que apresentou a experiência da referida universidade) e a criação, em junho de 2002, da Comissão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFPR, com o objetivo de elaborar uma proposta para o vestibular que contemplasse as cotas raciais (AMORIM, 2016; PORTO, SILVA, 2008).

³⁴ Os *Black Studies* surgem em 1968, na *San Francisco State University*, com o objetivo de “criticar a realidade social e a organização social do conhecimento” (RODRIGUES, 2007, p. 5), com iniciativas de estudantes e professores. “Estes estudos propiciavam um novo conhecimento da história do povo negro a partir de seu próprio ponto de vista, estimulando, dessa forma, a auto-estima dessa população, além de, através de argumentos científicos, buscavam prepará-la para exigir igualdade de direitos (RODRIGUES, 2007, p. 5)

A primeira Comissão designada foi substituída, em 2003, por uma nova composta por professores/as, servidores/as e estudantes. O trabalho da Comissão resultou em uma proposta que foi debatida, no segundo semestre de 2003, pela comunidade acadêmica que, após as contribuições, foi encaminhada no início de 2004 à Reitoria. Assim, o sistema de cotas foi implementado pela Resolução do Conselho Universitário (COUN) nº 37 de 2004, bem como o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social (PORTO, SILVA, 2008).

Os membros da Comissão constituíram a base para a formação do NEAB-UFPR, incluindo outros professores/as com interesse pela temática. O NEAB mantinha um grupo com especial interesse nas políticas afirmativas instituídas na UFPR, ao mesmo tempo em que ampliava o foco para outros assuntos relacionados, com os estudos da população negra na África e na Diáspora, comunidades negras, religiosidade negra, África contemporânea e discriminação racial no sistema de justiça brasileiro. As temáticas estavam relacionadas com as pesquisas dos/as docentes que inicialmente compuseram o NEAB-UFPR.

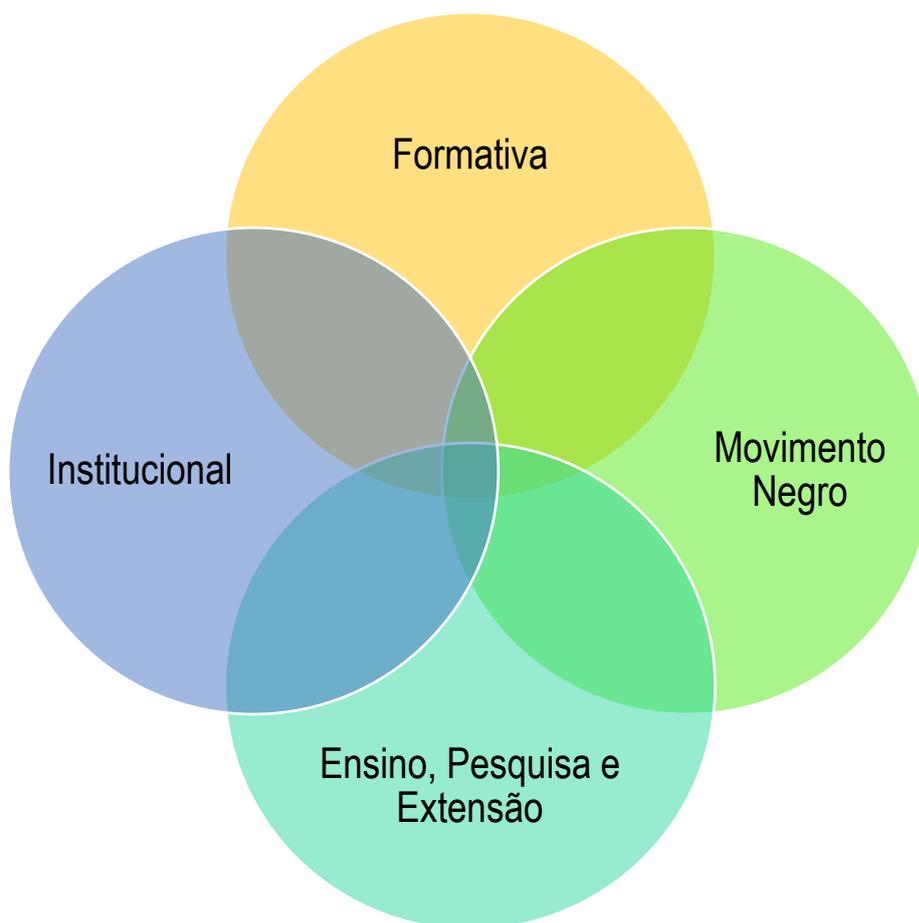
Em 2004, com a Portaria UFPR nº 1.447, foi constituída uma comissão para pensar a implementação do NEAB, na ocasião foi realizado um evento com a participação da Professora Nilma Lino Gomes, então presidente da ABPN (AMORIM, 2016).

O NEAB da UFPR foi criado com o objetivo de ser um “centro de referência que articule e promova atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas ao campo de estudos afro-brasileiros”, conforme consta na página institucional do Núcleo³⁵. Entre os objetivos específicos: produzir e difundir conhecimentos, promover intercâmbio de informações e constituir fóruns sobre África e africanidades na UFPR.

Analisando as diversas frentes de atuação do NEAB-UFPR, nos mais de 10 anos de história, avaliamos que este atua em quatro dimensões: a) Institucional, b) Ensino, Pesquisa e Extensão, c) Movimento Negro e d) Formativa. Cada dimensão está relacionada com as demais a depender das ações a serem desenvolvidas.

³⁵ Disponível em: <<http://neabufpr.blogspot.com.br/p/neab.html>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

FIGURA 01 – DIMENSÕES DO NEAB-UFPR



FONTE: Elaborado pela autora, 2017

3.2.1 Dimensão institucional

Inicialmente o NEAB foi criado como uma comissão (a Portaria nº 1.447 de 2004) e seu lugar institucional era a vice-reitoria da UFPR, sendo o NEAB então vinculado ao Gabinete do Reitor. Posteriormente, no processo de transição de gestão da UFPR 2008-2012, assumindo como reitor o Profº Zaki Akel Sobrinho, o então Vice-Reitor, Profº Rogério Andrade Mulinari, determinou que o NEAB-UFPR fosse alocado em outro espaço institucional. Foi discutida pela gestão da época as alternativas de vínculo como a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC) ou à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), sendo definido pela última. No atual

organograma da UFPR³⁶, o NEAB está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), sendo um dos três Núcleos dentro da Coordenação de Estudos e Pesquisas Inovadoras na Graduação (CEPIGRAD).

Nesta dimensão o NEAB atua na proposição e execução de políticas institucionais que busquem ampliar o debate sobre a temática racial, acompanhar os processos seletivos, orientar estudantes. Na criação da CEPIGRAD neste período foi realizada uma tentativa de institucionalizar um núcleo responsável especificamente pelas políticas afirmativas na UFPR, o Núcleo de Ações e Políticas Afirmativas (NAPA) que se responsabilizou especificamente por esta área ao passo que o NEAB mantinha a proposta de maior abrangência em termos de estudos e temáticas. Após algum tempo de funcionamento foi avaliado que o NAPA não contava com infraestrutura adequada e suas funções tinham uma área de sombreamento com o NEAB. Então a estrutura voltou a contar com o NEAB, junto com Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) e Núcleo Universitário de Educação Indígena (NUEI) compondo a CEPIGRAD.

3.2.2 Dimensão Ensino, Pesquisa e Extensão

A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão está, como vimos, entre os objetivos do NEAB-UFPR. Para compreendermos esta dimensão, partimos do princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão e que a Universidade tem como atividade-fim a formação (de pessoas, de profissionais, de pesquisadores (GONÇALVES, N., 2015).

As diversas ações que o NEAB-UFPR desenvolveu (e ainda desenvolve) atuaram (e ainda atuam) no sentido de incluir o debate da EREER nas políticas institucionais relacionadas com os três pilares da universidade, buscando combater os preconceitos e racismos presentes no interior da academia, promovendo assim uma cultura educacional para a convivência e alteridade.

Com relação ao Ensino, o NEAB busca promover debates, bem como colaborar com iniciativas que buscam repensar os currículos dos cursos,

³⁶ Organograma presente na página da PROPLAN-UFPR. Disponível em: <<http://www.proplan.ufpr.br/portal/institucional/organogramas.pdf>>. Acesso em: 18 jul. 2017.

principalmente das licenciaturas, na perspectiva da Educação das Relações étnico-raciais. Podemos destacar o trabalho realizado no curso de Pedagogia juntamente com o Centro Acadêmico Anísio Teixeira que resultou na inclusão da disciplina optativa Educação e Relações Raciais³⁷, cuja a ementa trata das relações étnico-raciais no Brasil, do racismo à brasileira, das desigualdades raciais e educação no Brasil e a educação e multiculturalismo. A inclusão desta disciplina resultou na contratação de uma professora específica para este tema.

Na perspectiva da Extensão, foram vários os projetos realizados entre 2004 e 2015, a maioria destinados a formação continuada de professores/as. Estes cursos serão apresentados no item 3.3, relativo a formação, cursos de extensão e aperfeiçoamento.

No que se refere a pesquisa, o Núcleo é uma referência tanto interna como externa a UFPR. Segundo consta no Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP) da Capes, o NEAB (grupo de pesquisa) foi formado em 2010, tendo como líderes cadastrados (no momento desta pesquisa) o Prof. Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva e a Profa. Dra. Carolina dos Anjos de Borba.

Os 68 participantes (pesquisadores, estudantes e técnicos)³⁸ trabalham com as seguintes áreas: Antropologia das Populações Afro-Brasileiras; Comunidades Tradicionais: Quilombos, Comunidades de Terreiro, Povos do Campo; Educação e Relações Étnico-Raciais; Estudos Africanos; História Afro-Brasileira e História da África; Políticas Afirmativas; Sociologia das Relações Étnico-Raciais. Dentro destas áreas os/as pesquisadores/as, realizam estudos e pesquisas que resultam em produções coletivas e individuais, difundidas no Brasil e no exterior.

Considerando o grande número de pesquisadores envolvidos, iremos apresentar algumas das pesquisas que envolveram o NEAB-UFPR, entre 2004 e 2015, entre os trabalhos selecionamos alguns relacionados com as políticas afirmativas, formação docente e financiados pelo UNIAFRO. Certamente um

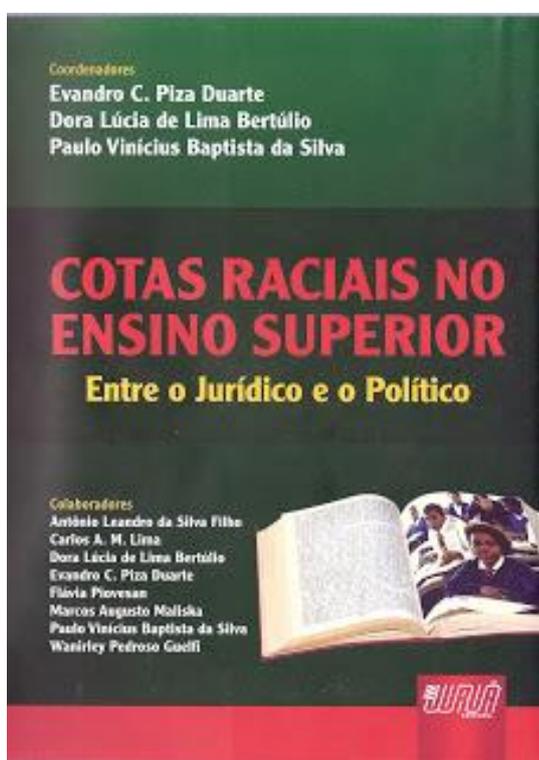
³⁷ Disciplina: Educação e Relações Raciais. Código: ET069. Ementa (Unidades didáticas): Relações étnico-raciais no Brasil. O racismo à brasileira. Desigualdades raciais e educação no Brasil. Educação e multiculturalismo. Departamento: Teoria e Fundamentos da Educação - Setor: Educação. Disponível em <<http://www.pedagogia.ufpr.br/alunos/ppp.pdf>>. Acesso em: ago. 2017.

³⁸ Dados consultados em 5 de agosto de 2017 na página do Diretório dos Grupos de Pesquisa (DGP). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/web/dgp>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

mapeamento detalhado e um repositório das produções realizadas seria de grande importância.

Relativo às publicações, um conjunto delas se relaciona com o acompanhamento das políticas afirmativas no ensino superior e com o debate público que foi instalado com a aprovação das cotas raciais na UFPR. O primeiro livro publicado pelo NEAB-UFPR *Cotas Raciais no Ensino Superior: Entre o Jurídico e o Político*, de 2008, apresenta oito textos que abordam as ações afirmativas e o Plano de Metas de Inclusão Racial e Social da UFPR 2004/2005. O livro apresenta, como foco principal, o debate do campo jurídico relacionado com outras áreas da pesquisa social daquele momento. Os artigos tratam de alguns aspectos da política afirmativa, discutindo e afirmando a constitucionalidade (que somente seria reiterada pelo Supremo Tribunal Federal em 2012); descrevendo o processo de implantação na UFPR e a cobertura midiática parcial e contrária de então, circunscrevendo o processo das políticas afirmativas para a população negra num processo mais amplo de discriminação racial na sociedade brasileira.

FIGURA 02 – LIVRO COTAS RACIAIS NO ENSINO SUPERIOR: ENTRE O JURÍDICO E O POLÍTICO



FONTE: NEAB/UFPR

Logo na sequência desta publicação o NEAB-UFPR passou a integrar o **“Projeto Fórum Interinstitucional em defesa de Ações Afirmativas no Ensino Superior”**. Coordenado nacionalmente pelo NEAB-UFSCAR e Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia (CEAO-UFBA) e com financiamento da Fundação Ford, o NEAB-UFPR foi convidado como NEAB representante da região Sul.

Entre as atividades desenvolvidas no Projeto pelo NEAB-UFPR, podemos citar: a) Ações de ensino (especialmente cursos de língua portuguesa e de língua estrangeira para fortalecimento de estudantes cotistas raciais e indígenas); b) Um projeto de extensão (registro n. 564/09, aprovado em 16/09/09) que envolveu ações como: a Exposição Africanidades de arte plástica afro-brasileira e a “I Mostra de Cinema Afro e Indígena da UFPR”; e c) e a pesquisa sobre políticas afirmativas na UFPR que envolveu análises sobre processo de implantação, resultados até aquele momento para população negra, para pessoas com necessidades especiais e para indígenas.

O relatório de pesquisa, com 9 artigos em 316 páginas, teve seus resultados publicados posteriormente em artigos³⁹, capítulos do livro organizado por Norma da Luz Ferarinni e Diriene Ruppel⁴⁰, no livro intitulado Inclusão racial e social: considerações sobre a trajetória da UFPR, e no livro Uma década de Políticas Afirmativas: Panorama, argumentos e resultados⁴¹, publicado pelo NEAB.

³⁹ SILVA, Paulo Vinicius B., TRIGO, Rosa Amália Espejo e MARÇAL, José Antonio. Movimentos negros e Direitos Humanos. Revista Diálogo Educacional (PUCPR), v. 13, p. 559-581, 2013. CERVI, Emerson Urizzi. Ações Afirmativas no Vestibular da UFPR entre 2005 a 2012: de política afirmativa racial a política de gênero. Revista Brasileira de Ciência Política, no 11. Brasília, p. 63-88, maio-agosto, 2013.

⁴⁰ FERRARINI, Norma da Luz e RUPEL, Dirlene (Orgs.). Inclusão racial e social: considerações sobre a trajetória da UFPR. Curitiba: Editora UFPR, 2014.

⁴¹ COSTA, Hilton; PINHEL, André e SILVEIRA, Marcos S. (Orgs.). Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

FIGURA 03: UMA DÉCADA DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS



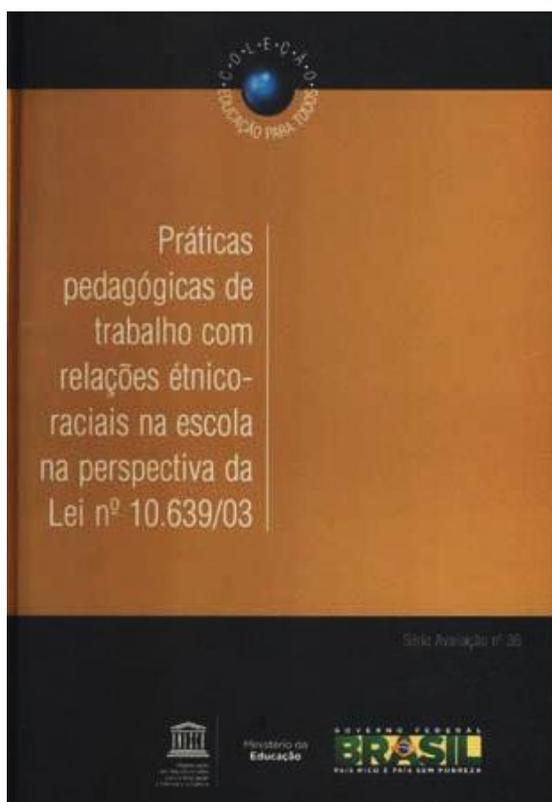
FONTE: NEAB-UFPR, 2017

Este livro trouxe análises de pesquisadores/as do NEAB-UFPR e de diversas outras universidades, incluindo uma análise de Débora Silva Santos, que fora gestora do MEC, do Programa UNIAFRO, e uma “auto-etnografia” de Ari Lima sobre o “caso Ari”, o processo de discriminação no programa de doutorado em Antropologia da UNB do qual fora sujeito e deu início ao debate sobre políticas afirmativas naquela universidade.

Outra participação do NEAB-UFPR, foi na **Pesquisa Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei n.º 10.639/03**, realizada entre fevereiro e dezembro de 2009, coordenada pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão Ações Afirmativas na UFMG e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Relações Étnico-Raciais e Ações Afirmativas (NERA/CNPq). A coordenação da Região Sul ficou a cargo do NEAB-UFPR. O objetivo da pesquisa foi “identificar, mapear e analisar as iniciativas desenvolvidas pelas redes públicas de ensino e as práticas pedagógicas realizada por escolas pertencentes a essas redes na perspectiva da Lei n.º 10.639/03” (GOMES, 2012, p.

7), e teve financiamento da SECADI e UNESCO. A pesquisa foi organizada por regiões, o Sul ficou sobre responsabilidade do NEAB-UFPR. Os resultados foram apresentados no livro *Práticas Pedagógicas de Trabalho com Relações Étnico-Raciais na Escola na Perspectiva da Lei n.º 10.639/03*.

FIGURA 4 – LIVRO PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE TRABALHO COM RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA NA PERSPECIVA DA LEI Nº 10.639/03



FONTE: MEC

Com foco na infância o **Projeto da Rede de Promoção da Igualdade Racial na Educação Infantil**, financiado pela COEDI/SEB/MEC tinha como objetivo a constituição de uma rede nacional que pudesse estruturar e atuar para a promoção da igualdade racial na Educação Infantil. O NEAB-UFSCAR foi convidado como gestor e repassou a gestão do projeto à Organização Não Governamental Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdade (CEERT) de São Paulo. O GT-21 da Associação Nacional do Pesquisadores em Educação, a pesquisadora Fúlvia Rosemberg da Fundação Carlos Chagas e PUC/SP, o Programa Ações Afirmativas da UFMG e o NEAB-UFPR foram convidados pela COEDI para acompanhar a gestão do projeto. Como parte do projeto, foi publicado o

livro *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais* (2012); organizado por Maria Aparecida Silva Bento.

O NEAB-UFPR participou com o capítulo intitulado Diversidade étnico-racial e a produção literária infantil: análise de resultados, de autoria da Professora Débora Oyayomi Cristina de Araújo e do Professor Paulo Vinicius Baptista da Silva. Cabe destacar a participação da Profa. Dra. Lucimar Rosa Dias, com o capítulo *Formação de Professores, Educação Infantil e Diversidade Étnico-racial: saberes e fazeres*, quando da publicação a pesquisadora integrava a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e atualmente pertence ao quadro de docentes da UFPR, e atua como coordenadora do NEAB-UFPR.

O projeto teve uma segunda fase financiada pela COEDI/SEB/MEC para execução pelo NEAB-UFPR, NEAB-UFSCar e Ações Afirmativas UFMG, que não se concretizou por problemas burocráticos que impediram o uso do recurso para as ações planejadas.

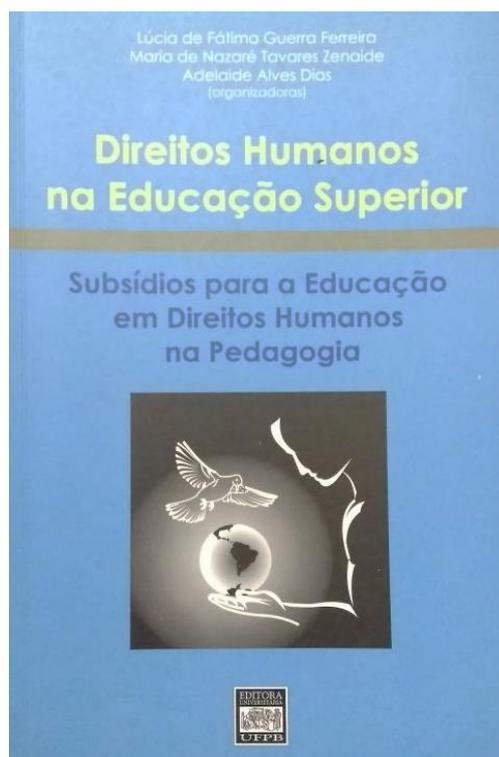
FIGURA 05 – LIVRO EDUCAÇÃO INFANTIL, IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE: ASPECTOS POLÍTICOS, JURÍDICOS, CONCEITUAIS



FONTE: MEC

Representantes do NEAB-UFPR participaram do Projeto **Subsídios para elaboração de diretrizes para a educação em Direitos Humanos nos cursos de graduação em Filosofia, Pedagogia e Ciências Sociais**: O Projeto da Universidade Federal da Paraíba em parceria com a Coordenação Geral de Direitos Humanos vinculada a SECADI, contou com a participação de 51 especialistas que foram divididos em 3 grupos de trabalho (GT). O NEAB, participou das discussões relacionadas com GT da Pedagogia, e participou do livro *Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a Educação em Direitos Humanos na Pedagogia*, de 2010, com o capítulo intitulado *A Formação docente sob a ótica dos direitos humanos: diversidade étnico-raciais*.

FIGURA 06 – LIVRO DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: SUBSÍDIOS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PEDAGOGIA



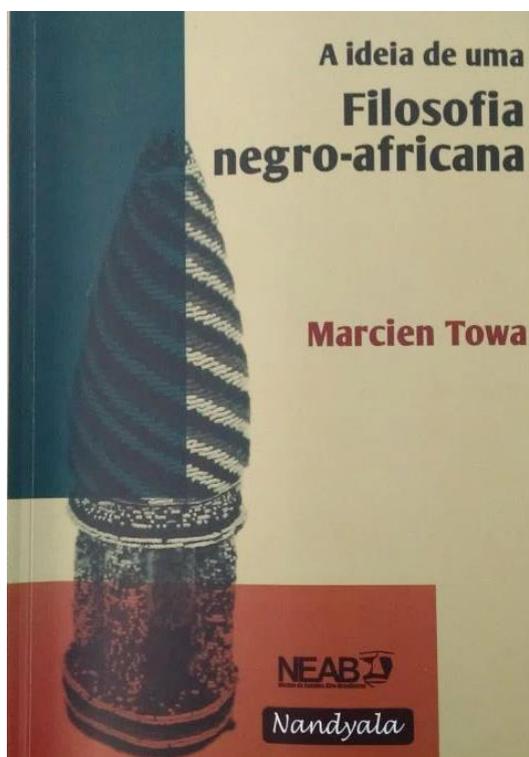
FONTE: NEAB-UFPR, 2017

Projeto Discurso e Relações Raciais, projeto de pesquisa integrada em rede envolvendo o NEAB-UFPR, o Ações Afirmativas UFMG, o Núcleo de Relações Étnico-Raciais, de Gênero e Sexualidade (NUREGS) da Universidade Estadual Ponta Grossa (UEPG) e o Programa de Pós-Graduação em Educação da

Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). O projeto de fortalecimento institucional dos Grupos de Pesquisa envolvido tem uma importante interface internacional com a participação de Teun Van Dijk e o intercâmbio com a *Texas University at Austin* (EUA), a Universidade Autônoma Metropolitana (México) e em Camarões com a *Université Yaoundé I* e a *Bamenda University*. Financiados na UFPR pela Fundação Araucária e na UFMG pelo CNPQ, foram realizados uma série de eventos de forma alternada nas universidades (UFPR, UFMG, UEPG) e os resultados de análises sobre racismo em discursos políticos, de livros didáticos e de literatura foram publicados em formato de livros e artigos pelos diversos/as pesquisadores/as.

Foi inserido, no âmbito deste projeto, a cooperação com Universidades de Camarões que mantêm a tradução de livros de filosofia, sociologia e literatura africana de língua francesa pelo NEAB-UFPR, do qual a obra: *A ideia de uma Filosofia negro-africana* é um exemplo.

FIGURA 07 – LIVRO A IDEIA DE UMA FILOSOFIA NEGRO-AFRICANA



FONTE: NEAB-UFPR, 2017

O projeto de traduções tem como objetivo tornar mais acessível ao público brasileiro obras de alta relevância para os Estudos Africanos e as traduções ainda não publicadas são utilizadas nos cursos de formação do NEAB-UFPR.

As pesquisas e materiais citados demonstram que o NEAB-UFPR atende o Parecer CNE/CP nº 03/2004, no que se refere ao “mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas” (BRASIL, 2004, p. 13), e o Plano de Implementação das DCNERER (2013) no item “d) Divulgar e disponibilizar estudos, pesquisas, materiais didáticos e atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos sistemas de educação” (BRASIL, 2013, p. 44).

3.2.3 Dimensão Movimento Negro

Enquanto movimento negro compreendemos o NEAB-UFPR como uma coletividade, como apresenta Gomes,

[...] onde se elaboram identidades e se organizam práticas através das quais defendem-se interesses, expressam-se vontades e constituem-se identidades, marcados por interações, processos de reconhecimento recíprocos, com uma composição mutável e intercambiável. Enquanto sujeito político, esse movimento produz discursos, reordena enunciados, nomeia aspirações difusas ou as articula, possibilitando aos indivíduos que dele fazem parte reconhecerem-se nesses novos significados (GOMES, 2011, p. 135).

Dentro da universidade o NEAB-UFPR atua tensionando as discussões quanto às relações raciais, situações de discriminação e preconceito. Colabora na organização de coletivos, atua nos espaços da universidade para a inserção da EREER nas políticas institucionais e projetos pedagógicos. Identificamos aqui o papel do NEAB-UFPR enquanto movimento negro interno à academia.

Esta dimensão do NEAB-UFPR, interno à academia, é compreendida por nós como consequência da entrada e atuação de estudantes e pesquisadores/as oriundos/as do movimento negro na universidade. O NEAB-UFPR, nesta perspectiva, realizou cooperação com os Núcleos: NEAB-UFSCAR, o Ações Afirmativas da UFMG, O NUREGS da UEPG e o NEAB-UNB.

Ainda como ação interna, mas com colaborações e discussões com a comunidade externa, temos a participação do NEAB-UFPR nas avaliações sobre as políticas afirmativas da UFPR e na atuação nas bancas de validação de

autodeclaração de raça-cor, utilizadas como forma de controle de entrada de candidatos/as negros/as por cotas raciais de 2005 a 2014 e retomadas em 2017. Estas discussões envolveram: a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular (ACNAP), Instituto de Pesquisa da Afro-descendência (IPAD) , Rede de Mulheres Negras, Coletivo Sou Neguinh@, Frente Negra UFPR, entre outros.

Com relação à comunidade externa o NEAB-UFPR realizou (e ainda realiza) diversas parcerias, colaborando e fomentando ações. Alguns exemplos: a cooperação em pesquisa com o CEERT descrita anteriormente; participação como instituição formadora no *Projeto A Cor da Cultura* (de 2010 a 2011 em conjunto com UFMG e entre 2013 e 2015 vinculado a UFPR), colaborando com as equipes de formadores/as sendo compostas por mestrandos/as e doutorandos/as da UFPR em conjunto com representantes dos movimentos negros de Belo Horizonte e do Paraná (ACNAP, IPAD, Fórum das Entidades Negras de Londrina).

Em relação à formação continuada de professores, o NEAB-UFPR manteve articulação permanente com lideranças e militantes dos movimentos negros, na realização de eventos, na disponibilidade de vagas em eventos, cursos de extensão e de especialização, também com diversos ativistas participando como docentes nos cursos promovidos pelo NEAB-UFPR. Em especial foram interlocutores o Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Paraná e os sindicatos de docentes, como a Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato) e Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC), sendo os interlocutores do NEAB-UFPR ativistas negros/as, especialmente Luis Carlos Paixão da APP-Sindicato e Ângela Maria de Castro do SISMMAC. Um exemplo destas parcerias é a reserva de vagas para docentes na turma de especialização presencial que foram ofertadas ao Sindicato de docentes de Araucária por intermédio da ativista Dirléa A. Mathias. O NEAB convidou o Grupo de Estudos Africanidades de Araucária/PR que por sua vez indicou o sindicato como interlocutor com o NEAB para participação na seleção e ocupação de vagas.

3.2.4 Dimensão formativa

Com base nos documentos levantados entre 2004 e 2015, o NEAB desenvolve ações formativas para professores/as e estudantes, grande parte delas

via projeto de extensão, como já citamos. Sobre esta dimensão, por se tratar do foco deste trabalho, iremos aprofundar no item 3.3 deste capítulo, onde apresentaremos os cursos de extensão e aperfeiçoamento realizados para os/as docentes. No capítulo 4 teremos como foco os cursos de especialização ofertados, tanto na modalidade presencial, quando na modalidade a distância. Estes pontos serão importantes para compreendermos como o NEAB-UFPR atendeu as questões relativas a formação docente presente nas normativas federais referentes a EREER.

3.3 AÇÕES FORMATIVAS REALIZADAS PELO NEAB/UFPR: CURSOS DE EXTENSÃO E APERFEIÇOAMENTO

As atividades formativas realizadas pelo NEAB-UFPR são definidas por Silva, P. como “alfabetização da diáspora” e de “lugares de memória” (SILVA, P., 2013, p. 12). O alfabetismo da diáspora “consiste na aprendizagem da leitura e signos culturais das heranças africanas para além das distorções, da parcialidade e das ausências determinadas pela hegemonia cultural e por séculos de dominação” (SILVA, P., 2013, p. 12). Este processo de “alfabetização”, entre 2004 a 2015, foi caracterizado por ações formativas realizadas pelo NEAB utilizando diversas metodologias: seminários, palestras, cursos de curta duração, cursos de extensão, cursos de aperfeiçoamento e cursos de especialização.

As atividades mais pontuais, caracterizadas como eventos (palestras e seminários), buscavam “mobilizar, para aguçar a curiosidade” (SILVA, P., 2013, p. 13), ao nosso ver, uma forma de apresentar a temática para um público que buscava informações e/ou realizava suas primeiras aproximações com relação a EREER, principalmente pela ausência de discussões nos espaços educacionais.

Se por um lado, tais ações eram importantes, do outro verificou-se a necessidade de um processo formativo que contemplasse mais profundamente uma “alfabetização da diáspora”. Foram estruturados cursos com uma carga horária mínima necessária para uma formação continuada mais consistente (SILVA, P. 2013) bem como atender critérios de financiamento e normativa da universidade, para caracterizar como cursos de extensão ou aperfeiçoamento. Neste sentido, o NEAB-UFPR iniciou em 2006 a oferta de cursos de extensão (120 a 178 horas), aperfeiçoamento (180 horas) e cursos de especialização (360 horas).

Apresentaremos a seguir, o levantamento referente aos cursos de extensão e aperfeiçoamento, realizado com base nos relatórios que tivemos acesso.

3.3.1 Cursos de Extensão com Foco na Formação Docente Oferecidos pelo NEAB-UFPR

O NEAB-UFPR participou dos editais de credenciamento do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior (UNIAFRO), sendo o primeiro deles em abril de 2005. Este programa contemplava uma série de projetos e atividades relacionados com ensino, pesquisa e extensão.

O projeto desenvolvido pela UFPR para o edital 001/2005 do MEC/SESU/SECAD, Edital UNIAFRO, teve como objetivos: analisar a representação dos negros na imprensa, refletir e discutir o processo de implantação das ações afirmativas na UFPR e realizar a formação de professores/as do ensino público⁴². A proposta considerava a inserção do negro em uma sociedade complexa e a importância das “representações atuais do problema racial, propondo negociações e modificações” (Relatório Final UNIAFRO 2005-2006, p. 1).

A participação do Núcleo, desde o seu início em projetos e programas vinculados ao MEC, corresponde ao indicado no Parecer CNE/CP nº 03/2004, no que diz respeito à formação de professores para a diversidade racial, e a articulação na oferta de curso entre os NEABs, sistemas de ensino e comunidade.

No Edital 002/2006 o Núcleo participa com os seguintes objetivos:

Geral: Desenvolver atividades de ensino-pesquisa-extensão voltadas para o combate às desigualdades raciais e para a implementação e análise de políticas afirmativas no ensino superior.

Específicos: Analisar e tornar públicas as análises sobre políticas afirmativas no ensino superior, particularmente sobre o Plano de Metas de Inclusão Social e Racial da UFPR; *Propiciar formação sobre História e cultura afro-brasileiras para professores do ensino fundamental e médio*; Desenvolver pesquisas sobre temas relevantes para o combate às desigualdades raciais no Brasil; Difundir conhecimentos sobre desigualdades raciais e sobre políticas afirmativas para a comunidade UFPR. (Projeto BRASIL/UFPR/NEAB, 2006, grifos nossos).

⁴² Relatório Final Projeto UNIAFRO 2005-2006, arquivo NEAB.

As propostas apresentadas incluíram, para além da formação de professores, pesquisas relacionadas com ações afirmativas, combate as desigualdades raciais e difusão de conhecimento.

Em 2008 o programa foi operacionalizado pelo MEC por meio da RESOLUÇÃO/CD/FNDE nº 14 de 28 de abril de 2008, destinado especificamente para a formação inicial e continuada de professores. Os objetivos presentes na proposta apresentada pelo NEAB-UFPR foram:

Objetivo geral: Implementar Programa de Educação das relações étnico-raciais que tenha impacto na formação inicial e na formação continuada de professores e profissionais da educação

Objetivos específicos: Implementar e realizar curso de especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais que forme especialistas capazes de atuar em sala de aula, nas escolas e nas redes públicas em prol da igualdade racial; Dar continuidade a processo de formação de professores das redes públicas estadual e municipal para a implementação da Lei 10.639/03 e Parecer CNE 04/2004; Difundir informações e propiciar formação inicial sobre Políticas Afirmativas na rede pública de ensino; Fornecer uma atualização a respeito das relações étnico raciais no Brasil para graduandos da UFPR. (Projeto BRASIL/UFPR/NEAB, 2008).

Com relação aos cursos ofertados pelo NEAB-UFPR com financiamento do Programa UNIAFRO, por meio de três editais (2005, 2006 e 2008) e executados entre os anos de 2005 e 2014, observamos a oferta desde oficinas de 4 horas até cursos de extensão de 178 horas. Segue a relação dos cursos de extensão com uma breve descrição:

a) Curso de Formação de Professores do Ensino Fundamental e Médio: Cultura e História Afro-Brasileiras

O curso foi destinado aos professores e professoras da rede pública e contou com a parceria da Associação dos Professores do Paraná (APP-Sindicato) e do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (SISMMAC). Na primeira oferta, realizada no ano de 2006, a carga horária foi de 160 horas e concluíram o curso 118 participantes. Destaca-se que uma das turmas foi composta pela maioria de professores do interior do estado, uma contribuição significativa para expansão da Educação das Relações Étnico-raciais no Paraná.

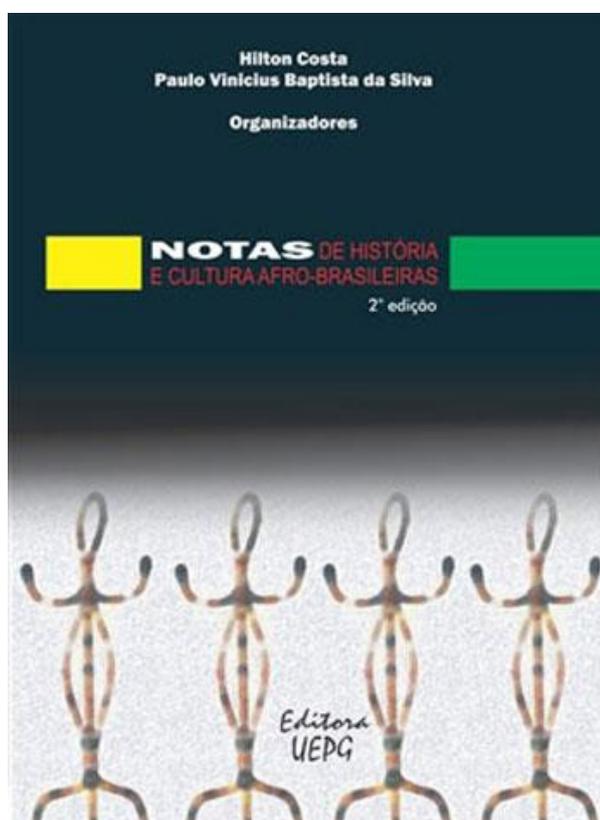
Uma nova turma (2006-2007) foi realizada, desta vez com uma carga horária menor, de 120 horas, mantendo as mesmas parcerias (APP-Sindicato e SISMMAC),

ao final 30 pessoas concluíram o curso. Estas primeiras formações tiveram um grande peso no cenário do movimento negro e espaços de debates sobre a temática em questão, pois um grupo significativo de cursistas integrou (e ainda integram): secretarias de educação, Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado do Paraná e dos municípios, coletivos sobre Igualdade Racial, entre outros.

O curso foi organizado considerando a carga horária de 120 horas, com 11 módulos: I) História da África, II) História do Negro no Brasil, III) História do Negro no Paraná, IV) Desigualdades raciais no Brasil: indicadores, V) Religiosidade Afro-Brasileira, VI) Literatura Afro-brasileira, VII) Desigualdade no Plano Simbólico, VIII) Tradições Oraís.

Em 2007, foi publicado o livro *Notas de História e Cultura Afro-Brasileiras*, Organizado pelos Professores Paulo Vinicius Baptista da Silva e Hilton Costa. A publicação foi realizada com a colaboração dos/as docentes que atuaram no Curso de Extensão, cujo os textos foram utilizados para os módulos realizados.

FIGURA 08 – LIVRO NOTAS DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRAS



FONTE: NEAB-UFPR

b) Curso de Cultura e História Afro-Brasileira

Destinado a professores/as de Ensino Fundamental e Médio, foi ofertado no ano de 2008, com uma carga horária de 30 horas. Concluíram a formação 25 profissionais. Não encontramos outras informações.

c) Educação das Relações Étnico-Raciais

Este curso trabalhou na mesma linha dos anteriores, ou seja, formar os profissionais da educação pertencentes a rede pública, subsidiando-os para a implementação do artigo 26-A da LDB nº 9.394/96 e instrumentalizá-los para a análise das desigualdades raciais presentes dentro e fora da escola.

FIGURA 09 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO: CURSO EXTENSÃO 2010

EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

INSCRIÇÕES
1 A 10 DE MARÇO DE 2010
uniafro2008@yahoo.com.br

CURSO DE EXTENSÃO
UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**CURSO DE EXTENSÃO
EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

INSCRIÇÕES
1 A 10 DE MARÇO DE 2010
uniafro2008@yahoo.com.br

ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO
PROF. DR. PAULO VINICIUS B. DA SILVA

ASSESSORIA
NELI GOMES DA ROCHA
SÉRGIO LUIZ DO NASCIMENTO

MONITORIA
LIANA BISOLO WARMLING / ROGERIO ALMEIDA DE SANTANA /
ROSANA M. R. DE PAULA / SUZILAINE PONTES /
WILLIAM BARBOSA

LOCAL
UFPR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURITIBA

INFORMAÇÕES
NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UFPR
PRACA SANTOS ANDRADE, TRAVESSA BUFFREN, 50
80020-928 (SUA-SOLO LADO LADO ELEVADOR PSICOLÓGIA)
+ 3310-2707
uniafro2008@yahoo.com.br www.neab.ufpr.br

PATROCÍNIO
UNIAFRO

REALIZAÇÃO
UFPR NEAB

APOIO
LUCIANO APP GRAD

COPIANDO E COLANDO

FONTE: NEAB-UFPR

O curso foi ofertado em 2010 (com 170 inscritos - Curitiba), em 2012 (com 43 inscritos na turma de Curitiba e 50 inscritos na turma oferecida pela Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG), em 2013 (com 43 inscritos na turma de Curitiba e 70 inscritos na Universidade Estadual de Maringá - UEM).

FIGURA 10 – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO: CURSO DE EXTENSÃO 2012

PROGRAMA DE FORMAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS UFPR-NEAB Extensão 2012 - 2019	CURSO DE EXTENSÃO EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS		TURMA TERÇAS E QUINTAS INÍCIO 04 SET / 2012 19:00 AS 22:30	
	MÓDULO	h		CONTEÚDO
<p>Objetivos</p> <p>IMPLEMENTAR E REALIZAR CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS QUE FORME ESPECIALISTAS CAPAZES DE ATUAR EM SALA DE AULA, NAS ESCOLAS E NAS REDES PÚBLICAS EM PROL DA IGUALDADE RACIAL.</p> <p>DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DAS REDES PÚBLICAS ESTADUAL E MUNICIPAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 E PARECER CNE 04/2004.</p> <p>DIFUNDIR INFORMAÇÕES E PROPICIAR FORMAÇÃO INICIAL SOBRE POLÍTICAS AFIRMATIVAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO.</p> <p>FORNECER UMA ATUALIZAÇÃO A RESPEITO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO BRASIL PARA GRADUANDOS DA UFPR.</p> <p>NÚCLEO DE ESTUDOS AFRO-BRASILEIROS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ</p>	1	8	A LDB, LEI 10693/03 O PARECER 01/2004 DO CNE A DELIBERAÇÃO 06/2006 DO CEE CONCEITOS DE RAÇA, RACISMO, ÉTNIA, CULTURA, DISCRIMINAÇÃO. A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639-03. ESBOÇO DE PROJETO A SER DESENVOLVIDO	04 06 SET
	2	16	ÁFRICA PRÉ-COLONIAL A COLONIZAÇÃO A ÁFRICA PÓS-COLONIZAÇÃO	11 13 18 20 SET
	3	12	ESCRavidão NO BRASIL A RESISTÊNCIA NEGRA À ESCRavidão MOVIMENTOS PELA ABOLIÇÃO O BRASIL PÓS-ABOLIÇÃO	25 27 SET 02 OUT
	4	8	NEGROS E BRANCOS NO PARANÁ DO SÉCULO XIX NEGROS E BRANCOS NO PARANÁ DO SÉCULO XX	04 09 OUT
	5	16	PROJETO UNESCO AO CONCEITO DE "MITO DA DEMOCRACIA RACIAL", DESIGUALDADES RACIAIS PARA FLORESTAN FERNADES, ROGER BASTIDE E ORACI HOQUEIRA MOVIMENTOS NEGROS QUILOMBOCOS, GUERREIRO RAMOS E ABRAS DO NASCIMENTO AS PESQUISAS SOBRE DESIGUALDADES RACIAIS NO PLANO ESTRUTURAL: DO RETOMAR ÀS PESQUISA NA DÉCADA DE 1970 AOS DIAS ATUAIS AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS, HISTÓRICO E ANÁLISE DE POLÍTICAS ATUAIS	11 16 18 23 OUT
	6	8	IDENTIDADE NACIONAL VERSUS IDENTIDADE NEGRA RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS A PRESENCIA NEGRA NO CATALICISMO, IRMANDADES E FESTAS DE SANTO QUESTÃO RACIAL E CORPORALIDADE	25 30 OUT
	7	12	PESQUISAS SOBRE DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL DISCRIMINAÇÃO RACIAL NA ESCOLA IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA	01 06 08 NOV
	8	8	NEGROS E BRANCOS EM LIVROS DIDÁTICOS E NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL MEDIADORES DOS DISCURSOS SOBRE O NEGRO NA SALA DE AULA NEGROS E BRANCOS NA MÍDIA	13 20 NOV
	9	12	PERSONAGEM NEGRA NA LITERATURA BRASILEIRA O MOVIMENTO DA NEGRETIUDE; MOVIMENTOS LITERÁRIOS AFRO-BRASILEIROS E ESCRITORES(A)S DOS MOVIMENTOS NEGROS LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA PORTUGUESA LITERATURA AFRICANA DE LÍNGUA FRANCESA	22 27 29 NOV
	10	12	ARTES PLÁSTICAS NA ÁFRICA ARTES PLÁSTICAS AFRO-BRASILEIRAS LITERATURA ORAL E AUDIÊNCIA AFRO MÚSICA AFRO-BRASILEIRA E ALTERNIDADE NEGRA	04 06 11 DEZ
	11	8	ESTRUTURAÇÃO DE PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DA LEI 10.639-03 NA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	13 18 DEZ

FONTE: NEAB-UFPR

Para estas ofertas, o NEAB-UFPR contou com os seguintes parceiros: APP-Sindicato, o SISMMAC, Secretaria Estadual de Educação (SEED) e Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Curitiba, Araucária, Pinhais, Ponta Grossa e Maringá. Os referidos parceiros foram responsáveis pela indicação dos cursistas sendo que 10% das vagas eram destinadas aos servidores e docentes da UFPR.

Estas parcerias variavam um tanto a depender da oferta e da instituição, mas tiveram algumas características em comum, sendo que na maior parte das vezes ocorria a disponibilidade de vagas para os profissionais indicados pelos parceiros. Por exemplo, nas primeiras ofertas realizadas em 2006 algumas turmas foram compostas por docentes indicados pela APP-Sindicato e SISMMAC, ao passo que a turma de sábado era exclusiva para a APP-Sindicato. Neste caso a infraestrutura utilizada era da UFPR, os/as docentes e materiais financiados pelo UNIAFRO, a proposta pedagógica e realização pelo NEAB-UFPR, a certificação pela UFPR e os custos das viagens, passagens, hospedagem e alimentação pela APP-Sindicato, que disponibilizava a “Casa do Professor⁴³”.

No caso da Secretaria do Estado da Educação (Seed) e das Secretarias Municipais, quando parceiras, estas usufruíam das vagas com a indicação de professores/as, mas não eram financiadoras de qualquer custo referente a formação.

No Relatório Técnico Parcial de Atividades (de 17 de março de 2014), referente aos anos de 2011 a 2014, encaminhado a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná (Funpar), verificou-se que um dos produtos decorrente do curso, foi a implementação de ações para a promoção da igualdade racial nos locais de atuação dos participantes, tais atividades eram previstas na proposta do curso, ou seja, os estudantes planejaram e executaram um plano de trabalho sobre a ERER.

O curso foi organizado considerando a carga horária de 120 horas, com 11 módulos: I) História da África, II) História do Negro no Brasil, III) História do Negro no Paraná, IV) Desigualdades raciais no Brasil: indicadores, V) Religiosidade Afro-

⁴³ A Casa da APP-Curitiba, conhecida como “Casa do Professor”, está localizada na rua Desembargador Motta, 1331, em Curitiba.

Brasileira, VI) Literatura Afro-brasileira, VII) Desigualdade no Plano Simbólico, VIII) Tradições Orais.

Além das formações, podemos destacar como importantes contribuições vinculadas ao UNIAFRO: o livro “Notas de história Afro-brasileira”, a pesquisa “Relações raciais e infância na mídia brasileira: cognição social, discurso, estratégias ideológicas e educação” coordenada pelo Prof. Dr. Paulo Vinícius e uma série de Palestras e Conferências.

As parcerias entre o NEAB-UFPR com a APP-Sindicato, o SISMMAC, Seed e Secretarias Municipais de Educação dos municípios de Curitiba, Araucária, Pinhais, Ponta Grossa e Maringá permaneceram em vigor para outras ofertas. Estes parceiros foram responsáveis pela indicação dos cursistas sendo que 10% das vagas eram destinadas aos servidores e docentes da UFPR.

3.3.2 O NEAB-UFPR e a Oferta de Cursos pela Rede de Educação para a Diversidade (REDE)

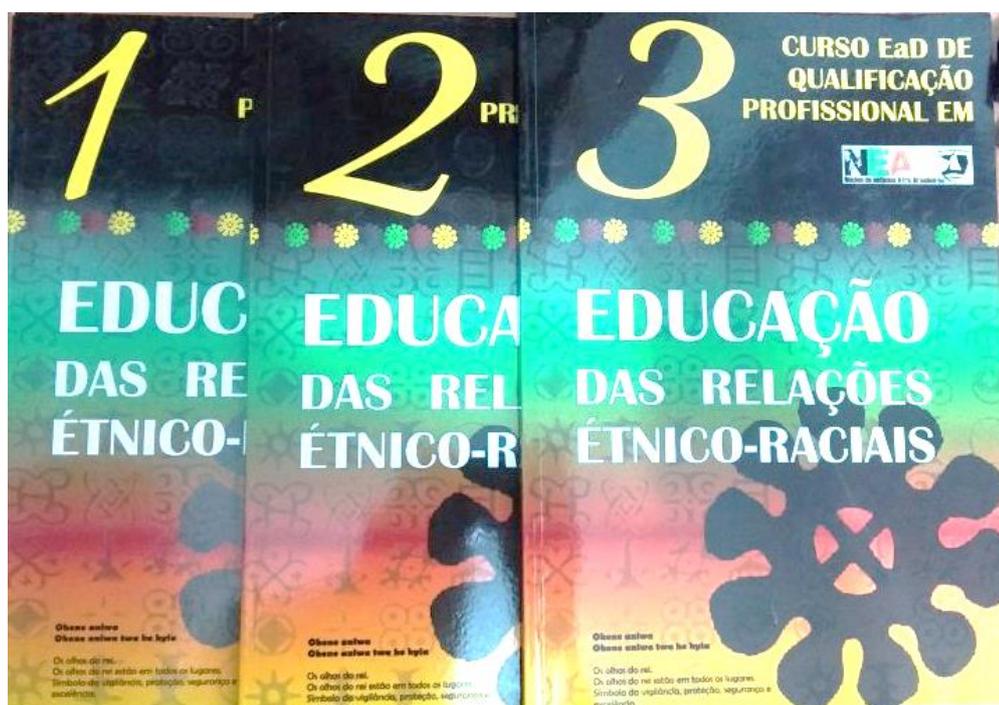
Entre 2011 e 2014 o NEAB-UFPR ofereceu o curso de Educação das Relações Étnico-raciais, vinculado à Rede de Educação para a Diversidade por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os recursos provenientes Fundo Nacional de Educação (FNDE) eram destinados ao pagamento de bolsas para os/as tutores/as, os/as professores/as e responsável pelo desenvolvimento dos projetos.

A primeira turma foi um curso de Aperfeiçoamento (com carga horária de 180 horas), depois duas turmas de extensão (178 horas). A proposta prevista no Manual da Rede de Educação para a Diversidade era de um curso de aperfeiçoamento, com 180 horas, sendo 140 horas a distância e 40 horas presenciais, com duração prevista de 5 meses. Considerando que no quadro docente da UFPR, os professores inseridos na temática do curso eram em número inferior ao previsto nas normativas para o curso de Aperfeiçoamento da UFPR, a coordenação alterou a proposta do curso para 178h, assim tornando-o curso de extensão.

A carga horária prevista, 178 horas (164 horas a distância e 14 horas presenciais), foram divididas em 7 módulos: I) Conceitual EaD e ferramenta *moodle*, II) Introdução conceitual; III) História da África, história da escravidão e resistência no Brasil; IV) Sociologia dos grupos raciais e reflexões antropológicas sobre

relações raciais no Brasil; V) Educação e desigualdades raciais no Brasil; VI) Literatura Africana e afro-brasileira, arte africana e afro-brasileira; VII) Desigualdade no plano simbólico. Para subsidiar os estudos, foram organizados 3 livros que foram disponibilizados para os estudantes. O primeiro livro com os módulos I e II; o segundo livro os módulos III e IV e o terceiro livro os módulos V, VI e VII.

FIGURA 11 – LIVROS DO CURSO EaD DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS



FONTE: NEAB-UFPR, 2017

Para a realização dos cursos, foram estabelecidas parcerias com os municípios de: Paranavaí, Ipiranga, Dois Vizinhos, Cerro Azul, Goioerê e Palmeira, Curitiba, Pinhais, Almirante Tamandaré, Campo Largo e Araucária. A oferta nestas localidades se dava em função da demanda manifesta pelos mesmos, junto com a disponibilidade de polos da Universidade Aberta do Brasil nos referidos municípios. Ao todo foram 1.060 vagas, não conseguimos localizar o número total de concluintes.

Considerando o período de 2004 a 2015, o NEAB-UFPR ofereceu um número significativo de cursos de extensão que, além de atender a capital paranaense conseguiu alcançar algumas cidades do interior do Paraná. Mesmo com

um quadro docente limitado sobre a temática racial na UFPR, mas contando com colaboradores estudantes dos Programas de Pós-Graduação e convidados, foi possível atingir diretamente mais de 1.500 professores/as, sem considerar o alcance dos seminários, palestras, conferências, minicursos e as especializações.

As informações localizadas sobre os cursos de extensão e aperfeiçoamento foram sistematizadas no quadro a seguir.

QUADRO 04 - CURSOS DE EXTENSÃO E APERÇOAMENTO OFERTADOS PELO NEAB

Período Oferta	Título Curso	Carga horária	Coordenadores	Cursistas
03/03/06 23/08/06	Formação de Professores do Ensino Fundamental e Médio: Cultura e História Afro-Brasileira	160 horas	Profº Ms. Hilton Costa Profº Drº Paulo Vinicius Baptista da Silva	118 com certificação 4 sem certificação
14/10/06 28/04/07	Formação de Professores do Ensino Fundamental e Médio: Cultura e História Afro-Brasileira	120 horas	Profº Drº Paulo Vinicius Baptista Silva Profº Ms. Hilton Costa	30 com certificação 11 sem certificação
03/09/08 11/11/08	Cultura e História Afro-Brasileira: curso de formação de professores do Ensino Fundamental e Médio	30 horas	Profº Paulo Vinicius Baptista da Silva	25 com certificação 13 sem direito a certificação
10/12/08 13/12/08	Arte Africana e Afro-Brasileira: imagens da diversidade étnico-racial	32 horas	Profº Paulo Vinicius Baptista da Silva Ana Claudia Ferreira Albach	Turma – 33 Professores PDE área de Artes
16/03/10 27/07/10	Educação das Relações Étnico-raciais	120 horas	Profº Paulo Vinicius Baptista da Silva Profº Sergio Luiz do Nascimento Neli Gomes da Rocha	Turma 1 – 79 Turma 2 – 90
04/08/12 08/12/12	Educação das Relações Étnico-raciais	120 horas	Profa. Ione da Silva Jovino	Turma UEPG 50 inscritos
09/02/11 20/11/11	Educação das Relações Étnico-raciais (Aperfeiçoamento)	180 horas	Profº Paulo Vinicius Baptista da Silva Nelson Rosário de Souza Cristiane Ribeiro da Silva	350 vagas 216 inscritos 160 concluintes
04/09/12 18/12/12	Educação das Relações Étnico-Raciais	120 horas	Profº Paulo Vinicius Baptista da Silva Kelvy Kadge Oliveira Nogueira	50 vagas
01/03/13 23/11/13	Educação das Relações Étnico-raciais	178 horas	Judit Gomes da Silva	360 vagas Paranavaí, Ipiranga, Cerro Azul, Dois Vizinhos, Goioerê, Palmeira
16/04/13 01/08/13	Educação das Relações Étnico-Raciais	120 horas	Profº Toni André Scharlau Vieira	40 inscritos 23 certificados
20/04/13 19/10/13	Educação das Relações Étnico-raciais	120 horas	Profa. Marivânia Conceição de Araújo	Turma UEM 70 inscritos 40 concluintes
30/11/13 27/06/14	Educação das Relações Étnico-raciais	178 horas	Profº Toni André Scharlau Vieira	350 vagas Curitiba, Pinhais, Almirante Tamandaré, Campo Largo, Araucária

FONTE: Elaborado pela autora com base no Relatório Técnicos NEAB e Editais Disponíveis.

Neste capítulo apresentamos um breve histórico do NEAB-UFPR e como ocorreu sua constituição. Considerando as várias frentes de atuação, apontamos quatro dimensões de atuação do NEAB: institucional, grupo de pesquisa, movimento e formativo.

Dentro da dimensão formativa, discorreremos sobre os cursos de extensão, considerando estes como importantes ações de formação continuada. A participação do Núcleo nos editais dos programas analisados, foi importante para o financiamento das ofertas, além disso as parcerias com os municípios e sindicatos colaborou para a realização exitosa das formações, visto os números de participantes.

No próximo capítulo, iremos aprofundar os cursos de especialização ofertados pelo NEAB-UFPR, analisar os dados coletados pelos questionários e as produções dos cursistas.

4 FORMAÇÃO LATO SENSU REALIZADA PELO NEAB-UFPR

No capítulo anterior as informações analisadas apresentaram dados importantes para os nossos questionamentos sobre o papel do NEAB-UFPR referente a formação continuada e o cumprimento das ações previstas no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e no Plano Nacional de Implementação das DCNERER (2013), o recorte dado foram os cursos de extensão e aperfeiçoamento destinados à formação docente.

Em continuidade ao que denominamos dimensão formativa do NEAB-UFPR, este capítulo apresentará informações sobre as ofertas dos cursos de especialização *lato sensu*, dados sobre os/as professores/as participantes e uma análise das produções monográficas realizadas.

4.1 TURMAS OFERTADAS

No período analisado por este trabalho, 2004 e 2015, o NEAB-UFPR realizou 3 Cursos de Especialização. Os dois primeiros na modalidade presencial e o terceiro na modalidade a distância. Com relação ao financiamento, os cursos de especialização estão entre as possibilidades previstas pelo UNIAFRO, referente ao eixo formação de professores e deveriam considerar as áreas de: História do negro no Brasil; Literatura afro-brasileira; História da África; História do negro nas Américas. Assim as ofertas de especialização realizadas pelo NEAB-UFPR foram custeadas pelo UNIAFRO.

a) Cursos de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais, modalidade presencial

A primeira turma foi realizada entre agosto de 2011 (a aula inaugural foi realizada em 24/09/2011), com as aulas ocorrendo até dezembro de 2012 e posterior período de 180 dias para realização das monografias. A seleção ocorreu em agosto de 2011 e contou com 90 inscritos, as vagas estavam divididas por instituições sendo: 6 vagas/UFPR, 6 vagas/SEED, 6 vagas/APP-Sindicato, 6 vagas/Fórum Permanente, 6 vagas/SISMAR, 6 vagas/SME de Curitiba, 6 vagas/SME de Pinhais. A seleção foi realizada dentro de cada um dos grupos e com

prioridade para membros das equipes multidisciplinares responsáveis pela implementação da Lei nº 10.639/03 nas escolas. O curso iniciou com 42 matriculados, ocorreram 12 desistências, 3 reprovações e 9 discentes optaram por concluir somente as disciplinas, sem entrega de monografias, com certificação de aperfeiçoamento. Foram então entregues e aprovadas 18 monografias.

A segunda turma presencial teve aula inaugural no dia 13 de julho de 2013 (a seleção ocorreu dia 15/06/13 com realização de prova) e aulas até 19 de julho de 2014, com os 180 dias de entrega de monografia posteriores. A seleção ocorreu nos moldes da anterior, dentro de cada grupo e com prioridade para membros das equipes multidisciplinares responsáveis pela implementação da Lei 10.639/03 nas escolas. Foram aprovados para a aula inaugural 46 discentes (4 vagas para UFPR não foram preenchidas). Ao longo do curso ocorreram 8 desistências, 2 reprovações e 19 discentes optaram por concluir somente as disciplinas, sem entrega de monografias, com certificação como aperfeiçoamento. Foram então entregues e aprovadas 17 monografias.

Conforme consta no Relatório Técnico Final de 2015, entregue à Funpar, os objetivos do curso eram: implementar o Programa de Formação em Educação das Relações Étnico-raciais, dar continuidade ao processo de formação de docentes das redes públicas com foco no Artigo 26-A da LDB nº 9.394/1996, Parecer CNE/CP nº 04/2004 e Plano Nacional de Implementação das DCNERER.

Quanto a organização pedagógica dos dois cursos presenciais, a matriz presente contemplava 14 disciplinas. Ocorreram mudanças de professores na segunda turma em relação à primeira, mas as disciplinas não foram alteradas. A matriz curricular se relacionou com o campo de pesquisa dos docentes do NEAB e da UFPR, ou seja, o curso foi organizado tomando em conta as especialidades dos docentes (Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, História da África, Arqueologia da África, História da Escravidão e Resistência Negra, Sociologia dos Grupos Raciais e Pensamento Social Brasileiro, Educação e Relações Étnico-Raciais; Filosofia Africana, Literaturas Africanas), conhecimentos produzidos no NEAB-UFPR (relações raciais na mídia e em livros dirigidos à infância, religiosidade negra, presença negra no Paraná) e preocupações dos docentes do Grupo de Pesquisa NEAB-UFPR (arte africana e afro-brasileira).

QUADRO 05 – MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS PRESENCIAIS *LATO SENSU*

M	DISCIPLINA	CONTEÚDOS
1	Legislação e movimentação social	A LDB nº 9394/1996. Lei nº 10639/2003. Parecer CNE/CP nº 01/2004 do CNE. Deliberação nº 04/2006 do CEE. O Plano Nacional de Implementação da Lei 10.639/03. Os Fóruns Estaduais de Diversidade Étnico-Racial.
2	Antropologia das populações afro-brasileiras I – Conceitos Fundamentais	Os conceitos de raça, racismo, etnocentrismo, cultura, etnia e preconceito racial. Identidade nacional <i>versus</i> identidade negra. Sincretismo e mestiçagem
3	Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional A	O levantamento bibliográfico e ferramentas web para levantamento bibliográfico. Tema, objeto e problema de pesquisa. Construção do Projeto de pesquisa. Metodologia de pesquisa educacional. Análise de dados. A monografia.
4	História da África	A África pré-colonial. A Colonização. A África pós-colonização
5	Arqueologia da África e arqueologia da diáspora africana	As origens da humanidade no continente africano. Arqueologia da diáspora africana nas Américas
6	Escravidão e resistência no Brasil.	O tráfico de escravos; A escravidão no Brasil; A resistência negra à escravidão; Movimentos pela abolição; O Brasil pós-abolição
7	História e presença negra no Paraná	Negros e brancos no Paraná do século XIX. Negros e brancos no Paraná do século XX
8	Sociologia dos grupos raciais no Brasil	Do projeto UNESCO ao conceito de “Mito da democracia racial”. Desigualdades raciais para Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oraci Nogueira. Quilombismo: Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. As pesquisas sobre desigualdades raciais no plano estrutural: do retomar as pesquisas na década de 1970 aos dias atuais. Ações afirmativas: conceitos, histórico e análise de políticas atuais. Movimentos negros no Brasil.
9	Antropologia das populações afro-brasileiras I - Religiosidade e corporalidade	As religiões afro-brasileiras. A presença negra no catolicismo: irmandades e festas de santo. Raça e corporeidade
10	Educação e desigualdades raciais no Brasil	Pesquisas sobre desigualdades educacionais e relações raciais no Brasil. Discriminação racial na escola. Identidade da criança negra.
11	Negros e brancos nos livros dirigidos à infância	Negros e brancos em livros didáticos. Negros e brancos na literatura infanto-juvenil. Mediações dos discursos sobre o negro na sala de aula. Literatura oral e alteridade afro.
12	Representações midiáticas do negro no Brasil	Desigualdades raciais no plano simbólico: negros e brancos em discursos midiáticos, em especial nos jornais, na televisão; no cinema e na publicidade.
13	Filosofia e Literaturas africanas e africanas da diáspora	Filosofia Africana. O movimento da Negritude. Literaturas africanas e africanas da diáspora de língua portuguesa, francesa e inglesa. Movimentos literários afro-brasileiros e escritores/as dos movimentos negros. A personagem negra na literatura brasileira.
14	Arte africana e afro-brasileira	Artes plásticas na África. Artes plásticas afro-brasileiras. Música e dança na África. Música afro-brasileira e alteridade negra.

FONTE: NEAB-UFPR, 2017

b) Cursos de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais, modalidade a distância

O curso de Especialização *lato sensu* em Educação das Relações Étnico-raciais, foi realizado na modalidade a distância, contou com o financiamento da RENAFORM/SECADI/UNIAFRO. Foram ofertadas 200 vagas, distribuídas da seguinte forma: Almirante Tamandaré (35 vagas), Araucária (35 vagas), Campo Largo (35 vagas), Curitiba (60 vagas) e Pinhais (35 vagas). Entre os objetivos do curso, estavam:

oferecer condições à professores e profissionais da educação de cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 206, I, Art. 208, Art. 210, Art. 215, Art. 216, § 1º do Art. 242 e ato das disposições transitórias ADCT, Art. 68, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito ao acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros. O Curso tem como centralidade instrumentalizar a implantação da Lei 10.639/2003 no currículo escolar e assim contribuir com a construção de um conhecimento que poderá influenciar no desenraizamento do racismo da sociedade brasileira (Edital nº 156, UFPR/NEAB/CEPIGRAD/PROGRAD, 2013,)

Considerando a forma da oferta, ou seja, na modalidade a distância, os/as cursistas utilizaram o Ambiente Virtual de Aprendizagem da UFPR para o desenvolvimento de suas atividades e acompanhamento das aulas. Os/as estudantes participaram de 14 encontros presenciais, conforme consta no Relatório fornecido pela Coordenação do Curso. Os encontros foram realizados na UFPR nos Setores de Educação e Ciências Jurídicas.

A matriz curricular da Especialização, modalidade a distância, foi baseada e bastante próxima ao da especialização presencial, sendo a seguinte:

QUADRO 06 – MATRIZ CURRICULAR DO CURSO A DISTÂNCIA LATO SENSU

M	DISCIPLINA	CONTEÚDOS
1	Introdução conceitual	Concepções e políticas de Educação a Distância em diferentes contextos históricos. Conceitual EaD e ferramenta Moodle.
		Proposta de implementação da Lei n.10.639/2003 nos espaços escolares. A LDB, Lei n. 1069/03, o Parecer nº 01/2004 do CNE, a deliberação 04/2006 do CEE, o Plano Nacional de Implementação da Lei n.10.639, os Fóruns Estaduais de Diversidade étnico-Racial.
2	Metodologia da Pesquisa Educacional	O levantamento bibliográfico e ferramentas web para levantamento bibliográfico. Tema, objeto e problema de pesquisa. Construção do Projeto de pesquisa. Metodologia de pesquisa educacional. Análise de dados. A monografia.
3	Antropologia das populações afro-brasileiras	Preconceito racial, preconceito religioso e o "medo do feitiço".
		A influência africana na religiosidade brasileira: Religiões de matriz africana, Umbanda, O catolicismo negro: irmandades e festas de santo, Neopentecostalismo e as religiões afro-brasileiras.
4	História da África	A África pré-colonial. A Colonização. A África pós-colonização.
5	Arqueologia da África e arqueologia da diáspora africana	As origens da humanidade no continente africano. Arqueologia da diáspora africana nas Américas
6	História da escravidão e resistência no Brasil	A escravidão no Brasil. A resistência negra à escravidão. Movimentos pela abolição
		Negros e brancos no Paraná do século XIX e XX. Movimentos negros em Curitiba
7	Educação e desigualdades raciais no Brasil	Pesquisas sobre desigualdades educacionais e relações raciais no Brasil. Discriminação racial na escola. Identidade da criança negra.
8	Sociologia dos grupos raciais e reflexões antropológicas sobre relações raciais no Brasil	Do projeto Unesco ao conceito de "Mito da democracia racial" – desigualdades raciais para Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oraci Nogueira
		Quilombismo: Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. As pesquisas sobre desigualdades raciais no plano estrutural: do retomar as pesquisas na década de 1970 aos dias atuais
		Ações afirmativas: conceitos, histórico e análise de políticas atuais. Movimentos negros no Brasil
9	Desigualdades no plano simbólico	Negros e brancos nos livros dirigidos à infância.
		Negros e brancos nos jornais, televisão, cinema e publicidade.
10	Literatura africana e afro-brasileira; arte africana e afro-brasileira	A personagem negra na literatura brasileira Movimentos literários afro-brasileiros e escritores/as dos movimentos negros
		O movimento da Negritude. Literaturas africanas e africanas da diáspora
11	A "mão afro-brasileira" nas artes	Artes plásticas na África. Artes plásticas afro-brasileiras
12	Estruturação de projeto de implantação do artigo 26-A da LDB	Estruturação de projeto de implantação do artigo 26-A da LDB (modificado pela Lei nº10.639/03) na instituição escolar.
		Avaliação

FONTE: NEAB-UFPR, 2017

Uma diferença significativa entre as duas ofertas, é o quantitativo de cursistas, no presencial foram 88 inscritos, na modalidade a distância 200. A modalidade a distância, principalmente após a criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB) pelo Decreto nº 5.800/2006, foi adotada como uma importante estratégia para expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas para formação docente.

A Educação a distância é crescente no cenário educacional, principalmente no Ensino Superior (incluindo a pós-graduação lato sensu), a expansão da oferta é importante para incluir tantos professores e professoras que, longe de grandes centros urbanos, apresentam dificuldade para frequentar um curso de formação continuada. Mas este aumento de ofertas de formação a distância precisa ser realizada com boas propostas pedagógicas e acompanhamento da qualidade.

4.2 PRODUÇÃO PARA OS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO

A complexidade dos assuntos abordados nos cursos de Especialização, bem como, a síntese das pesquisas realizadas pelos colaboradores do NEAB-UFPR, resultaram em dois volumes da Coleção Cadernos NEAB-UFPR, que objetivaram o “encontro entre as pesquisas do NEAB-UFPR e o processo de formação continuada de profissionais da educação” (COSTA, SILVA, 2013, p. 9).

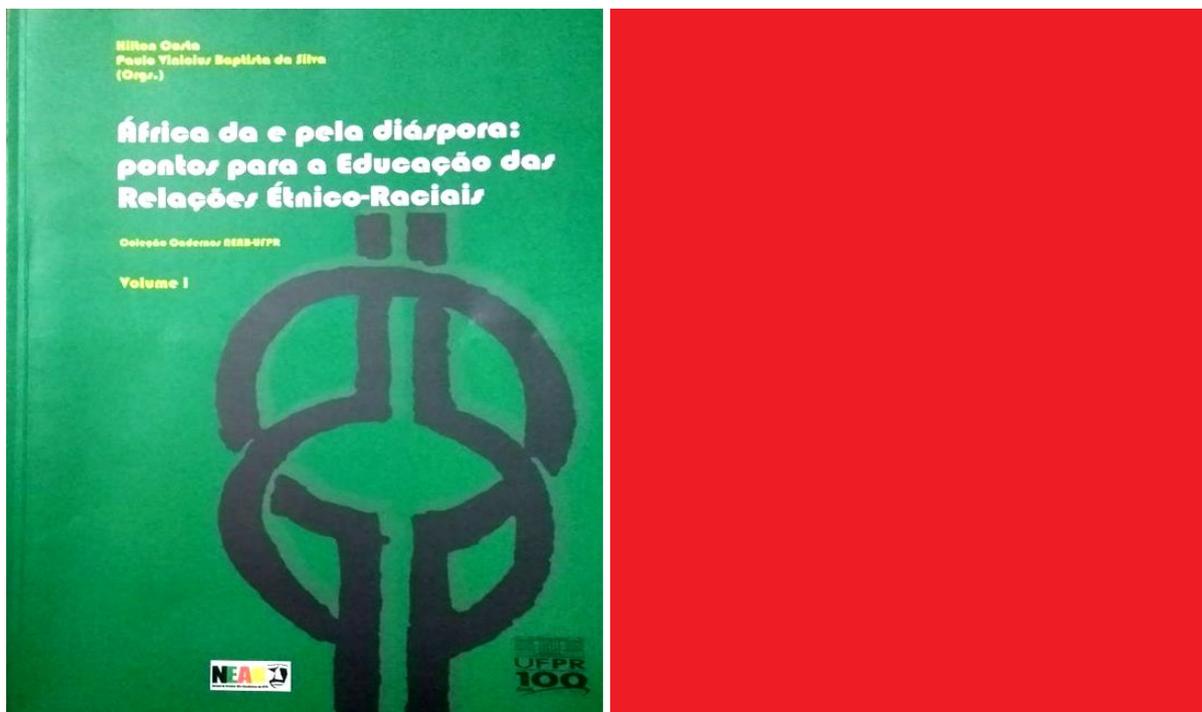
O primeiro volume, intitulado *África da e pela diáspora: pontos para a Educação das Relações Étnico-Raciais*⁴⁴, de 2013, apresenta oito textos relacionados com a primeira parte dos conteúdos da Especialização. Os textos abordam a legislação, identidades, metodologia da pesquisa, arqueologia e história da África e escravidão no Brasil. O segundo volume, *Olhando para nós mesmos: alfabetização da diáspora e Educação das Relações Étnico-Raciais*⁴⁵, de 2014, com seis textos, abordou os seguintes temas: sociologia dos grupos raciais, educação e

⁴⁴ COSTA, Hiton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva (Orgs.). **África da e pela diáspora: pontos para a educação das Relações Étnico-raciais**. Coleção Cadernos NEAB-UFPR. Curitiba, PR. Volume I. 2013.

⁴⁵ COSTA, Hiton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva (Orgs.). **Olhando para nós mesmos: alfabetização da diáspora e Educação das Relações Étnico-raciais**. Coleção Cadernos NEAB-UFPR. Curitiba, PR. Volume II. 2014

desigualdades, negros e brancos nos livros para infância, representações midiáticas, literatura africana e afro-brasileira, artes.

FIGURA 12 – COLEÇÃO CADERNOS NEAB-UFPR, VOLUMES I E II



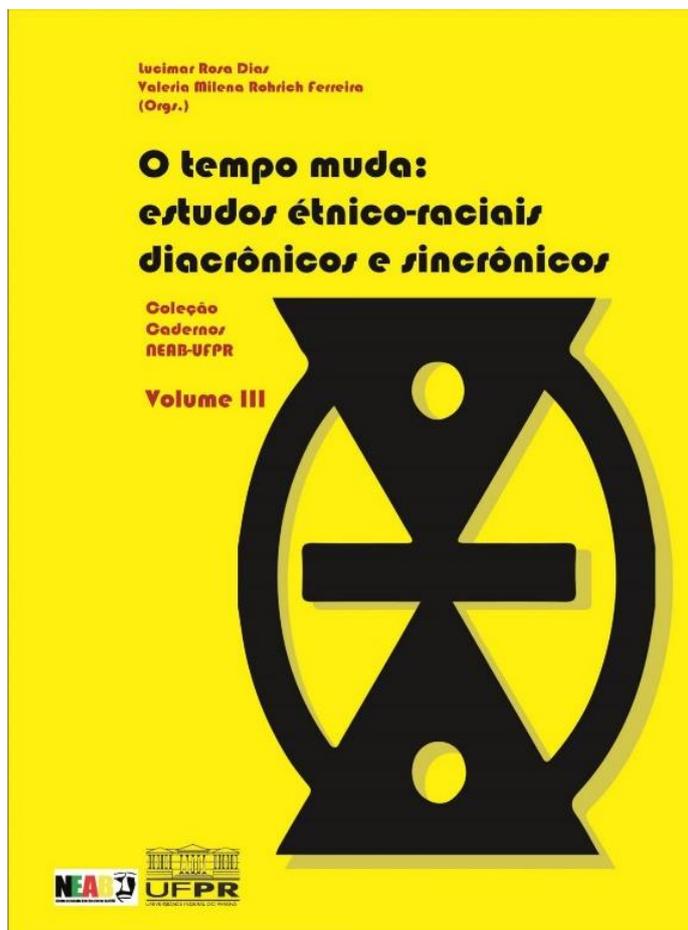
FONTE: NEAB-UFPR, 2017

As publicações foram organizadas pelos Professores Hilton Costa e Paulo Vinicius Baptista da Silva, e teve como fomento verbas oriundas do UNIAFRO. Os dois volumes apresentam uma importante contribuição e registro das produções do NEAB, cumprindo o proposto pelos organizadores, ou seja, ser um referencial para a formação docente e sistematizar as pesquisas oriundas dos membros do referido Núcleo.

No ano de 2016, as professoras Lucimar Rosa Dias e Valéria Milena Rohrich Ferreira, organizaram o terceiro volume intitulado *O tempo muda: estudos étnico-raciais diacrônicos e sincrônicos, com objetivo de ampliar o estudos étnico-raciais*⁴⁶.

⁴⁶ DIAS, Lucimar Rosa. FERREIRA, Valéria Milena Rohrich (Orgs.). *O tempo muda: estudos étnico-raciais diacrônicos e sincrônicos, com objetivo de ampliar o estudos étnico-raciais*. Coleção Cadernos NEAB-UFPR. Curitiba, PR. Volume III. 2016.

FIGURA 13 – COLEÇÃO CADERNOS NEAB-UFPR: VOLUME III



FONTE: NEAB-UFPR

Estas produções colaboram tanto para a formação docente, como para divulgar as pesquisas e estudos, uma das ações previstas para os NEABs conforme define o Plano de Implementação das DCNERER (2013).

4.3 PERFIL DOS CURSISTAS E AS CONTRIBUIÇÕES DO CURSO PARA OS PROFISSIONAIS

Para conhecermos o perfil dos/das professores/as que participaram dos cursos de Especialização e compreendermos se a formação realizada influenciou os/as participantes, encaminhamos um questionário para todos os concluintes dos três cursos de especialização. Para o envio dos questionários, contamos com a colaboração de pessoas envolvidas com as secretarias dos cursos de

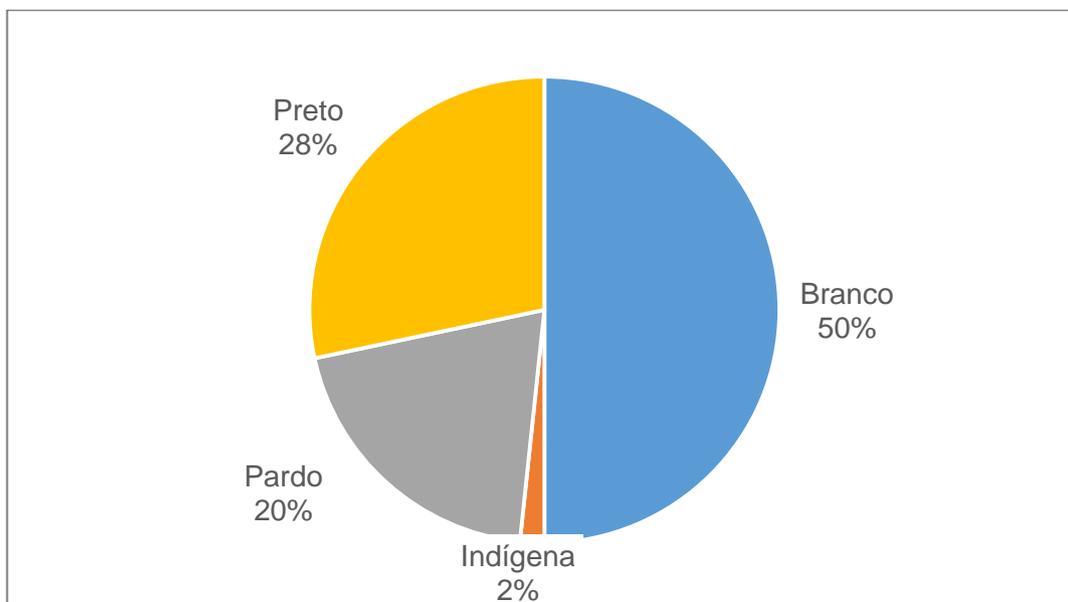
especialização⁴⁷. Dos 148 questionários enviados, 4 não chegaram ao destinatário, assim contabilizamos 144 enviados, com o retorno de 60 respostas, ou seja, 42%.

Na sequência seguem os dados analisados. Na primeira parte relacionados com o perfil e a segunda parte trata do curso e o trabalho docente.

4.3.1 Perfil dos cursistas

Com relação ao perfil racial temos: 50% de brancos (30 pessoas), 28% de pretos (17 pessoas), 20% pardos (12 pessoas), 2% indígena (1 pessoa). Considerando pardos e pretos temos 48% de cursistas negros/as (29 pessoas).

GRÁFICO 01 – PERFIL RACIAL



FONTE: Elaborado pela autora, 2017

Com relação ao perfil racial temos um dado importante, a porcentagem de pessoas que se autodeclararam pretas: 28%. Este número representa quatro vezes o dado do IBGE, de 2010, ou seja, 7,5%. Uma questão que pode ser relevante é a autodeclaração como preto ou pardo das/os professoras/es que realizaram o curso, se a formação específica em Educação das Relações Étnico-Raciais teve impacto sobre sua autodeclaração de raça cor e se aumentou a frequência de

⁴⁷ Colaboraram a servidora da UFPR Nathália Savione Machado (CIPEAD/UFPR), integrante da Coordenação do curso ofertado na modalidade a distância, e Leticia Leobet, estudante de Ciências Sociais, estagiária do NEAB.

autodeclarados pertos/as. O curso poderia ter interferido na sua autodeclaração? Outra questão poderia ser o interesse dos professores/as negros/as. Para tanto, seria interessante outra pesquisa mais detalhada sobre a identidade racial dos cursistas (no início, fim do curso, história de vida) e entrevistas sobre suas trajetórias.

A formação inicial dos cursistas, em nível superior, foi realizada nas mais diversas áreas, com predominância do curso de Pedagogia, conforme observamos na Tabela 01:

TABELA 01 – FORMAÇÃO INICIAL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

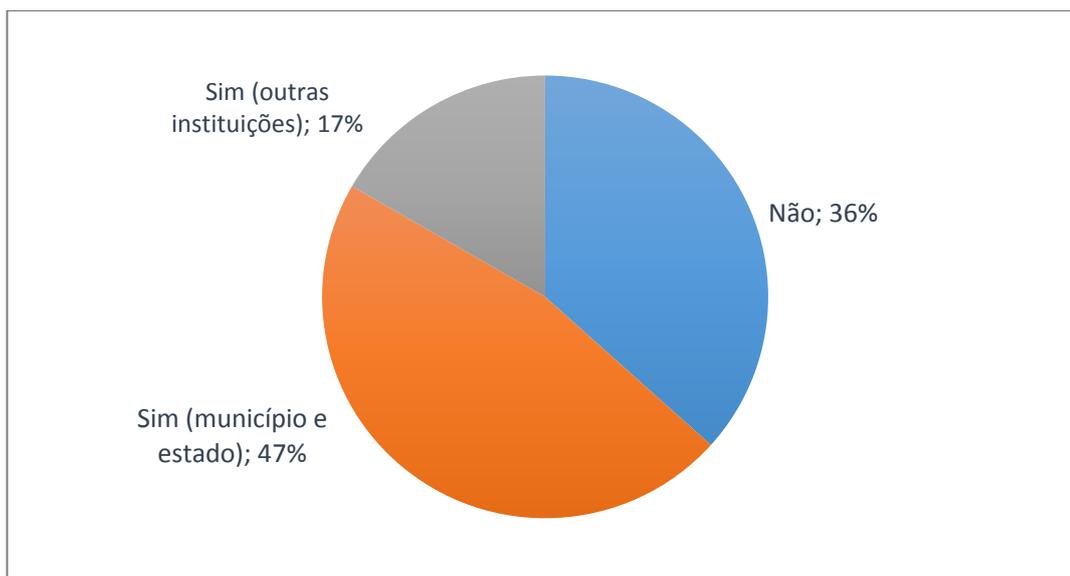
FORMAÇÃO INICIAL	NÚMERO DE RESPOSTAS
Pedagogia	23
Letras	9
História	8
Educação Física	5
Filosofia	5
Assistente social	2
Enfermagem	2
Ciências Sociais	2
Geografia	1
Artes	1
Química	1
Secretariado Executivo	1

FONTE: Elaborado pela autora

Os diferentes cursos demonstram o interesse da inserção da EREER nas diversas etapas da Educação Básica, como será apresentado no item 4.4 deste capítulo. Também estiveram presentes profissionais de outras áreas: assistência social, enfermagem e secretariado executivo.

Outro dado que buscamos com os cursistas foi a participação destes em formações relacionadas com a EREER, anteriormente ao curso de especialização, obtendo as seguintes respostas:

GRÁFICO 02 – PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DA EREER ANTES DA ESPECIALIZAÇÃO



FONTE: Elaborado pela autora, 2017.

Para 64% dos cursistas, a temática da EREER não era nova no sentido formativo, visto que estes docentes já haviam realizado cursos ofertados pelo município, estado ou outras instituições. Este fator pode ser um indicativo da necessidade de ofertas formativas contínuas e mais estruturadas, principalmente nos municípios e estado, bem como o interesse contínuo dos/as professores/as. As pesquisas analisadas para este trabalho indicam que as formações sobre EREER, constituem-se de ações isoladas, pois não estão na pauta das políticas de formação continuada da rede pública (SILVA, 2005; BORGES, 2008; SILVA, 2008; FERREIRA, 2009; LIMA, SANTOS, 2009; SARAIVA, 2009; DIAS, 2011; PALÚ, 2011; PEREIRA, 2011; VIEIRA, 2011; SILVA, COELHO, 2013; SOLIDADE, MARQUES, 2013; SILVA, S., 2015; RAMOS, 2015; RODRIGUES, 2015; FEITAL, 2016; SILVA, 2016).

Assim, ao realizar as formações, o NEAB-UFPR colabora com esta necessidade de formação continuada de professores/as sobre a EREER, seja para os/as docentes que já conhecem a temática, seja para os/as professores/as que realizam suas primeiras aproximações.

Sobre a escolha do curso de especialização em Educação das Relações Étnico-raciais, a resposta mais citada foi: buscar e ampliar o conhecimento, o que consideramos coerente. Outra resposta muito citada foi a busca pela melhoria das

práticas, neste sentido muitos relataram a insegurança em trabalhar a temática racial em sala e o pouco conhecimento sobre a história dos/das negros/as, bem como a necessidade de obter subsídios teóricos para realizar ações dentro da escola para colaborar no combate ao racismo presente no ambiente institucional.

TABELA 02 – JUSTIFICATIVA SOBRE A ESCOLHA DO CURSO SOBRE EREER

	NÚMERO DE RESPOSTAS
Buscar e ampliar o conhecimento sobre a EREER	22
Melhorar as práticas na sala de aula e na escola	8
Interesse e importância do tema	8
Qualificação profissional	5
Identificação com o tema	5
Oportunidade de estudo	2
Valorização da temática na sociedade	2
Melhorar como ser humano	2
Militância	1

FONTE: Elaborado pela autora

Para este primeiro bloco de questões, gostaríamos de destacar: a porcentagem de pessoas que se autodeclararam pretas (28%), a diversidade presente na formação inicial e um interesse grande quanto a melhorar a prática docente relacionada com EREER. Apresentamos a continuidade da sistematização da pesquisa, abordando questões específicas do curso e olhar para a escola a partir deste.

4.3.2 O Curso de Especialização e o (novo) olhar para a EREER

Perguntamos aos professores e professoras se e como a especialização colaborou no (re) pensar das suas práticas como docentes. Entre as respostas recebidas, quatro pessoas colocaram que não houve alteração, os demais responderam positivamente (tabela 03).

TABELA 03 – ALCANCE DO PERCURSO REALIZADO NA ESPECIALIZAÇÃO

	NÚMERO DE RESPOSTAS
Subsídio para o planejamento e desenvolvimento de práticas	20
Ampliou o conhecimento e repertório de materiais	15
Desenvolvimento de discussões sobre a temática na escola	7
Mais atenção sobre a discriminação no cotidiano escolar	4
Nova forma de ver o outro e tolerância	4
Troca de informações com outros professores	3
Preocupação e atenção com as crianças negras da escola	3
O racismo presente nas diferentes linguagens	2

FONTE: Elaborado pela autora

As respostas mais citadas, conforme observamos na tabela 03, fazem referência às ações da prática docente (planejamento, aulas, saberes, materiais). Os/as docentes relataram que a formação foi importante para rever seus planejamentos, ampliar o repertório de materiais e desenvolver práticas pedagógicas na perspectiva da EREER.

Outros professores relataram uma maior preocupação com as relações que ocorrem no ambiente escolar, comentaram sobre ter mais tolerância⁴⁸ e sua nova forma de ver o outro, maior preocupação e atenção com as crianças negras e situações de discriminação na escola.

As respostas apresentadas aproximam-se com os resultados das pesquisas, citadas neste trabalho, que indicam que a formação continuada contribuiu para o desenvolvimento de um trabalho inicial relacionado com a EREER (SANTOS, 2017) e colabora com o combate às formas de silenciamento e/ou discriminação presente no cotidiano escolar (CARENO, ABDALLA, 2013; VIEIRA, 2011; PAULA, 2013).

⁴⁸ O termo tolerância utilizado neste texto, segue o definido por Clodoaldo Meneguello Cardoso: “Atitude de reconhecimento, na teoria e na prática, do outro como outro e de respeito mútuo às diferenças; - capacidade de diálogo, de compreensão e de respeito mútuo entre posições tolerantes com ideias e valores diferentes; - respeito aos direitos universais inalienáveis da pessoa humana; - reconhecimento da diversidade cultural, contrapondo-se à hegemonia de uma cultura que domina e marginaliza as outras; - resistência a tudo aquilo que provoca opressões e desigualdades sociais; - ação solidária na superação das desigualdades sociais; - valorização da diversidade cultural a partir da consciência clara do valor da própria identidade e de seus limites; - capacidade de cooperação para alcançar objetivos comuns; - atitude de solidariedade entre indivíduos, grupos, povos, nações e, também, dos seres humanos para com a natureza em geral” (CARDOSO, 2003, p. 12).

Outra informação importante, oriunda dos questionários, foram as ações realizadas pelos/as professores/as nos seus locais de trabalho. Consideramos as atividades para além da prática docente em sala. Observamos estas ações na perspectiva de sujeitos que compartilham os saberes e contribuem nas discussões institucionais sobre a ERER.

TABELA 04 - AÇÕES REALIZADAS PELO CURSISTA NA INSTITUIÇÃO

	NÚMERO DE RESPOSTAS
Realização de palestras - na escola, semana pedagógica	14
Trabalho com a equipe multidisciplinar	7
Realização de grupo de estudos	7
Promoção de debates	6
Desenvolvimento de Projeto anual	5
Realização de oficinas	3
Organização de exposição de trabalho	2
Organização da semana da Consciência negra	2
Formação professores	2
Desenvolvimento de pesquisa	1
Organização de semana cultural	1

FONTE: Elaborado pela autora

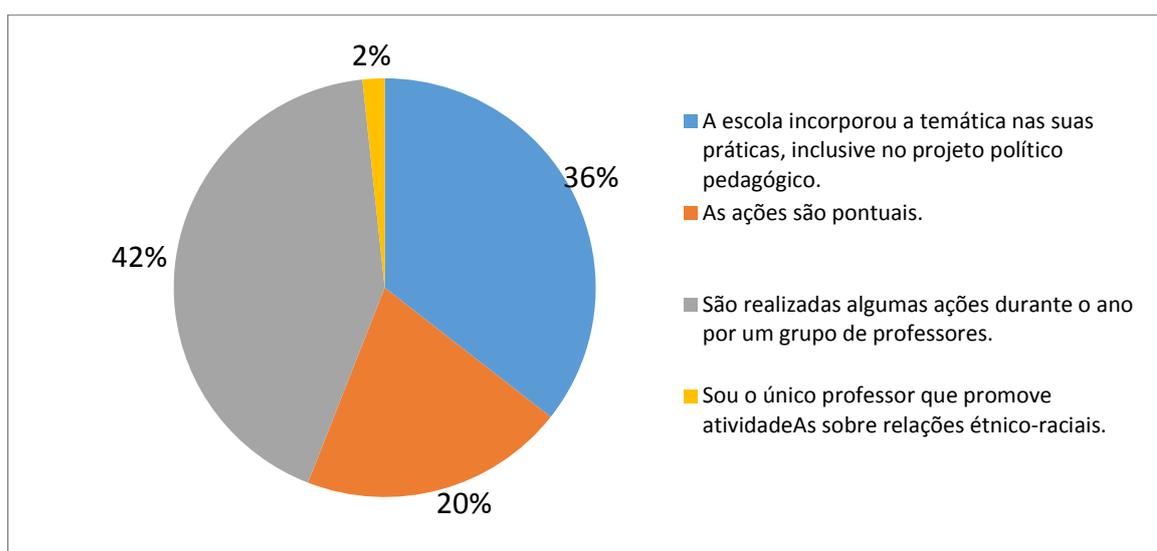
Entre as ações mais relatadas pelos/as docentes participantes dos cursos, estão as relacionadas com aspectos formativos, no compartilhamento dos conhecimentos com seus colegas e comunidade escolar, como: a realização de palestras sobre a temática racial, grupos de estudos, realização de oficinas, e a colaboração na formação de professores/as nas suas instituições. Outros/as docentes colaboraram com a organização de Semana cultural, exposição de trabalhos e projetos sobre a ERER. Nota-se a ainda prevalência de ações pontuais (palestras, debates, oficinas, semana da consciência negra) ao passo que algumas ações de maior amplitude (trabalho com equipe, grupos de estudos, projetos anuais) tiveram frequência entre as mais altas.

Ainda sobre as ações, alguns professores relataram a dificuldade com em trabalhar com a ERER com os colegas, principalmente pela falta de interesse.

As respostas dadas pelos/as professores/as demonstram que o curso alterou o olhar destes quanto a EREER. Observa-se, portanto ganho que as escolas e a rede pública receberam com a qualificação destes/as profissionais. Mas as escolas onde estes profissionais atuam a EREER é uma realidade?

As respostas indicam que um pouco mais de um terço das escolas, 36%, incorporaram a EREER nos seus PPPs. Os outros dados evidenciaram a existências de práticas, sejam elas pontuais (20%) ou realizadas durante o ano por um grupo de professores/as (42%). As contínuas discussões e formações, envolvendo todos/as os/as professores/as, torna-se necessária neste cenário e assim, tornar a EREER mais presente nos projetos institucionais.

GRÁFICO 03 – AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E A EREER



FONTE: Elaborado pela autora, 2017

Por um lado ainda se observa um quadro aquém do que é considerado necessário pela literatura da área e que não segue concretamente as normativas. Por outro temos um percentual relevante de ações de longa duração e este percentual é muito acima de pesquisas que buscaram identificar estas práticas em redes de ensino (GOMES, 2012).

4.4 PRODUÇÕES MONOGRÁFICAS DOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU PROMOVIDOS PELO NEAB-UFPR

Para ter direito ao título de especialista, além de realizar todas as disciplinas previstas no curso, era necessário que os/as estudantes realizassem um trabalho de conclusão. Como estes eram docentes da rede pública, o *locus* da pesquisa foi, em grande parte, a escola e ou instituição de educação infantil.

A busca pelas produções monográficas ocorreu primeiramente no acervo da Biblioteca da UFPR, mais especificamente na Biblioteca Digital de Especialização. Dentro da categoria “Ciências Humanas”, localizamos a coleção “Educação das Relações Étnico-raciais”. Na referida coleção encontramos somente 13 trabalhos, referentes aos cursistas na modalidade presencial. Ampliamos nossa busca utilizando o nome dos autores dos trabalhos e descritores relacionados com a ERER, sem sucesso.

Em seguida, entramos em contato com o NEAB e com as coordenações dos cursos que disponibilizaram os arquivos digitais das monografias. No total tivemos acesso a 89 pesquisas. Segundo os dados levantados (relatório final de curso e relação dos depósitos realizados na biblioteca) o total de monografias seria 100, ou seja, não conseguimos localizar 11 pesquisas até o momento da finalização deste trabalho.

O mapeamento das temáticas ocorreu com base nas leituras dos resumos, nos quais buscamos localizar as temáticas e outros dados. Em 3 trabalhos não constava o resumo, assim procedemos a leitura da monografia. Em outros casos, mesmo com a presença dos resumos, não conseguimos localizar os resultados, procedendo assim a leitura da pesquisa.

Apresentamos a seguir a sistematização dos principais resultados das pesquisas realizadas, organizados em 8 categorias: Formação de professores, Educação Infantil, Escola (Ensino Fundamental e Ensino Médio), Literatura, Livros Didáticos, Mídia, Mulheres Negras e o último que denominamos de “outras temáticas”. Para cada categoria elaboramos um quadro com os principais pontos apresentados nos trabalhos. A relação, de todas as monografias consultadas, encontra-se no Apêndice B.

a) Formação de Professores

Os trabalhos apresentados nesta categoria evidenciaram a necessidade de maior investimento na formação continuada. Os trabalhos de Eudócia de Fátima de Castro (2015) e Ângela Maria Kogut (2015), enfatizam que a garantia da efetividade da legislação sobre a EREER necessita de uma política de formação de professores “percebeu-se a urgência em políticas públicas que favoreçam a capacitação de professores, pedagogos, inspetores, diretores, e todo o público ligado direta ou indiretamente ao trabalho escolar” (KOGUT, 2015, p. 50).

Tais resultados coadunam com as pesquisas citadas neste trabalho que apresentam a necessidade de ampliar a presença da EREER na política de formação continuada dos municípios e estados (SILVA, 2005; BORGES, 2008; SILVA, M. L. R. N. 2008; FERREIRA, 2009; LIMA, SANTOS, 2009; SARAIVA, 2009; DIAS, 2011; PALÚ, 2011; PEREIRA, 2011; VIEIRA, 2011; SILVA, COELHO, 2013; RAMOS, 2015, RODRIGUES, 2015; SOLIDADE, MARQUES, 2013; SILVA, S., 2015; FEITAL, 2016; SILVA, 2016).

A pesquisa de Cristiane Quevedo (2015) analisa o trabalho com a formação continuada para a EREER no município de Almirante Tamandaré/PR. A ação no citado município foi marcada por ações pontuais e organizada por iniciativas particulares de algumas equipes, sem um projeto formativo. Outro ponto apresentado por Quevedo (2015) foi o importante papel do NEAB-UFPR na parceria com o município na oferta de 35 vagas para o curso de Especialização.

Quanto ao interesse dos/das professores/as na participação nas formações, a pesquisa de Vania Wuicik de Lima (2015), apontou o pouco interesse dos/das professores/as de Educação Física nos cursos oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação, ao mesmo tempo em que estes encontravam informações para suas práticas relacionadas com a EREER na internet e livros.

A professora Adriana Cristina Zielinski do Nascimento (2015) realizou sua pesquisa sobre a participação dos/as professores/as nos Cursos propostos pela Comissão da Diversidade na cidade de Pinhais/PR, evidenciando a necessidade de maior articulação quanto a agenda para favorecer a participação dos/as docentes e maior divulgação dos cursos.

Por fim, temos o trabalho de Jane Moreira de Carvalho (2015) que apresentou o percurso da militante do movimento negro de Minas Gerais, professora

Efigênia Carlos Pimenta, a importância dos seus familiares na superação dos desafios quanto a discriminação racial que, mesmo assim, “não a isentaram de sofrer o racismo existente no ambiente escolar enquanto professora, por parte de alunos, pais e colegas de trabalho” (CARVALHO, 2015, p. 33).

QUADRO 07 – FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Formação de Professores (06 trabalhos)
– Pesquisa sobre história de vida e o trabalho docente (CARVALHO, 2015)
– Necessidade de ampliar a oferta de formações sobre a EREER (KOGUT, 2015; NASCIMENTO, A., 2015).
– Formação professores como ações isoladas (QUEVEDO, 2015).
– O conhecimento e efetividade da EREER perpassa a formação de professores (CASTRO, E. 2015).
– Pouco interesse quanto à formação continuada e EREER. (LIMA, 2015)

FONTE: Elaborado pela autora

b) Educação Infantil

No total foram 7 trabalhos relacionados com a Educação infantil. A efetivação do Artigo 26-A, nos municípios e instituições de EI, foi o ponto analisado na maioria dos trabalhos.

A literatura infantil, com a presença de protagonistas negros/as, foi uma importante prática observada por Regina Martins (2015) e Virgínia Aparecida Iasen (2015) para a promoção da EREER e o trabalho da identidade dos pequenos.

A resistência dos/as professores/as com relação a EREER é um dos fatores, apresentado por Afrânio Gonsaga Ferreira da Rosa (2015), que dificulta a efetivação da EREER na Educação infantil de São José dos Pinhais/PR, tendo como consequência a perpetuação de estereótipos racistas.

As pesquisas evidenciaram a EI como um importante espaço de ruptura e combate às desigualdades raciais. As produções relacionadas com a Educação Infantil do NEAB-UFPR, foram analisadas por Lucimar Rosa Dias e Helena Alves Dalto (2016), e as autoras constataram o aumento das pesquisas relacionadas com a primeira etapa da Educação Básica, principalmente a partir de 2012. As referidas autoras apresentam a necessidade de mais formações que tratem especificamente da EI (2016).

QUADRO 08 – EDUCAÇÃO INFANTIL

Educação infantil (07 trabalhos)
<ul style="list-style-type: none"> – Existência de ações pontuais referentes a EREER (FABRICIO, 2015). – Necessidade de mais intervenções para a promoção da EREER (FABRICIO, 2015, ROSA, 2015). – Desenvolvimento de práticas pedagógicas envolvendo a literatura infantil e EREER (IANSEN, 2015, MARTINS, 2015; ROSA, 2015). – Necessidade de um currículo que contemple a diversidade (KEIK, 2015). – Práticas discriminatórias relacionadas com a religião dentro da EI (OLIVEIRA, V., 2015). – Práticas na EI em consonância com as normativas referentes a EI e EREER (FERREIRA, 2015).

FONTE: Elaborado pela autora

c) Escola (Ensino Fundamental e Médio)

Nesta categoria colocamos as pesquisas realizadas nas escolas do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. O cotidiano escolar esteve presente nas pesquisas que analisaram a existência de práticas discriminatórias nas escolas, como observamos em Neusa da Silva Duarte (2015) que analisou a presença do racismo silencioso no cotidiano escolar, já o trabalho de Luciano Vinícius de Jesus (2015) apontou para a reprodução de estereótipos pelos estudantes, e a pesquisa de Moacir Cesar Kuhlkamp (2015) sobre o bullying, preconceito e discriminação no ambiente escolar.

As pesquisas relacionadas com as práticas pedagógicas e EREER abordaram a ação dos docentes com relação à temática racial como os trabalhos de Fernanda Christina da Silva (2015), João Alexandre de Castro (2015), Rosângela Rodrigues da Silva Mendes (2015). O silenciamento docente e o papel do professor na ruptura das ideias eurocêntricas foram questões abordadas por Eveline de Oliveira (2015) e Joanita Moreira de Souza Leal (2015).

A Educação física na perspectiva da EREER norteou os trabalhos de Sonia Paiva Bonetti (2015) que pesquisou as contribuições dos jogos africanos; de Maritana Drescher da Cruz (2015), sobre o corpo e o movimento; Marcus Aurélio Poly sobre as contribuições da Capoeira e a EREER (POLY, 2015).

Os outros resultados apontados nos trabalhos monográficos, foram organizados no quadro a seguir

QUADRO 09 – ESCOLA (ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO)

Escola (30) trabalhos
<ul style="list-style-type: none"> – Currículo: pouca presença da EREER no currículo (CASTRO, A., 2015; FREITAS, 2016). Ausência de perspectiva africana no currículo de filosofia (DANTAS, 2015). Presença da música africana na escola (NASCIMENTO, 2015). Biologia (FREITAS, 2016). – Livros: maior número de livros com personagens negros/as (LEAL, 2015); necessidade de ampliar o acervo com livros que represente a diversas culturas (ANDRUSIEVICZ, 2015). – Mais investimentos em formação continuada sobre a EREER (LEAL, 2015; LARA, 2015; TANAJURA, 2015; OLIVEIRA, E., 2015). – Necessidade de ampliar o trabalho com a EREER nas escolas para efetivação do Artigo 26-A (CLEMENTE, 2015). – Ensino Religioso e o respeito a diversidade religiosa (LARA, 2015). – A EREER como promotora de reflexões e transformações quanto à discriminação racial (DUARTE, N 2015). – Cotidiano e Contexto escolar: Existência de práticas discriminatórias (DUARTE, N 2015). Racismo silencioso no cotidiano escolar (SILVA, E.; 2015). Construção da identidade afrodescendente na escola (MACEDO, 2015). Reprodução de estereótipos pelos estudantes (JESUS, L. V. 2015). Bullying, preconceito e discriminação (KUHLKAMP, 2015). Racismo no imaginário infantil do ensino fundamental no contexto escolar (ZUCHINI, 2016). A linguagem e os termos que expressam racismo no cotidiano escolar (RECH, 2015). – Prática docente e EREER (CASTANHEIRO, 2015; MENDES, 2015, CASTRO,J., 2015). Silenciamento docente (LEAL, 2015). O papel do professor para romper a ideias eurocêntricas (OLIVEIRA, E., 2015). – História da Educação e EREER (ROSA, 2015). – O trabalho das Equipes Multidisciplinares⁴⁹ e a EREER (MASCARENHAS, 2015; LOPES, 2015; GODOI, 2015; HOFFMANN, 2015; VASCONCELOS, 2015). – Educação física e EREER: contribuição dos jogos africanos (BONETTI, 2015), Corpo e movimento (CRUZ, 2015); contribuições da Capoeira (POLY, 2015).

FONTE: Elaborado pela autora

d) Literatura

A importância de personagens negros e a contribuição destes na construção da identidade foram pontos abordados nas pesquisas na categoria literatura. A

⁴⁹ As equipes multidisciplinares foram criadas pela Deliberação nº 04/06/2006. “Art. 8º. Cada unidade escolar/instituição deverá compor equipe interdisciplinar que estará encarregada da supervisão e desenvolvimento de ações que dêem conta da aplicação efetiva das diretrizes estabelecidas por esta Deliberação ao longo do período letivo e não apenas em datas festivas, pontuais, deslocadas do cotidiano da escola (PARANÁ, 2006, p. 3). Disponível em: <http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2006/deliberacao_04_06.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2017.

pesquisa de Rejane Georgina Pott Ferrando (2014), apresenta o aumento de literatura para infância com personagens negros, mas ainda prevalece a inferioridade de imagens de negros, com relação aos brancos.

Michelle Schiestl da Silva Reis (2015) sinalizou a presença e o uso de livros sobre literatura afro-brasileira nas escolas analisadas. Patrícia Raimundo Lazarin (2015) colocou que a literatura infantil é utilizada como disparador para discussões sobre as relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira.

A contribuição da literatura para a construção da identidade e percepção de mundo, foi o que norteou o trabalho de Jucimara Gomes da Silva, 2015, que colocou a necessidade de personagens negros/as nos livros.

O trabalho de Juliana Gruber, 2015, sobre 3 obras de Monteiro Lobato (Histórias de Tia Nastácia, Reinações de Narizinho e Caçadas de Pedrinho), evidencio que o discurso em torno da personagem negra Tia Nastácia era presente uma ideia de inferiorização do negro e de discriminação.

No geral, a literatura (principalmente a infantil) apresentou um aumento de produções com personagens negros, mas ainda persistem ideias estereotipadas, situações de racismo e uma superioridade de personagens brancos como protagonistas.

QUADRO 10 – LITERATURA

Literatura (10 trabalhos)
– Contribuição da literatura com personagens negros como forma de promoção da igualdade racial (SILVA, J., 2015; LAZARIN, 2015)
– Presença de preconceito e estereótipos em livros (FERNANDES, 2015)
– Presença de discursos preconceituosos (GRUBER, 2015)
– Literatura Afro-brasileira presente nas bibliotecas e utilizada pelos estudantes (REIS, 2015)
– Literatura Afro-brasileira como material didático (REIS, 2015).
– Aumento de livros com personagens negros para o público infantil (FERRANDO, 2014)
– Análise de produções (SOUZA, C., 2015; MARTINS, 2015; PESTANA, 2015).
– Marca do preconceito em personagens negros. (DUARTE, A., 2015)

FONTE: Elaborado pela autora

e) Livros Didáticos

Os livros didáticos analisados pelos/as professores/as, indicaram que ainda não foi contemplada a ERER, nestes materiais. O trabalho de Fabiula Sandri Marangon, de 2015, observou a pouca representatividade quantitativa de imagens de negros/as. A pesquisa de Rafael Sacovicz (2015) conclui que o livro analisado não apresenta os/as negros/as como contribuintes quanto a economia e cultura, fazendo com que os leitores “que são alunos em processo de aprendizagem, que os negros não tiveram valor ou relevância para a estruturação e organização do território e sociedade brasileira (SACOVICZ, 2015, p. 34).

Estes exemplos demonstram que os resultados são similares aos apresentados no trabalho de Muller (2015), intitulado A Produção Acadêmica Sobre a Imagem do Negro no Livro Didático: Estado do Conhecimento (2003-2013), que evidenciou a “pouca representatividade textual e imagética da população negra que se expresse em situações de relevância histórica, cultural, social e cotidiana, e persiste a imagem do negro de modo subalternizado ou mesmo invisibilidade” (MULLER, 2015, p. 13).

A pouca representatividade imagética da população negra, pode representar o silenciamento desta parte da população brasileira (SILVA, P., 2008). O livro, como um importante mediador do processo de aprendizagem, é carregado de mensagens simbólicas e pode contribuir para combater o racismo ou ser reprodutor de situações de discriminação.

QUADRO 11 – LIVROS DIDÁTICOS

Livros Didáticos (5 trabalhos)
– Livros contemplam parcialmente a ERER. (MARANGON, 2015)
– Poucas imagens de negros em posições de relevância na sociedade. (MARANGON, 2015)
– Falta de problematização da ERER nos livros didáticos (BARBOSA, 2015; SANCHEZ, 2015)
– A população negra é abordada de forma superficial (SACOVICZ, 2015)
– Necessidade de uma reformulação de alguns critérios de avaliação do PNLD (SACOVICZ, 2015).
– Necessidade de ressignificar textos e imagens sobre a população negra (SEWALD, 2015)

FONTE: elaborado pela autora, 2017.

f) Mídia

As pesquisas relacionadas nesta categoria apontaram para a pouca representativa dos/as negros/as na mídia. A não representatividade interfere na formação do pertencimento racial, como observamos no trabalho de Sonia Santos (2015). Héliida Cardoso de Bittencourt (2015), no seu trabalho sobre a revista Nova Escola, afirma que

[...] apesar da mobilização do movimento negro, da criação de políticas educacionais com foco na valorização da população negra e da implementação da Lei 10639/03, ainda permanece nas revistas o discurso racista, que hierarquiza brancos e negros (BITTENCOURT, 2015, p. 38).

As novelas e alguns programas vinculados aos canais abertos, seguem no sentido de reforçar o preconceito racial ou mesmo realizar o papel de deseducação étnico-racial (GRISON, 2015; SILVA, D., 2015).

QUADRO 12 – MÍDIAS

Mídias (8 trabalhos)
– Deseducação étnico-racial. (GRISON, 2015)
– Pouca representatividade de negros/negras (BITTENCOURT, 2015; SANTOS, 2015; SILVA, G., 2015; SILVA, S., 2015).
– A telenovela reforça o preconceito racial (SILVA, D., 2015)
– Os movimentos sociais e a pressão na mídia sobre as questões raciais (SOUZA, L., 2015)

FONTE: Elaborado pela autora, 2017

g) Mulher Negra

O tema da mulher negra esteve presente nas pesquisas realizadas, considerando sua presença no mundo do trabalho, identidades, saberes.

Sobre as mulheres negras no mercado de trabalho, Claudete da Rocha (2015) aponta as lutas das mulheres com relação aos direitos no serviço doméstico e como este ainda persistem com um ambiente marcado pelo preconceito e segregação. A autora sinaliza a falta de referenciais sobre a mulher negra no mercado de trabalho em Curitiba.

O empoderamento e identidade foram objetos de pesquisa de Francisneia Sadelli Afonso (2015), que estudou as contribuições para valorização da mulher negra por meio de eventos, como o Afro Chic.

QUADRO 13 – MULHERES NEGRAS

Mulheres Negras (4 trabalhos)	
–	Mulheres Negras vulneráveis e invisíveis na sociedade. (ROCHA, 2015)
–	Ações de valorização da beleza negra e suas contribuições para uma identidade positiva (AFONSO, 2015)
–	Importância da presença de eventos sobre a beleza negra (AFONSO, 2015)
–	Valorização dos saberes das mulheres negras. (DOBRYCHLOP, 2015)
–	Mulher negra no Paraná: espaço Enedina Alves Marques (GARCIA, 2015)

FONTE: Elaborado pela autora, 2017

No quadro que segue, organizamos as demais temáticas que foram abordadas nas pesquisas dos cursos de Especialização:

QUADRO 14 - OUTRAS TEMÁTICAS

Outras Temáticas – (18 trabalhos)	
Adoção (1 trabalho)	Adotantes preferem crianças brancas de gênero feminino (SILVA, A., 2015)
Ações Afirmativas (1 trabalho)	A presença das cotas raciais no Ensino Superior (TORRES, 2015). Cotas raciais como tentativa de minimizar o déficit educacional (TORRES, 2015)
Cultura Popular (2 trabalhos)	O aspecto ritual da Congada e seus desafios (JÚNIOR, 2015). A Capoeira e a História do Brasil (SILVA, C., 2016).
Educação Quilombola (1 trabalho)	Importância que os alunos quilombolas frequentem escolas próprias no quilombo (CASTRO, 2015).
Comunidade Quilombola (1 trabalho)	Debate sobre a titulação da Comunidade Água Morna em Curiúva –PR (SANTOS, D. 2014)
Ensino Superior (1 trabalho)	Pouca presença da ERER nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (ALVES, 2015).
História-saúde (1 trabalho)	Enfermidades da população escravizada no Brasil (SILVEIRA, 2015).
Direitos (1 trabalho)	Os/as negros/as e o acesso dos direitos fundamentais (SANTOS, 2014)
Colonialidade (1 trabalho)	Colonialidade: herança da filosofia iluminista e do colonialismo europeu. (BERRA, 2015)
Diáspora Haitiana (1 trabalho)	A Recepção dos imigrantes haitianos (SANTOS, S., 2015).

Intelectuais negros (1 trabalho)	Poucos estudos sobre os intelectuais negros no Brasil (SILVA, R., 2015). Contribuições dos intelectuais negros para a educação (SILVA, R., 2015).
História (3 trabalhos)	Contribuições dos negros/as na formação do povo brasileiro (FILHO, 2014; SANTOS, 2015) Trajetória histórica dos/das negros/as brasileiros (PEREIRA, 2015)
Negros/as Paranaenses (1 trabalho)	Presença negra no Paraná (SANTANA, 2015).
Religião (2 trabalhos)	Intolerância e discriminação religiosa (MARQUES, 2015) Umbanda em Curitiba (CRUZ, 2015).

FONTE: Elaborado pela autora

A diversidade de assuntos presentes neste último quadro, que completa a relação de assuntos que foram mapeados por nós, demonstra as possibilidades (e necessidades) de mais pesquisas com relação as temáticas raciais como, por exemplo, os/as intelectuais negro/as do Paraná, o acesso aos direitos (educação e saúde) pela população negra de Curitiba, as religiões de matriz africana, etc. A ressaltar que se observam temas relevantes para os estudos afro-brasileiros, alguns pouco explorados na literatura e focados em temas emergentes (adoção; colonialidade; diáspora haitiana).

Considerando que o curso foi realizado por professores/as, a Educação Básica predominou nas pesquisas e demonstraram à necessidade de ampliar as discussões em torno da ERER. Aspectos positivos, também foram apresentados, principalmente nas pesquisas com a literatura que indicaram o aumento de livros, especialmente para os pequenos, com personagens negros/as.

Este capítulo apresentou, de forma mais específica, alguns aspectos da formação *lato sensu* realizada pelo NEAB-UFPR. Os cursos de especialização, financiados pelo UNIAFRO, foram organizados nas duas modalidades (presencial e a distância). Com relação aos participantes, estes responderam que o curso alterou suas práticas como docentes, marcada pela falta de conhecimento e insegurança quanto a ERER. Ainda sobre os/as professores/as estes realizaram, para além da sala de aula, ações importantes no sentido de compartilhar os conhecimentos apreendidos no curso, tais como: palestras, seminários, grupos de estudos com professores/as, reuniões e projetos.

Retomamos aqui um conceito apresentado anteriormente e que consta nos materiais dos cursos especialização, a “alfabetização da diáspora”. Para King (Apud

SILVA (2013) o alfabetismo da diáspora “consiste na aprendizagem da leitura de signos culturais das heranças africanas para além das distorções, da parcialidade e das ausências determinadas pela hegemonia cultural e por séculos de dominação” (SILVA, P., 2013, p. 12). Nos perguntamos: as ações realizadas pelos/as professores/as, bem como as informações presentes nas monografias são indícios que estes profissionais foram “alfabetizados”? Os trabalhos monográficos e os dados dos questionários, apresentam informações que indicam a “alfabetização” dos/das docentes. Nota-se a criticidade nos resultados das pesquisas e principalmente, um novo olhar para ambiente escolar, para os materiais analisados, sociedade e cultura.

Os dados apresentados pelos cursistas nos indicam que os cursos de especialização ofertados colaboraram na efetivação das ações previstas nos documentos da EREER, ou seja, o NEAB como um *locus* de formação. Os relatos dos/das professores/as participantes, sobre suas práticas pedagógicas, apontam para a presença da EREER no cotidiano de suas ações como docentes.

Neste capítulo apresentamos os dados sobre os três cursos de especialização realizados pelo NEAB-UFPR que, juntamente com a relação de cursos de extensão e aperfeiçoamento (que constam no capítulo 3) completam o recorte que realizamos como forma de explicitar o que denominamos de dimensão formativa.

Os dados dos/das cursistas e suas produções monográfica também foram apresentados e analisados. As informações coletadas nas entrevistas, via questionário, expuseram as ações realizadas pelos/as docentes tanto nas suas práticas como formadores *in loco*. Os trabalhos de pesquisa demonstraram a diversidade de temáticas abordadas nos três cursos de especialização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os documentos relacionados com a EREER (Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Plano de Implementação das DCNERER - 2013), colocam os NEABs como importantes articuladores no processo de formação dos/das professores/as. Assim, esta pesquisa buscou analisar o papel do NEAB-UFPR na formação continuada, considerando o período de 2004 a 2015. O objetivo geral foi articulado com os seguintes objetivos específicos: verificar como se constituiu o NEAB-UFPR e seu papel na Universidade; mapear as ofertas de cursos de formação continuada e como estes corroboraram na efetivam das ações previstas nos documentos sobre a EREER; e verificar com os/as professores/as se e como foram modificadas como suas práticas.

As perguntas que nortearam este trabalho foram: O NEAB-UFPR realizou as ações previstas no Parecer CNE/CP nº 03/2004 e Plano Nacional de Implementação das DCNERER com respeito à formação docente? Quais estratégias foram utilizadas? Como foi a participação do NEAB-UFPR nos programas do MEC relacionados com a formação continuada e EREER? Estas formações alteraram as práticas dos/as docentes participantes?

A revisão bibliográfica realizada foi fundamental para localizarmos este trabalho no cenário das pesquisas sobre formação continuada e EREER. Na bibliografia analisada poucas foram as pesquisas que investigaram o aspecto formativo dos NEABs, o que torna este trabalho relevante no cenário acadêmico, bem como, valoriza e reconhece os referidos Núcleos. Sobre a formação continuada, os documentos analisados apontam a necessidade de incluir a temática da EREER na pauta dos cursos de formação, bem como a necessidade de continuidade destes.

Outro aspecto importante do trabalho, que abordamos no capítulo 3, foi a constituição do NEAB-UFPR, que ocorreu em 2004, dentro de um contexto de muitas discussões em torno das cotas raciais. Com mais de 10 anos de história o Núcleo se constitui como uma importante referência nas políticas raciais, dentro e fora da universidade, contribuindo no combate ao preconceito, racismo, difusão da história dos/as negros no Brasil, pesquisas sobre religiões de matriz africana, relações raciais na infância e contextos escolares, entre outros.

Com base nas diversas atividades desenvolvidas pelo NEAB-UFPR, compreendemos que este trabalha em 4 dimensões: a) Institucional, b) Ensino, Pesquisa e Extensão, c) Movimento Negro e d) Formativa.

Nesta perspectiva da Dimensão formativa, buscamos compreender como o NEAB-UFPR atendeu o proposto no Parecer CNE/CP nº 03/2004, que orienta os Núcleos a realizarem articulações entre os sistemas de ensino, escolas e movimentos sociais com vista a formação continuada. Os dados sistematizados mostraram que o NEAB, somente nos cursos de extensão, ofereceu mais de 1500 vagas. A oferta das formações foi possível pela participação do NEAB nos editais do UNIAFRO.

Com relação ao Plano de Implementação das DCNERER, este apresenta como ações do NEAB para os/as docentes: colaborar com a formação inicial e continuada de professores(as), mobilizar recursos para a implementação da temática para atender as necessidades de formação, divulgar e disponibilizar atividades de formação continuada aos órgãos de comunicação dos sistemas de educação. Podemos inferir que o NEAB, dentro do período analisado, realizou atividades que atendessem a tais disposições no Plano, através das formações realizadas (extensão, aperfeiçoamento, especialização), a captação de financiamentos com a submissão de projetos e adesão aos programas federais.

Os cursos de extensão, aperfeiçoamento e cursos *lato sensu*, foram ofertados tanto na modalidade presencial, quanto a distância. A educação a distância foi ampliada, principalmente após a criação da Universidade Aberta do Brasil. Entre os pontos positivos da EaD está o acesso de professores/as de localidades afastadas dos grandes centros urbanos e a possibilidade de organizar individualmente seus horários de estudos. Independente da modalidade a formação continuada se constitui como um direito. É preciso que a formação seja articulada com o ambiente escolar, em um processo dialógico com as práticas docentes e, principalmente, que seja continua.

Outra questão levantada neste trabalho: os percursos formativos contribuíram para um ressignificar da ação dos/as professores/as com relação à ERER? Considerando os mais de 1500 cursistas de extensão e os de especialização, optamos por encaminhar os questionários para os concluintes das três turmas *lato sensu*. As repostas apresentadas pelos/as participantes dos cursos de especialização indicaram alterações nas ações docentes. Assim, com base nas

respostas dadas avaliamos que o curso cumpriu o proposto, pois além de melhorar a prática docente ampliar o conhecimento sobre a temática, muitos professores/as realizaram ações nas suas instituições, sendo uma proporção importante de ações de longa duração, indicador de práticas pedagógicas de EREER arraigadas, além de diversas outras como palestras, grupos de estudos e projetos.

A Dimensão formativa foi o foco do nosso trabalho, mas é preciso sinalizar que o NEAB-UFPR, desenvolveu outras ações para atender as normativas relacionadas com a EREER, tais como: realização de pesquisas, identificação de fontes que fazem referência aos conhecimentos de origem africana, divulgação de bibliografias afro-brasileira (como o livro *A Ideia de uma Filosofia Negro-Africana*, de Marcien Towa, cuja tradução foi realizada em parceria com o Departamento de Letras Estrangeiras e Modernas e Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPR).

A revisão bibliográfica realizada apontou para a necessidade de uma política formativa que tenha a presença da EREER, principalmente na agenda dos municípios, de forma contínua. As pesquisas assinalam a necessidade de que os cursos sobre a EREER apresentem propostas que tragam reais contribuições para o trabalho docente. Podemos pensar aqui em cursos que sejam significativos, que trabalhe na reflexão das práticas dos/das professores/as e traga aprofundamentos teóricos. Outra prescrição do conjunto de escritos, analisados no levantamento bibliográfico, é que os cursos trabalhem na desconstrução das representações negativas envolvendo a história e a cultura negra do Brasil. A análise da formação pelo NEAB-UFPR revelou que os cursos atenderam a docentes dos municípios e rede estadual, mas falta maior adesão dos municípios na continuidade da oferta. Os docentes em sua maioria apontaram contribuições da formação para o seu trabalho com EREER nas escolas. A análise da matriz curricular dos cursos possibilita verificar conteúdos expressos sobre a desconstrução de representações negativas sobre a população negra e várias possibilidades de construção positiva de tais representações.

O conjunto de dados analisado possibilitou captar, ao longo deste trabalho, o grande empenho do NEAB-UFPR nas quatro dimensões mencionadas por nós. Na dimensão formativa, a participação nos diversos editais, a organização de materiais de apoio, e o grande esforço de articular docentes (principalmente nos primeiros anos das ofertas) para a concretização das formações.

Na dimensão do Ensino, Pesquisa e Extensão observamos diversas pesquisas, cursos e projetos de extensão, eventos e discussões nos diversos setores, com o objetivo de incorporar a EREER na UFPR e assim, formar profissionais e pesquisadores considerando os aspectos raciais nas suas práticas. Na dimensão institucional colaborando com as ações afirmativas, na sua proposição, acompanhamento e avaliação. E por último, e não menos importante, a dimensão que intitulamos de Movimento Negro, ou seja, o NEAB-UFPR como importante no diálogo com os coletivos, além de mobilizar (estudantes, professores/as, pesquisadores/as e comunidade), dentro e fora da universidade, ações de conscientização e de combate ao racismo.

No geral, com base nos dados e materiais que tivemos contato, os cursos apresentaram uma boa qualidade. Em destaque podemos citar os livros realizados (que subsidiaram os cursos), os profissionais envolvidos, as produções monográficas realizadas na especialização, além das demais ações relatadas neste trabalho.

Mas quem é responsável pela formação continuada? Qual o papel dos municípios? Se por um lado o NEAB-UFPR conseguiu realizar muitas formações sobre a temática, por outro as pesquisas demonstram pouco investimento dos municípios e estados na formação continuada com foco na EREER. Primeiramente não queremos tirar a importância do NEAB quanto a formação continuada, entendemos que objetivo precisar ser mantido, pois o NEAB, com toda sua produção e experiência é uma referência na EREER. O que queremos dizer, ao questionar o papel das secretarias de educação municipais e estaduais, é que estas precisam pautar a EREER de forma mais efetiva nas suas formações, no cotidiano escolar, nas formações realizadas pelos pedagogos em cada escola.

Quando falamos, nesta pesquisa, do NEAB como importante articulador da formação continuada, compreendemos não somente a oferta, mas também a preparação de materiais, a difusão dos dados e as parcerias com os municípios compartilhando os conhecimentos sistematizados.

Para finalizar, considerando a história do NEAB-UFPR e sua relevância para os/as pesquisadores/as que discutem a EREER, é de grande importância uma sistematização das produções realizadas, imagens, eventos, entre outros. Na internet estão presentes algumas páginas e blogs, mas não estão atualizados. Uma opção seria, além dos documentos físicos, um repositório digital, ou mesmo uma

página onde estivessem presentes: a) relação dos atuais e antigos colaboradores (suas produções e currículo lattes), b) link para as dissertações, teses e trabalhos monográficos orientados pelos/as professores/as do NEAB; c) os materiais produzidos (livros, cadernos, entre outros); d) histórico dos eventos realizados (por ano ou por temáticas); e) ações institucionais do NEAB (pautas internas, cotas raciais e outras colaborações com a UFPR).

A proposta é um pouco ousada, mas necessária para compartilhar os diversos documentos realizados e ser uma fonte de pesquisa, para estudantes e professores que buscam informações sobre a ERER. Uma alternativa para viabilizar tal organização, seria um projeto envolvendo bolsista da pedagogia, gestão da informação, história objetivando a difusão das produções e guarda documental (sistematização, conservação e preservação).

REFERÊNCIAS

AFONSO, Francisneia Sadelli. **A mulher negra e a relação com os cabelos. Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ALEXANDRE, Ivone Jesus. Diversidade cultural, relações raciais e educação na UNEMAT. **Revista da Faculdade de Educação** (UNEMAT), Cáceres, v. 20, n. 2. P. 115-126, Jul./Dez. 2013. Disponível em: <http://www2.unemat.br/revistafaed/content/vol/vol_20/artigo_20/115_126.pdf>. Acesso em: 04 Jun. 2016.

AMÉRICO, Maria Cristina. Formação de professores para a implementação da Lei 10.639/2003: o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo escolar. **Revista Poíesis**, Tubarão, v. 8, n. 14, p. 515 1 534, Jul./Dez. 2014. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/1540/1916>>. Acesso em: 04 jun. 2016.

AMORIM, Silvia Maria. **A Permanência de Estudantes Negros (as) na Universidade Federal do Paraná: Aspectos Material e Simbólico**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

ANDRADE, Edwilson da Silva. SANTOS, Ilzani Valeira dos. Estudo sobre a formação continuada no âmbito das relações etnicorraciais: uma experiência em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. **Revista da ABPN**, v.1, n.2, jul./out. de 2010, p. 245-267. Disponível em: <file:///E:/Users/Clever%20&%20Fer/Downloads/47-350-1-PB.pdf>> Acesso em 26 Jul. 2016.

ANDRADE, Everardo Paiva de. TEIXEIRA, Rosana da Câmara. MAGALHÃES, Danielle Henriques. Do ponto que vê aos passos de quem caminha – Perspectivas teórico-práticas em uma experiência com a educação das relações étnico-raciais entre licenciandos de História. **Revista da ABPN**, v. 3, n. 7, p. 53-68, mar./jun. 2012. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/view/336/206>> Acesso em: 26 Jul. 2016.

ANDRÉ, Marli E. D. A. A produção acadêmica sobre formação de professores: um estudo comparativo das dissertações e teses defendidas nos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, São Paulo, v. 1, n. 1, ago./dez. 2009. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/1/7/1>>. Acesso em: 06 Jun. 2016.

ANDREOLA, Beduíno Antônio. A universidade e o colonialismo denunciado por Fanon, Freire e Sartre. **Cadernos de Educação**, Pelotas, p.45 - 72, jul/dez. 2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1780/1658>>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

ANSELMO, Eliane Regina Martins. **Das Práticas políticas jurídicas na formação de professores para a Educação Étnico-Racial**. 2015. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Diversidade e formação docente: um desafio para o avanço da Educação. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, São Paulo, v. 03, n. 04, Jan.-Jul. 2011. Disponível em: <<http://formacaodocente.autenticaeditora.com.br/artigo/exibir/9/29/1>>. Acesso em: 06 Jun. 2016.

BACKES, José Licínio. PAVAN, Ruth. A desconstrução das representações coloniais sobre a diferença cultural e a construção de representações interculturais: um desafio para a formação de educadores. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, pp.108-119, Jul/Dez 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/backes-pavan.pdf>>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

BATISTA, Aline Cleide. SILVA. JUNIOR, Paulo Melgaço da CANEN, Ana. Em Busca de um Diálogo entre Plano Nacional de Educação (PNE), Formação de Professores e Multi/Interculturalismo. **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, vol.21, nº 79, Apr/June 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362013000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

BEDANI, Vanessa Mantovani. **O curso de Pedagogia e a diversidade étnico-racial: trilhando caminhos**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, UFSCar. São Carlos.

BITTENCOURT, Héliida Cardoso. **Revista Nova Escola: proposições pedagógicas promotoras da igualdade racial, após a implementação da lei nº 10.639/03**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BONETTI, Sonia Paiva. **Os jogos africanos e afro-brasileiros na disciplina de Educação Física**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

BORGES, Ana Regina Santos. **Educação continuada e o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**: um estudo sobre o programa “São Paulo educando pela diferença para a igualdade”. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, PUC. São Paulo.

BORGES, Benedita Marques. **Diversidade étnico-racial: a experiência de formação continuada da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (1999 a 2006)**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação, Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Construindo a Democracia**. Presidência da República. Brasília. 1998.

BRASIL. **Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.

BRASIL. **Decreto de 20 de novembro de 1995**. Institui Grupo de Trabalho Interministerial, com a finalidade de desenvolver políticas para a valorização da População Negra, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009**. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.

BRASIL. **Guia para Fóruns de Educação e Diversidade Étnico-Racial**. 2010. Disponível em: www.gper.com.br>. Acesso em 07 de julho de 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. **Lei nº 11.792, de 2 de outubro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

BRASIL. **Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009.** Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Manual Operacional: Rede de Educação para a Diversidade. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2076-manual-operacional2-2010&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192.

Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Pluralidade Cultural, Orientação Sexual.** Volume 10. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 02, de 9 de junho de 2015.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

BRASIL. **Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Brasília: SECAD/SEPPIR, 2013.

BRASIL. **Portaria nº 1.328, de 23 de setembro de 2011.** Institui a Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 14, de 28 de abril de 2008.** Estabelece critérios para a assistência financeira com o objetivo de fomentar ações voltadas à formação inicial e continuada de professores de educação básica e a elaboração de material didático específico no âmbito do Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Federais e Estaduais de Educação Superior (UNIAFRO).

BRASIL. **Resolução CNE nº 02, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

BRITO, José Eustáquio de. Trabalho, educação e relações étnicos raciais: diálogos pertinentes a partir da atividade docente. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, ano 17, n. 24, p. 71-92, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/578/410>>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

BUZATTO, Odete do Rocio. **Análise da formação docente para diversidade cultural na escola básica: as novas dimensões do trabalho pedagógico.** 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) - Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

CAMPOS, Elane Silva. Formação docente e Relações Étnico-raciais na educação: reflexão sobre identidade afrodescendente. 175 f. Tese (Doutorado em Educação, Arte e História da cultura) Universidade Presbiteriana Mackenzi. São Paulo. 2016

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Cotidiano escolar e práticas interculturais. In. **Cadernos de Pesquisa**, v.46, n.161, p.802-820, jul./set, 2016

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 240-255, jul./dez. 2011. Disponível em:<<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>>. Acesso em: 03 mar 2017.

CANEN, Ana. Multiculturalismo e o papel da pesquisa na formação docente: uma experiência de currículo em ação. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 17-30, jan./jun. 2008.

CANEN, Ana. XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Formação continuada de professores para a diversidade cultural: ênfases, silêncios e perspectivas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 48, p. 641-661, set./dez. 2011

CANEN, Ana. XAVIER, Giseli Pereli de Moura. Gestão do currículo para a diversidade cultural: discursos circulantes em um curso de formação continuada de professores e gestores. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 306-325, mai./ago. 2012.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. **Tolerância e seus limites: um olhar latino-americano sobre diversidade e desigualdade.** La Pontificia Universidad Católica del Perú. 2003. Disponível em: <<http://textos.pucp.edu.pe/pdf/2091.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2017.

CARDOSO, Ivanilda Amado. CASTRO, Rosane Michelli de Castro. A ausência/presença das relações étnico-raciais nos currículos dos cursos de pedagogia: o caso da Unesp/Marília. **Práxis Educacional Vitória da Conquista**, v. 11, n. 18, p. 91-115, jan./abr. 2015

CARDOSO, Ivanilda Amado. **Educação das Relações Étnico-raciais: limites e possibilidade no curso de Pedagogia da UFSCAR**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos.

CARENO, Mary Francisca do. ABDALLA, Maria de Fátima Barbosa. Representações sociais e a educação étnico-racial no espaço escolar brasileiro. **Série Educação**, Santos, n. 6. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/serieducacao/article/view/170/226>>. Acesso em: 04 Jun. 2016.

CARVALHO, José Jorge. **Inclusão Étnica e racial no Ensino Superior: um desafio para as Universidades brasileiras**. Novo Hamburgo, 17 de novembro de 2004. Conferência proferida na II Semana de Consciência Negra, no Auditório do Campus II da Feevale.

CASTANHEIRO, Fernanda Christina da Silva. **Algumas reflexões sobre a complexidade na educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar: análise do fazer docente**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CASTRO, Eudócia de Fátima de. **A contribuição da lei 10.639/03 na formação continuada dos educadores para uma educação anti-racista**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006

COELHO, Mauro Cezar, COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **“Jogando verde e colhendo maduro”**: historiografia e saber histórico escolar no ensino de história da África e da cultura Afro-brasileira jogando verde e colhendo maduro. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 6, n. 3, dez. 2013.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores - Pará, 1970 1989**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía; SOARES, Nicelma Josenila Brito. Formação Continuada e a Implementação da Lei 10.639/2003: diálogos entre a Universidade e a Escola Básica. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as**

Negros/as (ABPN), vol. 8, n. 19, p. 69-96, jun. 2016. Disponível em: <<http://abpn.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/26>>. Acesso em: 25 mar. 2017.

COELHO, Wilma Nazaré Baia. Só de corpo presente: o silêncio tácito sobre cor e relações raciais na formação de professores no estado do Pará. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a04v1234.pdf>>. Acesso em: 12 Mar. 2017.

COSTA, Hiton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva (Orgs.). África da e pela diáspora: pontos para a educação das Relações Étnico-raciais. Coleção Cadernos NEAB-UFPR. Curitiba, PR. Volume I. 2013.

COSTA, Hiton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva (Orgs.). Olhando para nós mesmos: alfabetização da diáspora e Educação das Relações Étnico-raciais. Coleção Cadernos NEAB-UFPR. Curitiba, PR. Volume II. 2014

COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. As histórias e culturas indígenas e as afro-brasileiras nas aulas de Matemática. **Revista Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 25, n. 2, ago. 2009.

CRISTALDO, Andréia Laura de Moura. CATANANTE, Bertolina Ramalho. A Formação de Professores em Educação em Direitos Humanos: Desafios e Perspectivas. **Saberes e Fazeres Educacionais: reflexões e experiências em torno da formação de professores, diversidade e organização do trabalho didático**. Dourados: Seriemá, 2016.

CRUZ, Francine. **Educação Física escolar e a educação das relações étnico-raciais: propostas a partir da cultura corporal do movimento**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

CRUZ, Maritana Drescher da. **Mojubá: representações possíveis de Exu Pombo Gira pela ótica umbandista em Curitiba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Declaração de Durban: **Declaração e Programa de Ação Adotados na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata**. 2001, Durban – África do Sul. Disponível em: <<https://www.oas.org>>

DIAS, Karina de Araújo. **Formação continuada para diversidade étnico-racial - desafios pedagógicos no campo das ações afirmativas na rede municipal de ensino de Florianópolis**. 2011. 285f.. Dissertação (Mestrado em Educação) –

centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

DIAS, Lucimar Rosa. DALTO, Dias e Helena Alves. O Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFPR e os estudos de relações raciais e Educação Infantil. **Saberes e Fazeres Educacionais: reflexões e experiências em torno da formação de professores, diversidade e organização do trabalho didático**. Dourados: Seriema, 2016.

Dias, Vera Lúcia Catoto. **Capulanas na sala de aula: os sentidos da formação de educadores (as) em Moçambique**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) Departamento de Educação – UMESP. São Bernardo do Campo. 2006.

DOBRYCHLOP, Lucinéia Aparecida. **De tudo o que sua avó lhe ensinou, o que em você ficou?** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

DOURADOS, Luiz Fernandes. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação inicial e continuada dos profissionais do magistério da educação básica: concepções e desafios. In Educ. Soc., Campinas, v. 36, p. 299-324, abr./jun. 2015.

DUARTE, Neusa da Silva. **Reconhecimento, conscientização e valorização da cultura negra/afrobrasileira na Escola Municipal no bairro de Ferraria, município de Campo Largo**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

FEITAL, Lisa Minelli. **A promoção da igualdade racial e a política da formação dos professores na educação infantil em Belo Horizonte**. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte.

FELIPE, Delton Aparecido. TEARUYA, Teresa Kazuko. O “outro” na sala de aula: o cinema no ensino da história e cultura afro-brasileira na educação escolar. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 10, n. 1, p. 82-89, jan./abr. 2010.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. Filmes e negritude em sala de aula: essa relação é possível? **Revista ETD – Educação Temática digital**, Campinas, v.15, n.1, p.145-160, jan./abr. 2013. Disponível em:<<http://ojs.fe.unicamp.br/ged/etd/article/view/2907/3839>>. Acesso em: 10 Dez. 2016.

FELIX, Sayara de Brito. Cabelo bom. Cabelo ruim: a construção da identidade afrodescendente na sala de aula. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 11, nov. 2010. Disponível em:

<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/01112010_25.pdf>. Acesso em: 03 Nov. 2016.

FERNANDES, Otair. O Conceito de hegemonia na luta contra o racismo no Brasil: a função dos NEABs. In. [SYN]THESIS, Caderno do Centro de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 191-204, 2014.

FERRANDO, Rejane Georgina Pott. **Personagens negros na literatura infantil brasileira na atualidade**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

FERREIRA, Cléa Maria da Silva. **Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana**: nova tendência, novos desafios para uma prática reflexiva. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, USP. São Paulo.

FERREIRA, Elenice Silva. Didática e relações étnicas. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, Ano 3, n. 9, mai. 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Didatica_relacoes_etnicas.pdf> . Acesso em: 04 Jun. 2016.

FERREIRA, Elenice Silva. Educação e diversidade na escola: um diálogo possível. **Revista Plures Humanidades**, Ribeirão Preto, v.13 n.1, p.79-100, jan./jun. 2012.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREITAS, Sandra Ramos. **Formação continuada de professores da rede estadual do Paraná para o ensino de história da cultura afro-brasileira e africana**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, PUC. Curitiba.

FRIEDRICH, Rafael. **Uma Proposta de diálogo Intercultural na Formação de Professores para alunos cotistas**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria.

GATTI, B. A.; MELLO, G.N.; BERNARDES, N.M.G. Algumas considerações sobre o treinamento do pessoal de ensino. **Caderno de Pesquisa Fundação Carlos Chagas**, São Paulo, out. 1972.

GAY, Geneva. Atuando nas crenças na formação de professores para a diversidade cultural. **Revista Educação em Foco**, Belo Horizonte, v.17, n. 24, p. 93-121, dez. 2014. Disponível em:

<<http://www.uemg.br/openjournal/index.php/educacaoemfoco/article/view/598/411>>. Acesso em: 05 Jun. 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino Gomes. (Org.). *Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03*. 1ed.: Brasília, 2012.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade Étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, política e práticas. In Anpae. 2010.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. In <http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>

GOMES, Nilma Lino. Movimento Negro e Educação: Resignificando e politizando a raça. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 120, p. 727-744, jul./set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> <http://www.scielo.br/pdf/es/v33n120/05.pdf>

GOMES, Nilma Lino. O Movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. In. **Política e Sociedade**. Vol. 10, n. 18, p. 133-154, 2011.

GOMES, Tatiane Fernanda. MACHADO, Alexsandro dos Santos. Formação de professores, relações étnico-raciais e Educação de Jovens e Adultos: o que sugerem os caminhos de Dalila. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, Ano 3, n.10, ago. 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/10082010_30.pdf>. Acesso em: 02 Fev. 2017.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Movimento negro e educação. In. **Revista Brasileira de Educação**. n. 15, set./out./nov./dez. 2000.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015.

GRISON, Everton Marcos. **“A larva no caroço”**: Regina Casé, o programa esquentado! E a deseducação étnico racial. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

GRÖSZ, Dirce Margarete. **Representações de gênero no cotidiano de professoras e professores**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, 2008.

GRUBER, Juliana. **O discurso preconceituoso na literatura infantil de Monteiro Lobato**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

HENKIN, Rosana Monti. **Formação de Professores (as) em Gênero, raça e etnia: contribuições do Projeto Gênero e Diversidade na Escola**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Campo Grande.

IANSEN, Virgínia Aparecida. **Educação Infantil: contribuição da literatura infantil de maneira positiva no desenvolvimento da identidade étnico-racial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

Jane Moreira de. **Conhecendo e reconhecendo a vida de Efigênia Carlos Pimenta – símbolo da mulher negra - em Belo Horizonte-MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

JESUS, Carla Cristina dos Santos. **Professoras da educação básica egressas da política de cotas na UFBA: experiências formativas, percepções e práticas em torno da reeducação das relações étnico-raciais**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia. Salvador.

JESUS, Luciano Vinícius de. **Cotidiano das escolas do bairro Jd. União da Vitória em Londrina: a pessoa negra associada ao estigma da pobreza**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

KEIK, Jane Roseli. **História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

KOGUT, Ângela Maria. **Análise dos artigos, no Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) na linha de pesquisa de Pedagogia, que tratam a respeito da Lei nº 10.639/03 nas escolas estaduais do Paraná (de 2007 a 2012)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

KRAINSKI, Luiza Bittencourt. **A política de cotas na UEPG: em busca da democratização da educação superior**. Tese de Doutorado. Biblioteca Digital PUCSP. São Paulo, 2013.

KUHLKAMP, Moacir Cesar. **Bullying racial: a cor do preconceito e a discriminação latente nas escolas**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LAVILLE, Christian. DIONNE Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Tradução Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. — Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG 1999.

LAZARIN, Patrícia Raimundo. **Literatura afro-brasileira um disparador no estudo da diversidade étnico-racial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LEAL, Joanita Moreira de Souza. **Discriminação e preconceito racial em ambiente escolar**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LIMA, Ana Paula de Bairros. SANTOS, Ademir Valdir dos. A Lei Federal 10. 639/03 e o combate ao racismo: ação docente e promoção de justiça e igualdade na escola. **Cadernos de Pesquisa Pensamento Educacional**, Curitiba, 2009. Disponível em:<<http://docslide.com.br/documents/a-lei-federal-10-63903-e-o-combate-ao-racismo.html>>. Acesso em: 08 Mar. 2017.

LIMA, Sergio Gonçalves. A questão étnico-racial na formação continuada de professores da Escola Básica: uma análise de quatro Núcleos de Estudos Afrobrasileiros do estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias, 2012. UERJ/Febr

LIMA, Vania Wuicik de. **Formação dos professores de Educação Física nas relações étnico-raciais, após uma década de existência da Lei nº 10.639/03**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LOBOSCO, Márcia de Souza Silva Lengruber. **Trajetórias de professoras negras no município de Nova Friburgo: narrativas e memórias**. 2015. Dissertação. Pós-graduação em Relações Étnico-raciais. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ. Rio de Janeiro.

LUIZ, Maria Fernanda. **Educação das relações étnico-raciais: Contribuições de cursos de formação continuada para professoras (es)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, UFSCar. São Carlos.

MACHADO, Raimunda Nonata da Silva. **Gênero e raça na educação a distância: há outras epistemologias na prática educativa de formação docente?** 240 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Piauí, 2015.

MAGALHÃES, Lígia Karam Corrêa de. AZEVEDO, Leny Cristina Soares Souza. Formação Continuada e suas Implicações: entre a Lei e o Trabalho Docente. **Cad. Cedex**, Campinas, v. 35, n. 95, p. 15-36, jan./abr. 2015.

Manifesto Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida. Brasília, 20 de novembro de 1995. Disponível em: <<http://memorialdademocracia.com.br/card/marcha-zumbi-reune-30-mil-em-brasilia/docset/910>>. Acesso em: 08 Mar. 2017

MARANGON, Fabiula Sandri. **Livros didáticos da disciplina de química fornecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD - 2015): além ou aquém da lei nº10.639/03.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MARÇAL, José Antonio. **A formação de intelectuais negros (as): Políticas de ação afirmativa na Universidades brasileiras.** Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

MARÇAL, Maria Antônia. Mulher Negra: possibilidades de trabalho em sala de aula. **Revista África e Africanidades**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 8, fev. 2010. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/Mulher_Negra_possibilidades_sala_de_aula.pdf>. Acesso em: 08 Mar. 2017.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira. Inter/multi culturalidade e formação continuada de educadores: o protagonismo do movimento social negro por uma Pedagogia Decolonial. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 37, p. 121-139, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/773/644>>. Acesso em: 09 Mar. 2017.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira; SILVA, Wilker Solidade da. Educação relações étnico-raciais e resistência: as experiências dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e indígenas no Brasil. 1. ed. Assis: Triunfal gráfica e editora, v. 1, p. 278, 2016

MARTINS, Francisco André Silva. É possível construir um outro continente africano na escola? experiências de um curso de aperfeiçoamento para professores. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 170-191, jul./out. 2012. Disponível em: <<http://abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/244/220>>. Acesso em: 03 Dez. 2016.

MARTINS, Regina. **A importância dos personagens negros dentro da literatura infantil para valorização da diversidade.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MEIJER, Rebeca de Alcântara e Silva. **Valorização da cosmovisão africana na escola:** narrativa de uma pesquisa-formação com professoras piauienses. 2012. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade em Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

MELO, Margareth Maria de. Identidades negras entrelaçadas no Curso de Pedagogia. **Revista da ABPN**, v. 4, n. 8, p. 156-169, jul./out. 2012. Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewFile/350/232>> Acesso em: 29 Dez. 2016.

MENDES, Rosangela Rodrigues da Silva. **Implementação da Lei 10.639 na Escola Municipal Professor Ignácio Lipski.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

MENDONÇA P. R, TELES, J. L (Org.). Educação na diversidade: experiências de formação continuada de professores. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007.

MENDONÇA, Ana Paula Fernandes de. Breves considerações sobre o estado do conhecimento na área de formação de professores acerca da educação para as relações étnico-raciais (2005-2009). **Revista Contrapontos - Eletrônica**, Itajaí, v. 11, n. 3, p. 299-313, set./dez, 2011. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rc/article/view/2851/2030>>. Acesso em: 05 Nov. 2016.

MONTEIRO, Rosana Batista. **A educação para as relações étnico-raciais em um curso de pedagogia:** estudo de caso sobre a implantação da Resolução CNE/CP nº 01/2004. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Carlos. São Carlos.

MORAES, Roque. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **In. Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2003.

MULLER, Tânia Mara Pedroso. A Produção Acadêmica Sobre A Imagem Do Negro No Livro Didático: Estado Do Conhecimento (2003-2013). **In: 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015**, UFSC – Florianópolis

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2. ed. Brasília – DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

NASCIMENTO, Adriana Cristina Zielinski do. **Educação infantil**: coordenação pedagógica e práticas de (re)educação das relações étnico-raciais no município de Pinhais-PR. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

NOGUEIRA, Rafaela Rodrigues. **A Pesquisa na formação docente e a temática étnico-racial: uma análise dos TCCs do curso de Pedagogia da FACIP/UFU**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

OLIVEIRA, Eveline de. **E agora professor, o que fazer com a Lei nº 10.639/2003?** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Iolanda de. Relações raciais e educação: a formação continuada de docentes da escola básica - evidenciando alguns fatores relacionados às políticas estabelecidas. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 31, p. 85-101, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/view/120/245>>. Acesso em 08 Mar. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Concepções docentes sobre as relações étnico-raciais em educação e a Lei 10.639/03. **Práxis Educacional**, v. 11, n. 18, 2015.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. LINS, Mônica Regina Ferreira. Memórias e imagens desestabilizadoras para a (re) educação das relações étnico-raciais. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, Ano 9, n. 17, p. 70-78, jan./jun. 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/244/238>>. Acesso em: 28 Mar. 2017.

PALÚ, Valéria Pavão de Souza. **O ensino da temática racial**: formação e práticas docentes na educação escolar. 2011. 171f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de ciências e tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

PANSINI, Flávia. NENEVÉ, Miguel. Educação multicultural e formação docente. **Revista Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p. 31-48, jan./jun. 2008.

PAULA, Benjamin Xavier de. **A educação para as relações étnico-raciais e o estudo de história e cultura da África e afro brasileira**: formação, saberes e

práticas educativas. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia.

PAULA, Benjamin Xavier de. GUIMARÃES, Selva. 10 anos da Lei Federal Nº 10.639/2003 e a formação de professores: uma leitura de pesquisas científicas. **Revista Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 40, n. 2, apr./jun, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022014000200009&script=sci_arttext. Acesso em: 05 Mar. 2017.

PAULILO, Maria Angela Silveira. Pesquisa qualitativa e a história de vida. In **Serv. Soc. Rev.**, Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999. Disponível em: Acesso em: 19 jul. 2008.

PEREIRA, Júnia Sales. Diálogos sobre o Exercício da Docência - recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 147-172, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/15073/11515>. Acesso em: 02 Fev. 2017.

POLY, Marcus Aurélio. **A Capoeira nas aulas de Educação Física**: contribuições pedagógicas para aplicação da Lei nº 10.639/03. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

PORTO, Liliana; SILVA, Paulo Vinícius B. da (2008). “Impactos e dilemas da adoção de um sistema de cotas na UFPR”, em SEED-PR (org.). **Educando para as relações étnico-raciais II**. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

QUEIROZ, Wilson. **De docência e militância**: a formação de educadores étnicos num programa da secretaria municipal de educação de campinas - 2003 a 2007. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, UNICAMP. Campinas.

QUEVEDO, Cristiane. **A formação continuada de professores para a educação da diversidade étnico-racial na rede municipal de Almirante Tamandaré**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RAMOS, Anália Cristina Pereira. **A Educação para as relações étnico-raciais na formação continuada dos Professores da baixada santista: dez anos após a institucionalização da Lei 10.639/03**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo.

REAL, Márcio Penna Corte. Do multiculturalismo à interculturalidade na investigação das relações de saber e poder no campo cultural da capoeira. **Revista Pedagógica**,

Chapecó, Ano 15, n. 28, v. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/1367/745>> . Acesso em: 03, Mar. 2017.

REIS, Michelle Schiestl da Silva. **A literatura afro-brasileira e a educação étnico racial**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

ROCHA, C. A. **A resignificação da eugenia na educação entre 1946 e 1970**: um estudo sobre a construção do discurso eugênico na formação docente. 2010. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte.

ROCHA, Claudete da. **A mulher negra e o mercado de trabalho doméstico**: sob a luz da Emenda Constitucional nº 72/2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

RODRIGUES, Fernanda Lopes. **A invisibilidade da mulher negra maranhense no estudo sobre a formação da professora na escola normal pública em São Luís (1930-1945)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Sociais, UFMA. São Luís.

RODRIGUES. Efigênia das Neves Barbosa. **Percepções de professores do ensino médio sobre o curso de especialização em história e cultura africana e afro-brasileira: entre o discurso e a ação**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá. Macapá.

RODRIGUES, Andrea Barreto. **Algumas contribuições para um Programa de Estudos Afro-Brasileiros**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos

RÖESCH, Isabel Cristina Corrêa. **Docentes negros**: imaginários, territórios e fronteiras no ensino universitário. 2014. Tese (Doutorado em Educação) UFSM. Santa Maria.

ROHDEN, Fabíola. Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia: Desafios Transversais na Formação do Professor. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p.157-174, jan./abr. 2009. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n136/a0839136.pdf>>. Acesso em: 28 Nov. 2016.

ROSA, Afrânio Gonsaga Ferreira da. **História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil: a aplicação da Lei 10639/03 nos CMEIS da Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais - Paraná**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SACOVICZ, Rafael. **Presença e abordagem dos negros no ensino de Geografia: o caso do Projeto Araribá - 7º ano.** Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SANTOS, Anderson Oramisio. Formação de professores à luz da história e cultura afro-brasileira e africana: novos desafios para uma prática reflexiva. **Revista Poíesis Pedagógica**, Catalão, v.11, n. 2, p. 150-169, jul./dez. 2013.

SANTOS, Cláudia Elizabete dos. **Formação docente: considerando a abordagem da diversidade étnico-racial e da diferença na educação infantil como ações de cuidar e educar.** 2015. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte.

SANTOS, Helio; LIMA, Leila; GOMES, Rilza da Costa Tourinho. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: a qualidade de ensino e o perfil étnico-racial de egressos de uma IES na região metropolitana de Salvador/BA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 4, n. 8, p. 126-136, out. 2012.

SANTOS, Liliam Almeida dos. **Professoras negras na educação de jovens e adultos: identidades, memórias e docência.** 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Salvador.

SANTOS, Lourival dos. LIMA, Maria. Reeducação das relações raciais e ensino de história: reflexões teórico-metodológicas sobre processos de formação docente em lugar de fronteiras. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, Dourados, vol. 8, n. 16, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/3815/2092>>. Acesso em: 04 Out. 2016.

SANTOS, Risomar Alves dos. **Racismo, preconceito e discriminação: concepções de professores.** 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SANTOS, Sônia Querino dos Santos e. **População negra, relações inter-raciais e formação de educadoras/es:** PENESB (1995-2007). 2006. 158f.. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Aplicadas, PUC. Campinas.

SARAIVA, Camila Fernanda. **Educação infantil na perspectiva das relações étnico-raciais: relato de duas experiências de formação continuada de professores no município de Santo André.** 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, PUC. São Paulo.

SILVA JR., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

SILVA, Adelize Nascimento. **A Formação Docente para a Educação Básica nas Licenciaturas em Letras Vernáculas e em Desenho e Plástica na UFBA: o currículo na perspectiva das relações etnicorraciais**. 2015. Dissertação. Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade (EISU). Universidade Federal da Bahia. Salvador.

SILVA, Alex Sander. O jogo das identidades na formação de professores/as: tensões e dilemas de estudantes negros/as. **Revista Poiésis**, Tubarão, v. 3, n. 6, p. 154 – 163, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/view/520/528>>. Acesso em: 04 Jan. 2017.

SILVA, Dionês Ferreira da. 2015. **A telenovela do chamado horário nobre da Rede Globo, em família**: um olhar sobre algumas cenas protagonizadas por atrizes negras. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, Elio da. **Um estudo sobre o racismo silencioso**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, Gilberto Ferreira da. Formação de professores e interculturalidade: uma revisão de literatura. **Teoria e Prática da Educação**. v. 16, n. 3, p. 105-114. set./dez. 2013.

SILVA, Jucimara Gomes da. **Identidade étnico-racial na literatura infanto-juvenil: Bruna e a Galinha D'angola e Menina Bonita do Laço de Fita**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação da Relações Étnico-Raciais) – Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SILVA, Luiz Gustavo Santos da. **Formação continuada de professores/as e relações étnico-raciais/AFROUNEB**: “experiências” narradas em Santo Antônio de Jesus – BA. 2011. 113f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Campus. Salvador.

SILVA, Maria da Anunciação Conceição. Formação docente: do infinito ao particular! Narrativas sobre gênero, raça e religião. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, v. 7, n. 12. jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/article/view/2960/2605>>. Acesso em: 04 Jun. 2016.

SILVA, Maria de Lourdes. **Enfrentamentos ao racismo e discriminações na educação superior: experiências de mulheres negras na construção da carreira docente**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Carlos. São Carlos.

SILVA, Maria Lúcia Ravela Nogueira da. **Zumbi vive na escola? As experiências de uma escola para afro-descendentes em Campos dos Goytacazes – RJ**. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Estudos de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SILVA, Paula Janaína da. **O papel da formação continuada de professores(as) para a educação das relações raciais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação - UnB. Brasília.

SILVA, Paulo Vinícius Baptista. **Racismo em livros didáticos: estudo sobre negros e brancos em livros de Língua Portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. Sobre a Educação das relações étnico-raciais no NEAB-UFPR. In: COSTA, Hiton. SILVA, Paulo Vinicius Baptista da Silva (Orgs.). **África da e pela diáspora: pontos para a educação das Relações Étnico-raciais**. Coleção Cadernos NEAB-UFPR. Curitiba, PR. Volume I. 2013.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. Aprender, ensinar e relações Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil étnico-raciais no Brasil. Porto Alegre/RS, n. 3, p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, Rosângela Maria de Nazaré. COELHO, Wilma de Nazaré Baía. Os enunciados nos documentos legais: a representação negra, um ritual pedagógico a favor da diferença racial. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 34, p. 112-138, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/790/1185>>. Acesso em: 29 Dez. 2017.

SILVA, Rosangela Souza da. **Racismo e Discriminação Racial no Cotidiano Escolar: Dizeres e Fazer de uma Escola Pública de Nível Médio em Feira de Santana**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia. Campus I. Salvador.

SILVA. Jacira Reis da. Para não passar a vida na vassoura: magistério, espaço de ascensão social, na representação de mulheres negras. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, Pelotas, v. 7, n. 1, 2006.

SISS, Ahyas (Org.). **Diversidade Étnico-Racial e Educação Superior Brasileira: experiências de intervenção**. Rio de Janeiro: Edur, 2008.

SISS, Ahyas. BARRETO, Maria Aparecida Santos Corrêa. OLIVEIRA, Otair Fernandes de Processos formativos e as contribuições dos Núcleos de Estudos Afro-brasileiros da UFES e da UFRRJ. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 34, p. 06-20, 2013. Disponível em: <<http://www.periodicos.proped.pro.br/index.php/revistateias/article/view/1597/1176>>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

SOLIDADE, Wilker; MARQUES, Eugênia Portela de Siqueira. Educação para as relações étnico-raciais e formação docente: dilemas e perspectivas. **Revista Triângulo**, Uberaba, v. 6, n. 1, p. 53-67, jan./jul. 2013. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/498/pdf>>. Acesso em: 08 Jan. 2017.

SOUSA, Fabíola Beatriz Franco de. **A construção de uma proposta para diversidade étnico-racial**: um desafio na formação de professores. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Teologia e Ciências Humanas, PUC. Curitiba.

SOUZA, Alan Fernandes. **Formação de professores nos cursos de Letras para ensinar literatura: desafios para a implementação da lei 10.639/03**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação e Contemporaneidade). Universidade do Estado da Bahia. Salvador.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, NEAB/CEPIGRAD/PROGRAD. Edital nº 146/2013 de Chamada para seleção de alunos para o curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-raciais na modalidade a distância – Turma 2014. Disponível em < <http://cipead.ufpr.br>>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

VIEIRA, Cecília Maria. **Educação e relações étnico-raciais**: diálogos e silêncios sobre a implementação da Lei nº 10.639/2003 no município de Goiânia. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

WELLER, Wivian. PAZ, Cláudia Denís Alves da Paz. Gênero, raça e sexualidade nas políticas educacionais: avanços e desafios. **Simpósio Anpae**, 2011. Disponível em <<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0549.pdf>>

APÊNDICE A

QUESTIONÁRIO

Universidade Federal do Paraná
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Pesquisa: *Formação Continuada de Professores e Professoras: Contribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná*
 Orientador: Paulo Vinicius Baptista da Silva
 Pesquisadora: Gioconda Ghiggi

Prezado/Prezada,

Esta pesquisa refere-se a sua participação no curso de Especialização em Relações Étnico-raciais, promovido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná.

Sua participação é muito importante. Qualquer dúvida relacionada à pesquisa, entrar em contato pelo e-mail: gighiggi@yahoo.com.br

QUESTIONÁRIO
1. Nome: (opcional).
2. Idade: aberta
3. Qual sua raça/cor? Branco, Preto, Pardo, Amarelo, Indígena,
4. Autoidentificação de gênero
5. Formação: <input type="checkbox"/> Pedagogia <input type="checkbox"/> Licenciatura em Artes <input type="checkbox"/> Licenciatura em História <input type="checkbox"/> Outra
6. Área de Atuação: <input type="checkbox"/> Educação Infantil <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental <input type="checkbox"/> Ensino Médio <input type="checkbox"/> Ensino Superior <input type="checkbox"/> Outra
7. Função <input type="checkbox"/> Professor/a <input type="checkbox"/> Educador/a <input type="checkbox"/> Pedagoga/a <input type="checkbox"/> Coordenador/a <input type="checkbox"/> Diretor/a <input type="checkbox"/> Outra:

<p>8. Tempo de atuação no Magistério:</p> <p><input type="checkbox"/> 0-5</p> <p><input type="checkbox"/> 6-10</p> <p><input type="checkbox"/> 11-15</p> <p><input type="checkbox"/> 16-20</p> <p><input type="checkbox"/> 21-25</p> <p><input type="checkbox"/> 26-30</p>
<p>9. Vínculo:</p> <p><input type="checkbox"/> Profissional da educação do município</p> <p><input type="checkbox"/> Profissional da educação do estado</p> <p><input type="checkbox"/> Profissional da educação de instituição privada</p>
<p>10. Por que você escolheu participar da Especialização em Relações Étnico-raciais? (Aberta)</p>
<p>11. Antes da realização do curso, você conhecia o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, mas nunca participei de ações envolvendo o NEAB-UFPR.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, já tinha participado de ações e formações promovidas pelo NEAB-UFPR.</p> <p><input type="checkbox"/> Não conhecia o NEAB-UFPR.</p>
<p>12. Antes da Especialização em Relações Étnico-raciais, você já tinha realizado outra formação sobre a temática?</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, participei de formações realizadas pelo município/estado.</p> <p><input type="checkbox"/> Sim, participei de cursos realizados por outras instituições.</p> <p><input type="checkbox"/> Não.</p>
<p>13. Em que medida a Especialização influenciou o desenvolvimento de práticas pedagógicas de Educação das Relações Étnico-Raciais em suas ações como professor/a ou profissional da educação?</p> <p><input type="checkbox"/> Totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> Muito</p> <p><input type="checkbox"/> Médio</p> <p><input type="checkbox"/> Pouco</p> <p><input type="checkbox"/> Nada.</p>
<p>13. Em que medida a Especialização subsidiou o desenvolvimento de práticas pedagógicas de Educação das Relações Étnico-Raciais em suas ações como professor/a ou profissional da educação?</p> <p><input type="checkbox"/> Totalmente</p> <p><input type="checkbox"/> Muito</p> <p><input type="checkbox"/> Médio</p> <p><input type="checkbox"/> Pouco</p> <p><input type="checkbox"/> Nada.</p>
<p>13. Você considera que o percurso formativo realizado na Especialização, influenciou sua prática como professor/a? Caso a resposta seja sim, apresente alguns exemplos: (aberta)</p>

<p>14. Você realizou ações dentro da sua instituição fruto do percurso de formação realizado na especialização? <i>Exemplo: palestras, formação de grupos de estudos, problematização sobre o tema das relações étnico-raciais no cotidiano escolar.</i> (Aberta)</p> <p>Discursiva:</p>
<p>15. O curso ampliou seu olhar sobre as relações raciais existentes na escola?</p> <p>() Sim</p> <p>() Não</p>
<p>16. Como você considera o trabalho com a temática étnico-racial na sua escola hoje:</p> <p>() a escola incorporou a temática nas suas práticas, inclusive no projeto político pedagógico.</p> <p>() são realizadas algumas ações durante o ano por um grupo de professores.</p> <p>() as ações são pontuais.</p> <p>() sou o único professor que promove atividades sobre relações étnico-raciais.</p> <p>() nenhum professor promove atividades sobre relações étnico-raciais.</p>
<p>17. Dentro da sua escola, outros professores participaram de cursos relacionados com a Educação das Relações Étnico-raciais, ofertados pelo município, estado, outras instituições? Comente. (Aberta)</p>

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

() Declaro que concordei em responder o questionário referente a pesquisa *Formação Continuada de Professores e Professoras: Contribuições do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Paraná*. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa.

APÊNDICE B

RELAÇÃO DOS TRABALHOS MONOGRÁFICOS REALIZADOS NOS CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO NEAB-UFPR

Nome	Ano	Turma Modalidade D Distância P Presencial	Título
AFONSO, Francisneia Sadelli	2015	D	A MULHER NEGRA E A RELAÇÃO COM OS CABELOS
ALVES, Marta Mariano	2015	P Turma 2	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS POLÍTICO PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE PEDAGOGIA E DE BACHARELADO COM LICENCIATURA EM HISTÓRIA DA UFPR
ANDRUSIEVICZ, Ivone	2015	P Turma 1	A ESCOLA E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: AS AULAS DE LEITURA NO ESPAÇO DA BIBLIOTECA
BARBOSA, Marco Aurélio	2015	D	RELAÇÕES RACIAIS EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA, EM ESCOLAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE CURITIBA: UM OLHAR SOBRE O LUGAR DO NEGRO
BITTENCOURT, Hélida Cardoso de	2015	P Turma 2	REVISTA NOVA ESCOLA: PROPOSIÇÕES PEDAGÓGICAS PROMOTORAS DA IGUALDADE RACIAL, APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI N° 10.639/03.
BONETTI, Sonia Paiva	2015	D	OS JOGOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS NA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA
CARVALHO, Eliane Paula de	Não localizada	P Turma 1	A IDENTIDADE DA MULHER NEGRA ATRAVÉS DO CABELO
CARVALHO, Jane Moreira de	2015	D	CONHECENDO E RECONHECENDO A VIDA DE EFIGÊNIA CARLOS PIMENTA – SÍMBOLO DA MULHER NEGRA - EM BELO HORIZONTE - MG.
CASTANHEIRO, Fernanda Christina da Silva	2015	P Turma 1	ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A COMPLEXIDADE NA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO COTIDIANO ESCOLAR: ANÁLISE DO FAZER DOCENTE
CASTRO, Ângela Maria de	2015	P Turma 1	HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NOS CADERNOS PEDAGÓGICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA: OMISSÃO OU PRECONCEITO?
CASTRO, Cláudia Maria Andrade Skrzypietz	2015	D	EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA PALMITAL DOS PRETOS
CASTRO, Eudócia de Fátima de	2015	P Turma 1	A CONTRIBUIÇÃO DA LEI 10.639/03 NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS EDUCADORES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA
CASTRO, João Alexandre de	2015	P Turma 2	A CULTURA AFRO-BRASILEIRA: CONTANDO HISTÓRIA NA ESCOLA
CLEMENTE, Sonia Mara dos Santos	2015	D	A HISTÓRIA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA PRÁTICA PEDAGÓGICA
CRUZ, Maritana Drescher da	2015	D	MOJUBÁ: REPRESENTAÇÕES POSSÍVEIS DE EXU POMBO GIRA PELA ÓTICA UMBANDISTA EM CURITIBA
CRIZ, Francine	2015	D	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PROPOSTAS A PARTIR DA CULTURA CORPORAL DO MOVIMENTO

DANTAS, Luís Thiago Freire	2015	P Turma 2	FILOSOFIA AFRICANA NO ENSINO MÉDIO: POR UMA DESCOLONIZAÇÃO CURRICULAR
DOBRYCHLOP, Lucinéia Aparecida	2015	D	DE TUDO O QUE SUA AVÓ LHE ENSINOU, O QUE EM VOCÊ FICOU?
DUARTE, Adilson Costa	2015	D	BOM CRIOULO: A CONSTRUÇÃO DO PERSONAGEM NEGRO AMARO
DUARTE, Neusa da Silva	2015	D	RECONHECIMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA NEGRA/AFROBRASILEIRA NA ESCOLA MUNICIPAL NO BAIRRO DE FERRARIA, MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO
FABRICIO, Bárbara Louyse Zoelner	2015	D	AS MICRO-AÇÕES AFIRMATIVAS NAS PESQUISAS SOBRE EDUCAÇÃO INFANTIL
FERNANDES, Julia Maria Fernanda Machado	2015	D	O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA DA ESCOLA (PNBE) E A INSERÇÃO DE LIVROS TEMÁTICOS SOBRE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS (2013): ANÁLISE DO LIVRO ÁFRICA E BRASIL AFRICANO
FERRANDO, Rejane Georgina Pott	2014	P Turma 2	PERSONAGENS NEGROS NA LITERATURA INFANTIL BRASILEIRA NA ATUALIDADE
FERREIRA, Adaiane Aparecida	Não localizada	P Turma 2	
FERREIRA, Susan Alessandra de Sousa	2015	D	AFRICANIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: PERSPECTIVAS PARA O TRABALHO EDUCATIVO COM A CRIANÇA PEQUENA.
FRANCINE CRUZ, Francine	2015	D	EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICORACIAIS: PROPOSTAS A PARTIR DA CULTURA CORPORAL DO MOVIMENTO
FREITAS, Angelita do Rocio Scarpim	2016	D	A DISCIPLINA DE BIOLOGIA E A LEI 10639/03
GARCIA, Luana Herrera	2015	D	REPRESENTATIVIDADE DA MULHER NEGRA NO PARANÁ: ESPAÇO ENEDINA ALVES MARQUES
GODOI, Guiomara Fatima de	2015	D	OS INDÍGENAS NOS MUROS DA ESCOLA. ENTRAVES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES.
GONÇALVES, Edvaldo de Souza	2015	D	A IMPLANTAÇÃO DA LEI 10639/03 EM UM MUNICÍPIO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PARANÁ
GRISON, Everton Marcos	2015	D	“A LARVA NO CAROÇO”: REGINA CASÉ, O PROGRAMA ESQUENTA! E A DESEDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL.
GRUBER, Juliana	2015	D	O DISCURSO PRECONCEITUOSO NA LITERATURA INFANTIL DE MONTEIRO LOBATO
HOFFMANN, Draudi Maria Albach	2015	D	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – AÇÕES E SUAS CONTRIBUIÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR: POSSIBILIDADES E ENTRAVES
IANSEN, Virginia Aparecida	2015	D	EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÃO DA LITERATURA INFANTIL DE MANEIRA POSITIVA NO DESENVOLVIMENTO DA IDENTIDADE ÉTNICO- RACIAL.
INOUE, Eva Lucia da Silva	Não localizada	P Turma 2	COTAS PARA NEGROS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, DESAFIOS E PERSPECTIVAS
JESUS, Luciano Vinícius de	2015	D	COTIDIANO DAS ESCOLAS DO BAIRRO JD. UNIÃO DA VITÓRIA EM LONDRINA: A PESSOA NEGRA ASSOCIADA AO ESTIGMA DA POBREZA
JONAS JOSE BERRA, Jonas Jose	2015	D	COLONIALIDADE DEMOCRÁTICA: UMA FERRAMENTA DE OCULTAMENTO DO RACISMO.

KEIK, Jane Roseli	2015	D	HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL
KOGUT, Ângela Maria	2015	P Turma 2	ANÁLISE DOS ARTIGOS, NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL (PDE) NA LINHA DE PESQUISA DE PEDAGOGIA, QUE TRATAM A RESPEITO DA LEI 10.639/03 NAS ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ (DE 2007 A 2012)
LARA, Silvana Maria de	2015	D	"ORIKI ÁFRICA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O CANDOMBLÉ E A UMBANDA NO ENSINO RELIGIOSO NA CAPITAL PARANAENSE NOS ÚLTIMOS TREZE ANOS."
LAZARIN, Patrícia Raimundo	2015	D	LITERATURA AFRO-BRASILEIRA UM DISPARADOR NO ESTUDO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL
LEAL, Joanita Moreira de Souza	2015	D	DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO RACIAL EM AMBIENTE ESCOLAR
LIMA, Rosária da Silveira	Não localizada	P Turma 2	APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003 NA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO
LIMA, Vania Wuicik de	2015	D	FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, APÓS UMA DÉCADA DE EXISTÊNCIA DA LEI 10.639/03
LOPES, Maria das Graças Pereira	2015	P Turma 1	AÇÕES DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639: EVIDÊNCIAS DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA DISCIPLINA DE HISTÓRIA
MACEDO, Rosimeia Rolim	2015	D	A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA NA ESCOLA
MARANGON, Fabiula Sandri	2015	D	LIVROS DIDÁTICOS DA DISCIPLINA DE QUÍMICA FORNECIDOS PELO PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD - 2015): ALÉM OU AQUÉM DA LEI Nº10.639/03
MARQUES, Maristela Margas	2015	D	A IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS PERANTE AS RELIGIÕES DE MATRIZ AFRICANA: INTOLERÂNCIA EM OBRA DOUTRINÁRIA
MARTINS, Elizabete Aparecida da Silva	2015	P Turma 2	NEGROS EM CONTOS: UM REGISTRO SOCIAL E CULTURAL NAS HISTÓRIAS DE CUTI
MARTINS, Regina	2015	D	A IMPORTANCIA DOS PERSONAGENS NEGROS DENTRO DA LITERATURA INFANTIL PARA VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE
MASCARENHAS, Rose Xavier da Costa	2015	P Turma 2	OS PLANOS DE AÇÕES DAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 EM ESCOLAS ESTADUAIS DO PARANÁ: ALGUNS RESULTADOS
MENDES, Rosangela Rodrigues da Silva	2015	D	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639 NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR IGNÁCIO LIPSKI
NASCIMENTO, Adriana Cristina Zielinski do	2015	D	EDUCAÇÃO INFANTIL: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E PRÁTICAS DE (RE)EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – PR.
NASCIMENTO, Heleni de Barros Lage	2015	D	A MÚSICA DE ORIGEM AFRICANA NA ESCOLA
NASCIMENTO, Soraia Delcy Ronzani do	Não localizada	P Turma 1	POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E PAPEL DO EDUCADOR NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE CURITIBA
OLIVEIRA, Eveline de	2015	D	E AGORA PROFESSOR, O QUE FAZER COM A LEI Nº 10.639/2003
OLIVEIRA, Valéria Alves de	2015	D	REFLEXÕES ACERCA DA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA: RELIGIÃO NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

			INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PINHAIS – PR.
PADILHA, Célia Maria Dalmoro	Não localizada	P Turma 1	A CULTURA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA E O ENSINO DE ARTES NOS ANOS INICIAIS
PENNA, Solange do Rocio	Não localizada	P Turma 1	
PEREIRA, Neuton Damásio	2015	P Turma 1	A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS NEGROS BRASILEIROS: DA ESCRAVIDÃO A APLICAÇÃO DA LEI 10639 NO ESPAÇO ESCOLAR
PESTANA, Paulo Sérgio	2015	P Turma 1	EXU - UMA CONSTRUÇÃO TEÓRICA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL
PINTO JÚNIOR, Ari dos Santos Silveira	2015	D	A CONGADA DA LAPA E A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NO PARANÁ: CULTURA POPULAR, HISTÓRIA E MEMÓRIA.
PINTO, Mônica Luiza Simião	Não localizada	P Turma 1	A LEI 10.639/03 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS: REFLEXÕES SOBRE RELATOS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS
POLY, Marcus Aurélio	2015	D	A CAPOEIRA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS PARA APLICAÇÃO DA LEI 10.639/03
QUEVEDO, Cristiane	2015	D	A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO DA DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL NA REDE MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ
RECH, Maria Daise Taschetto	2015	P Turma 2	LINGUAGEM: O PRECONCEITO POR TRÁS DAS PALAVRAS – UMA ANÁLISE DE TERMOS QUE EXPRESSAM O RACISMO
REIS, Michelle Schiestl da Silva	2015	D	A LITERATURA AFRO-BRASILEIRA E A EDUCAÇÃO ÉTNICO RACIAL
RIBEIRO, Lauriana Marcondes Hubl	2015	D	POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: UM ESTUDO SOBRE AS PESQUISAS
ROCHA FILHO, Luiz Camões Pedroso da	2014	P Turma 2	O “Dia da Raça” e seus desdobramentos
ROCHA, Claudete da	2015	D	A MULHER NEGRA E O MERCADO DE TRABALHO DOMÉSTICO: SOB A LUZ DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72/2013
ROSA, Afrânio Gonsaga Ferreira da	2015	D	HISTÓRIA E CULTURA AFRICANA E ARO-BRASILEIRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 NOS CEMEIS DA PREFEITURA MINUCIPAL DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS- PARANÁ
ROSA, Luiz Carlos da	Não localizada	P Turma 1	
ROSA, Solange Aparecida	2015	D	EDUCAÇÃO HIGIÊNICA: ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE A QUESTÃO NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO PARANÁ
SACOVICZ, Rafael	2015	D	PRESENÇA E ABORDAGEM DOS NEGROS NO ENSINO DE GEOGRAFIA:O CASO DO PROJETO ARARIBÁ- 7º ANO.
SANCHEZ, Glauca Vargas	2015	D	IMPLEMENTAÇÃO DA LEI N. 10.639/03 NOS LIVROS DIDÁTICOS DE LÍNGUA INGLESA: REALIDADE OU ILUSÃO?
SANTANA, Jorge Luiz	2015	D	ADELINO ALVES DA SILVA: PRESENÇA NEGRA PARANAENSE EM ESPAÇOS LEGÍTIMOS DE PODER
SANTOS, Davi dos	2014	P Turma 2	DEBATE SOBRE METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DE LAUDOS HISTÓRICOS E ANTROPOLÓGICOS E A INFLUÊNCIA NO DISCURSO JURÍDICO NO QUE SE REFERE À TITULAÇÃO DA

COMUNIDADE ÁGUA MORNA EM CURIÚVA (PR).			
SANTOS, Ivanete Aparecida da Silva	2014	P Turma 1	O PESO DA COR NO ACESSO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS
SANTOS, Marlene Gôngora dos Santos	2015	P Turma 1	CONTRIBUIÇÕES DO NEGRO NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO
SANTOS, Romilda Oliveira	2015	D	POSTURAS POSITIVAS E CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA
SANTOS, Silmara Martins dos	2015	D	A DIÁSPORA HAITIANA NO BRASIL: UMA LEITURA DE RECEPÇÃO
SANTOS, Sonia Marcia dos	2015	D	O PERTENCIMENTO RACIAL JUVENIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS CAPAS DA REVISTA CAPRICHOS
SCHUMINT, Silvana Mendes	Não localizada	P Turma 1	A PRESENÇA DO NEGRO NAS PRODUÇÕES VISUAIS ESCOLARES: ESTUDO DE CASO EM ESCOLAS CURITIBANAS
SEWALD, Simone de Lima	2015	D	LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A INCLUSÃO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA
SILVA, Andreia Paula da	2015	D	A ESCOLHA DOS ADOTANTES PELO PERTENCIMENTO RACIAL DE CRIANÇAS ADOTIVAS
SILVA, Claudinei da	2016	D	AS RELAÇÕES ÉTNICO – RACIAIS NAS MUSICAS DE CAPOEIRA
SILVA, Dionês Ferreira da Silva	2015	D	A TELENÓVELA DO CHAMADO HORÁRIO NOBRE DA REDE GLOBO, EM FAMÍLIA: UM OLHAR SOBRE ALGUMAS CENAS PROTAGONIZADAS POR ATRIZES NEGRAS
SILVA, Elio da	2015	D	UM ESTUDO SOBRE O RACISMO SILENCIOSO NO COTIDIANO ESCOLAR A PARTIR DA IMPLANTAÇÃO DA LEI 10. 639/2003.
SILVA, Geovane Santos da Silva	2015	P Turma 2	A PRESENÇA DO NEGRO NOS CARTAZES DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ NOS 10 ANOS DA LEI 10.639/03
SILVA, Jucimara Gomes da	2015	D	IDENTIDADE ÉTNICO-RACIAL NA LITERATURA INFANTO-JUVENIL: BRUNA E A GALINHA D'ANGOLA E MENINA BONITA DO LAÇO DE FITA
SILVA, Roberto Jardim	2015	D	UMA ANÁLISE DE RESISTÊNCIA: A FORMAÇÃO INTELCTUAL NEGRA BRASILEIRA
SILVA, Sandra Aparecida da	2015	D	REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE O NEGRO, VINCULADAS NA MÍDIA ESCRITA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE ANÚNCIOS PUBLICITÁRIOS VEICULADOS EM REVISTAS E CATÁLOGOS NO BRASIL NOS ANOS DE 1997,1998 E 2008, 2014, 2015
SILVEIRA, Terezinha Pelinski da	2015	D	REVISITANDO A HISTÓRIA DA SAÚDE DA POPULAÇÃO NEGRA NO BRASIL: DOENÇAS QUE ACOMETIAM A POPULAÇÃO ESCRAVIZADA DURANTE O PERÍODO DA ESCRAVIDÃO
SOUSA, Fabíola Beatriz Franco de	Não localizada	P Turma 1	EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E LITERTURA INFANTIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
SOUZA, Camila Tatiane de Souza	2015	D	A ÁFRICA ISLAMIZADA E O CONHECIMENTO SOBRE O OUTRO ATRAVÉS DOS RELATOS DE IBN BATTÛTA (SÉC. 1352-1353)
SOUZA, Luzineide Pedrosa de.	2015	P Turma 2	AS RELAÇÕES ÉTNICO - RACIAIS NAS NOVELAS INFANTIS – CARROSSEL E CHIQUITITAS
TANAJURA, Helton Lucian Colere	2015	D	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O PAPEL DA GESTÃO FRENTE ÀS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

TORRES, Patrícia Rogéria de Matos Rodrigues	2015	D	HISTÓRIA RACIAL NA CULTURA BRASILEIRA: AS COTAS RACIAIS DOS AFRODESCENDENTES
VASCONCELOS, Clotilde Santos	2014	P Turma 1	APLICAÇÃO DA LEI 10639/03 PELAS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES
ZUCHINI, Daniele Teixeira	2016	D	A INCIDÊNCIA DO RACISMO NO IMAGINÁRIO INFANTIL